

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

Mayris de Paula Silva

**MEMÓRIAS DE MULHERES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
PARTICIPAÇÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO**

SOROCABA/SP
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

Mayris de Paula Silva

**MEMÓRIAS DE MULHERES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
PARTICIPAÇÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Viviane Melo de Mendonça

SOROCABA/SP
2016

de Paula Silva, Mayris

Memórias de Mulheres do Movimento Estudantil: Participação, Gênero e Educação / Mayris de Paula Silva. -- 2016.

149 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Viviane Melo de Mendonça

Banca examinadora: Luis Felipe Rios do Nascimento, Vanda Aparecida da Silva

Bibliografia

1. Memórias. 2. Gênero. 3. Movimento Estudantil. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

MAYRIS DE PAULA SILVA

**MEMÓRIAS DE MULHERES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
PARTICIPAÇÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, para a obtenção do título de mestre em Educação.

Sorocaba, 25 de fevereiro de 2016.

Orientador (a)

Dr. (a) Viviane Melo de Mendonça

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/*Campus* Sorocaba

Examinadores (as)

Dr. Luis Felipe Rios do Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Dr. (a) Vanda Aparecida da Silva

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/*Campus* Sorocaba

Às mulheres autoras de suas histórias

AGRADECIMENTO

Ao longo desses dois anos tenho a agradecer imensamente às pessoas que estiveram presentes nesse caminho de vida, que foi composto também pela dissertação. Pessoas que estiveram ao meu lado em conversas, diálogos, abraços, em pontos importantes para a continuação da pesquisa e sempre dispostos a me aconselhar, confiar e acreditar no meu trabalho.

Agradeço a Deus, por esta oportunidade de conhecimento!

À minha orientadora Viviane Melo de Mendonça pelo carinho, pela atenção e orientações seguidas de conversas cheias de ideias e, principalmente, por acreditar na possibilidade de conclusão desse trabalho.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa, através da bolsa de mestrado.

Às mulheres que desvelaram suas histórias e por meio de suas memórias e experiências me contaram um pouco de si, agradeço pela disponibilidade e paciência de me ajudarem na construção desse trabalho.

Ao meu namorado Rafael Zanelli Rísoli em todos os momentos, amigo, companheiro, motorista, incentivador, sempre com um sorriso mesmo quando te pedia ajuda! Obrigada pelo carinho, companheirismo, pela presença e por estar sempre ao meu lado e em meu coração.

À minha mãe Adriene de Fátima Coelho por estar ao meu lado, pela paciência de saber da minha ausência mesmo que muitas vezes essa ausência fosse tomada de corpo presente, minha mãe sempre está em meu coração.

À banca, Professora Vanda Silva e Professor Luis Felipe Rios, pelas contribuições e sugestões para a continuidade da dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação, ao Professor-Coordenador Marcos Francisco Martins, à Vice-Coordenadora Kátia Regina Moreno Caiado e à secretária Fernanda Mara Battaglini de Campos.

Às Professoras Dulcinéia de Fátima Ferreira, Maria Carla Corrochano, Kelen Christina Leite, Teresa Mary Pires de Castro Melo e Professor Marcos Roberto Vieira Garcia, que me acompanharam em suas disciplinas por esses dois anos.

Às minhas amigas da Pós-Graduação Cláudia Priscila Pires, Rogéria Fernandes do Nascimento, Sara Aparecida Pereira, Marília Yuka Hamita, Elaine Machado, pois ao longo desses dois anos nos conhecemos, nos aproximamos e acredito termos forjado uma amizade para além da Pós-Graduação.

À Angélica Kimie Inada pela amizade e torcida, mesmo à distância sei do poder do coração.

À Rebeca Pereira Batalim Rala e Flávia Cristina Raphael pelo carinho e amizade que se estendem desde a graduação.

Aos amigos Samuel Dal Médico, José Rocha Neto e Pedro Victor Buck pelos momentos de alegria, conversas e cervejas.

À minha revisora Mayra de Souza Fontebasso pela atenção e sugestões em seu trabalho de leitura, pela proximidade de suas palavras que me auxiliaram no trabalho da escrita.

Enfim, agradeço imensamente a todos e espero não haver esquecido ninguém, embora a cabeça às vezes seja falha tenho todos em meu coração.

“Escrever é, pois, ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer
aparecer o rosto próprio junto ao outro...”

(FOUCAULT, 1992, p. 136).

SILVA, Mayris de Paula. **Memórias de Mulheres do Movimento Estudantil: participação, gênero e educação.** 2014. 149 fs. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2016.

RESUMO

O presente trabalho se propõe analisar as memórias de mulheres que atuaram no movimento estudantil na década de 1990 concebendo cada uma delas enquanto sujeito histórico, político e social. Buscou-se compreender a participação feminina ao longo da história e do movimento estudantil como ocorrência que se dá em um espaço hierarquizado, masculinizado e, sobretudo, no qual o processo de reinvenção da mulher é composto da luta feminina para subverter os espaços de opressão. A metodologia desenvolvida ao longo do trabalho está pautada na história oral, de modo que se realizaram quatro entrevistas de história oral temática junto a mulheres participantes do movimento estudantil no passado, cujos temas centrais foram: Participação, Gênero e Educação. As memórias relatadas dão visibilidade ao contexto político da década de 1990, abrangendo desde o contexto da universidade até o movimento estudantil e a sociedade como um todo, sendo que suas considerações como mulheres atuantes dentro e fora do movimento estudantil, além das questões de gênero e diversidade sexual, permeiam todas as memórias advindas desses espaços. Conclui-se que os relatos obtidos são construções de memórias oriundas das experiências de vida prática e subjetiva relacionadas ao passado de participação no movimento estudantil e às (re) invenções do ser mulher no tempo presente, que se fazem no cotidiano dessas mulheres no espaço público. A participação feminina no mundo público traz para a discussão diversos temas, valores e questões que rompem com a ordem masculina objetiva e racional, pois, ao entender seu lugar na história, a mulher junto a outras mulheres passa a ter visibilidade por meio de suas experiências, quebrando o silêncio de sua existência, do que decorre a inclusão da mulher na História.

Palavras- chave: Memórias; Gênero; Movimento Estudantil.

MEMORIES OF WOMEN WHO ACTED IN THE STUDENT MOVEMENT: WOMEN PARTICIPATION, GENDER AND EDUCATION

ABSTRACT

The present work aims to analyze the memory of women who acted in the student movement in 1990, conceiving each one of them as a historical, political and social subject. It was a main goal of this work to understand the women participation during the History in a student movement configured by a hierarchical and sexist environment in which the women's struggle to survive inside spaces they are oppressed configure a process of reinvention of themselves. The methodology developed during this work is based on reports given to us during four interviews conducted with women that had participated in the student movement in the past. The main themes discussed in these interviews were: Women Participation, Gender and Education. The reported memories gave visibility for the political context of the 90's, covering from the universities to the student movement as a whole and its relation with society. The whole set of considerations about women actuation inside and out of the student movement given to us, were not only capable of covering questions about gender and diversity but also to show all the questions that emerge from those memories. The conclusion is that the collected testimonials from the practical and subjective experiences in the student movement came to show that the re-inventions contemporary women have been through in their daily life were somehow led by those experiences. Women participation in the public world can bring a variety of themes to public discussion, but specially values and questions that go against men's order of things, or a sexist order of things, because when women start to understand their role in History they start to be visible, breaking the silence of their own existence. It occurs when women are included in History.

Keywords: Memories; Gender; Student Movement.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|--------------|--|
| ADUFSCAR | Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras e Sorocaba |
| ADUSP | Associação dos docentes da Universidade de São Paulo |
| AGB | Associação dos Geógrafos Brasileiros |
| ANDES | Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior |
| BM | Banco Mundial |
| CA | Centro Acadêmico ou <i>centrinho</i> |
| CAASO | Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira |
| CAJAR | Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues |
| CeGE | Centro Acadêmico Capistrano de Abreu |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CPFL | Companhia Piratininga de Força e Luz |
| CU | Conselho Universitário |
| CANOA/UFSCar | Comissão para Assuntos de Natureza Orçamentária e Administrativa da Universidade Federal de São Carlos |
| CEPE/UFSCar | antigo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São Carlos |
| CONUNE | Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes |
| ConsUni | Conselho Universitário |
| CPFL | Companhia Paulista de Força e Luz |
| CREA | Antigo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, atual Conselho Regional de Engenharia e Agronomia |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| DCE/USP | Diretório Central dos Estudantes Alexandre Vannucchi Leme |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |

| | |
|-------------------------|--|
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| ENUDS | Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual |
| Enc | Exame Nacional de Cursos ou <i>provão</i> |
| FFLCH/USP | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo |
| FSEXPOL/UFSCar Sorocaba | Feminismo, Sexualidade e Política, grupo da Universidade Federal de São Carlos, <i>campus</i> Sorocaba |
| FUVEST | Fundação Universitária para o Vestibular |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| IFSP | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira |
| LGBTs | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros |
| MEC | Ministério da Educação |
| NEGDS | Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual |
| NEMGE | Núcleo de Estudos da Mulher e Gênero |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| OSPB | Organização Social e Política do Brasil |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PQ | Pão de Queijo Mineiro |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PRN | Partido Republicano Nacional |

| | |
|---------|--|
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades federais |
| RU | Restaurante Universitário |
| SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| SINTUSP | Sindicato dos Funcionários da Universidade de São Paulo |
| SISU | Sistema de Seleção Unificada |
| TAs | Trabalhadores Técnico-Administrativos |
| TCH | Teoria do Capital Humano |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TO | Terapia Ocupacional |
| TUSCA | Taça Universitária de São Carlos |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| USAid | U. S. Agency for International Development <i>Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento internacional</i> |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| USP | Universidade de São Paulo - <i>campus</i> São Carlos Universidade de São Paulo - <i>campus</i> São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Apresentação..... | 15 |
| CAPÍTULO 1 – Memórias e História Oral: Caminhos da pesquisa..... | 21 |
| 1.1 Notas da transcrição (do ouvir do gravador ao escrito)..... | 31 |
| 1.2 O reencontro para dar significado ao escrito | 32 |
| 1.3 Relatos da pesquisadora em construção | 35 |
| 1.4 As Histórias dessas Mulheres no movimento estudantil | 37 |
| 1.4.1 <i>Cora</i> | 38 |
| 1.4.2 <i>Mariana</i> | 42 |
| 1.4.3 <i>Helena</i> | 47 |
| 1.4.4 <i>Violeta</i> | 53 |
| CAPÍTULO 2 – Contexto político, econômico e social: A década de 1990 e a universidade brasileira | 57 |
| 2.1 Movimento Estudantil: divergências e convergências entre os partidos políticos | 69 |
| CAPÍTULO 3 – Estudos feministas, Gênero e História | 77 |
| 3.1 Gênero e história das mulheres | 86 |
| 3.2 A mulher na política e os espaços públicos e políticos | 95 |
| 3.3 Movimentos Sociais Contemporâneos, Movimento Estudantil, coletivos de gênero e diversidade sexual..... | 106 |
| 3.4 Diversidade sexual na contemporaneidade..... | 108 |
| CAPÍTULO 4 – Relatos do presente | 114 |
| 4.1 Suas histórias no presente | 114 |
| 4.1.1 <i>Mariana</i> | 114 |
| 4.1.2 <i>Cora</i> | 118 |
| 4.1.3 <i>Violeta</i> | 123 |
| 4.1.4 <i>Helena</i> | 125 |
| CAPÍTULO 5 –Considerações finais: (Re) Invenções dos espaços femininos | 130 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 140 |
| ANEXOS | 145 |

APRESENTAÇÃO

Ingressei em 2009 no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba/SP, a primeira turma do curso e com um número expressivo de mulheres. O curso de Pedagogia foi uma das “portas” que se abriu para começar a pensar os espaços femininos educacionais. A partir daí comecei a pensar a participação das mulheres, e hoje percebo que as aflições sempre estiveram comigo, mas de alguma forma eu as ocultava sem me dar conta muitas vezes da minha ação no mundo como mulher e, claro, das diversas ações no mundo de outras mulheres.

As inquietações desta pesquisa surgiram a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em que tivemos como tema as *Memórias de jovens estudantes universitárias: visibilidade e participação em um grupo cultural*, e que consistiu em ouvir das jovens estudantes e participantes do movimento cultural de maracatu as suas experiências no contexto universitário e no grupo de maracatu. Espaço marcante da presença masculina, o maracatu original de Recife corresponde à ligação religiosa com o Candomblé e tem a figura do homem à frente do movimento, pois é ele quem apita e quem conduz. Diferentemente da representação de outros movimentos culturais, como no Estado de São Paulo, onde o maracatu é apitado por mulheres e tem grande participação feminina não somente na dança, mas também na composição dos instrumentos sendo por isso uma releitura, tal como o grupo cultural estudado, denominado “Matinta Perêra” e sediado no *campus* Sorocaba/SP, que teve seu início com uma mulher à sua frente comandando o apito.

Minha participação em outros espaços da Universidade foi bastante restrita durante a minha graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, pois meu curso era noturno e eu trabalhava durante o dia, muitas vezes saindo de casa às 6h e retornando às 00h, sem tempo para buscar outros ambientes de participação feminina como estudante na Universidade.

O projeto de pesquisa para o mestrado foi sendo carregado por questões sobre a participação da mulher no mundo público. Como não consegui participar do movimento estudantil dentro da Universidade algumas questões foram fervilhando, e novamente eu estava pensando a mulher dentro da Universidade em um espaço de atuação galgado pelo masculino, pela hierarquia do homem em espaços públicos e políticos. Com o

tempo o recorte foi feito e direcionado a se pensar as memórias das mulheres que atuaram no movimento estudantil em uma época de bastante efervescência política.

O ingresso no mestrado no ano de 2014 apresentou novos aportes teóricos, assim como os descritos acima, e outros foram consolidados tal como a metodologia de história oral. Os estudos fortaleceram os debates sobre gênero e educação nos espaços das aulas e do grupo Feminismo, Sexualidade e Política (FSEXPOL) da Universidade Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba, grupo de estudos do qual participei algumas vezes antes de concluir a graduação. E a participação no Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NEGDS), também na UFSCar- *campus* Sorocaba, sendo um grupo interdisciplinar do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) que tem como foco a realização de estudos e pesquisas com o objetivo de produção e conhecimento nas áreas de gênero e sexualidade. O núcleo possui duas linhas de pesquisa, uma relacionada ao FSEXPOL e a outra denominada “Memória, Gênero e Diversidade Sexual”.

Com a entrada no mestrado consigo intensificar a participação nos encontros dos grupos, pois, além dos debates convergirem para o tema da dissertação, me fazem pensar o “ser mulher” em minha constituição como mulher na sociedade.

A pesquisa realizada pretende contribuir, portanto, para os estudos do movimento estudantil brasileiro na perspectiva da memória, dos estudos feministas e de gênero.

Data-se a década de 1990 como o momento em que se começou uma pressão para as discussões e reivindicações específicas de gênero nas pautas do movimento estudantil brasileiro, como ressalta Marcos Ribeiro Mesquita (2006).

Esse autor, em seu trabalho intitulado *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*, aponta para mudanças das formas de discussões e participação de gênero no movimento estudantil a partir da década de 1990.

As mulheres aparecem como líderes da União Nacional dos Estudantes (UNE) no 41º Congresso Nacional da UNE (CONUNE), realizado em Campinas/SP no ano de 1991, quando reivindicaram o III Encontro Nacional da Mulher Universitária, aprovado como deliberação oficial do CONUNE. O objetivo deste encontro era o de discutir o papel da mulher universitária, o que se efetivou em 1993 sob o lema “Viver as diferenças com direitos iguais” (GROPPO, 2007). Entendeu-se que, como em todos os espaços e inclusive o universitário, o papel da mulher na História é o de fazer parte da construção do conhecimento e não mais continuar invisibilizada.

Portanto, as temáticas de gênero entraram como pauta de discussão do movimento estudantil nas duas últimas décadas, período em que a abertura de espaço para a discussão de gênero deu visibilidade a esses coletivos feministas e de mulheres, e também exigiu das entidades estudantis mais espaços e apoio para suas intervenções.

Nesses espaços de discussões nos quais as mulheres passaram a ser ouvidas ficaram claras as relações de poder estabelecidas entre gêneros e as desigualdades produzidas. Neste sentido, os coletivos feministas dentro das universidades encontraram formas de luta contra o sexismo existente. A militância dentro da universidade resgatou a visibilidade e, assim, a mulher saiu do segundo plano das cenas políticas (MESQUITA, 2006).

Esses coletivos ganharam, ainda, identidade e também incluíram outras pautas como as da diversidade sexual que agrega gays, lésbicas e pessoas transexuais. Inicialmente com a intenção de discussão da diversidade sexual, esses coletivos se uniram e decidiram criar uma rede mais ampla que culmina com o surgimento da proposta de criação do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES). Esse espaço ganhou atuação política, mas também acadêmica com o objetivo do fortalecimento da luta contra os preconceitos de gênero e sexualidade no âmbito universitário, dando visibilidade às questões relativas à diversidade sexual.

Assim, os coletivos feministas, bem como os de livre orientação sexual e de gênero, mantêm ainda hoje em suas bandeiras a luta para conquistar cada vez mais espaços dentro da universidade brasileira.

Diante deste contexto, buscou-se analisar, por meios das memórias presentes nos relatos de mulheres que vivenciaram o movimento estudantil na década de 1990, de que modo as temáticas feministas e de gênero entraram no movimento estudantil; bem como o que a memória social de mulheres desvela sobre a participação feminina nestes espaços que são reconhecidamente marcados pela atuação masculina. Diante destas duas questões, uma terceira surge: Quais as trajetórias da educação política que estas mulheres percorrem na universidade?

O presente trabalho tem como título **“Memórias de mulheres no movimento estudantil: participação, gênero e educação”** por se propor destrinchar um contexto bastante marcado pela política neoliberal, pelo contexto político da época em que se pensava a educação enraizada ainda pela ditadura civil-militar, com aberturas econômicas para a expansão do ensino privado e as questões de gênero ainda não

definidas nas discussões do movimento estudantil, mesmo com a participação feminina presente e atuante.

Os relatos dessas mulheres marcam o dito, e muitas vezes o não dito, pela história oficial ao pensarmos na grandeza desses relatos pessoais carregados pelas memórias das depoentes, pela ousadia de mulheres tecendo uma história, uma história de movimento político e social. Desta ousadia decorrem as perguntas sobre: Quais eram e são os papéis destas mulheres nessa história? Quais experiências do movimento estudantil marcaram o “ser mulher” nesse período?

Esses papéis não cabem somente à contadora de histórias, pois as entrevistadas representam em suas falas a si e a outras mulheres, são donas de suas histórias em movimento, no movimento estudantil de suas universidades. Suas histórias entrelaçam-se entre participação, gênero e educação.

Esses relatos perpassam, assim, pelos significados de suas histórias e trajetórias ao pensar, como metodologia, a história oral, que pode ser definida em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida e história oral temática. Optamos pela história oral temática, pois, segundo Sônia Maria de Freitas:

Com a História Oral temática, a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista – que tem característica de depoimento – não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo (FREITAS, 2001, p. 5).

A história oral na qual se pauta este trabalho é do tipo temática, estando elencados abaixo alguns dos temas relacionados na pesquisa e que compreendem a educação, a participação e a questão de gênero. Descrevemos a seguir o caminho percorrido durante a dissertação, de modo a compor um apanhado histórico e social entre os capítulos para desenrolar as histórias contadas por essas mulheres.

O primeiro capítulo, “**MEMÓRIAS E HISTÓRIA ORAL: CAMINHOS DA PESQUISA**”, apresenta a metodologia de história oral como base para o desenrolar das histórias vividas como o norte da pesquisa. A metodologia de história oral ajuda a evidenciar as memórias femininas, como apontado por diversos autores, caminhando com a introdução das mulheres ao mundo público de modo a trazer à tona suas histórias relacionadas ao privado, quando abrem suas memórias ao mundo público. O trabalho de memória realizado com essas mulheres trouxe visibilidade às suas histórias, o relato de

suas vivências está imbuído de significados, registrados e arquivados pela memória individual e coletiva. Demonstra-se o papel conjunto das narradoras deste trabalho tanto por parte da pesquisadora, que relata o seu processo de construção, quanto por parte das contadoras das histórias em seus processos subjetivos e práticos.

O segundo capítulo, denominado “**CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DA DÉCADA DE 1990 E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA**”, apresenta o contexto histórico da década de 1990 por meio de uma breve consideração sobre o pós-ditadura e a expansão do neoliberalismo como ferramenta de base educacional, além de sua ligação com a ampliação das universidades privadas como uma política de sucateamento das universidades públicas, período no qual a universidade enfrenta os problemas advindos desse projeto político juntamente com a sociedade, que é esvaziada de todos os direitos e políticas públicas de atenção à saúde, educação e bens públicos de direito a todos os cidadãos.

Tendo como razão o individualismo para o crescimento e fortalecimento da presente política, esse relato é apresentado por pesquisas em documentos oficiais e pelas memórias das quatro estudantes da época. O movimento estudantil descrito por suas lutas locais (dentro da universidade) e extra-locais, assim como por suas convergências e divergências relacionadas aos partidos políticos; o embate do movimento estudantil e dos partidos políticos ainda atual em suas instâncias no passado, presente e futuro do movimento estudantil e da sociedade são objeto desse capítulo que visa identificar os fatos históricos citados pelas estudantes como referência ao contexto político e social da época, sendo o desenho que se faz de suas falas de importância para o entendimento de suas representações concretas da política e economia da época. A temática do trabalho é retomada mais adiante como base e direcionamento do estudo nas relações de gênero.

O terceiro capítulo, “**ESTUDOS FEMINISTAS, GÊNERO E HISTÓRIA**”, descreve os estudos feministas e as questões de gênero por meio de uma linha do tempo entre esses conceitos para o entendimento das dimensões do “ser mulher” ao longo da história onde, mais uma vez, o feminino emerge evidenciado pelos relatos construídos com a vivência dessas mulheres no movimento estudantil. A mulher na política e nos espaços públicos insere as histórias abordadas pelas entrevistadas em suas participações no movimento estudantil. Em seus relatos abordam a diversidade sexual, a homossexualidade muitas vezes escondida e silenciada por não figurar como pauta de discussão do movimento estudantil, assim como as questões de gênero referenciadas às mulheres.

O quarto capítulo, **“RELATOS DO PRESENTE”**, dispõe mais uma vez da oralidade por meio da qual essas mulheres relatam suas construções do “ser mulher” no presente, a influência da atuação juvenil no movimento estudantil e suas lutas diárias enquanto mulheres no espaço público. A relação com a memória é feita nesse presente em suas histórias.

O quinto e último capítulo, **“CONSIDERAÇÕES FINAIS: (RE) INVENÇÕES DOS ESPAÇOS FEMININOS”**, busca, ainda, abordar o que é a síntese referente à (Re) Invenção dos Espaços Femininos advinda das experiências femininas ao longo da história e que perpassam as subjetividades femininas de forma autônoma na constituição da mulher nos espaços político e público, esse ser feminino carregado de sentidos vividos em diversos momentos de sua atuação, dentro e fora do movimento estudantil e que demonstra a visibilidade de suas histórias no contexto presente.

A pesquisa foi construída pelas inquietações e sentidos ao longo do caminho, tendo como objetivo analisar as memórias das mulheres atuantes no movimento estudantil da década de 1990.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIAS E HISTÓRIA ORAL: Caminhos da pesquisa

(...) Não há vidas sem sentidos, e não há histórias de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecem, por essa razão, obscuras (PATAI, 2010, p. 19).

O presente trabalho tem como metodologia de pesquisa a história oral, que é uma pesquisa qualitativa que, de forma expressiva e coerente, aborda as histórias e memórias.

A narrativa e a oralidade feminina não eram valorizadas histórica e publicamente. As memórias femininas, biografias narradas por mulheres em seu movimento e que transformam suas histórias pessoais, são relatos que tratam do esquecimento e mostram a importância da memória individual e coletiva para compor fatos não considerados como oficiais e que, ao serem considerados, contrastam com a história, como demonstra Michel Pollak (1992):

(...) Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1992, p. 4).

A história oral, como metodologia, ajuda a recuperar a relação sujeito–história–política, relação essa vivenciada pelas minorias, mas que antes era pouco utilizada por se tratar de uma experiência subjetiva, muitas vezes somente investigada na esfera do privado. A tensão criada entre o privado e o público abre espaço às discussões sobre os estudos da memória como base na construção das subjetividades dos sujeitos a partir de suas experiências vividas em determinado tempo e espaço, e assim se faz o resgate do significativo guardado em suas lembranças (GARCIA, 1997, p. 324):

Desde que a história da vida privada deixou de se opor teoricamente à história da vida pública, foi possível dar conta de uma série de elementos antes relegados à historiografia *évènementielle*, à crônica, ao jornalismo, à

biografia, ou a outros gêneros considerados “menores”. É interessante observar como essa inflexão historiográfica contribuiu para a construção de uma história das mulheres. Situadas na área sombria da história – a esfera privada – as mulheres passaram a se constituir em objeto da reflexão histórica.

Aquilo que é significativo permanece ativo, intacto ou completamente alterado pela construção social da memória. Temos dificuldade de considerar como fatos reais o que não foi testemunhado por todos. Por isso muitos acontecimentos perdem-se ou são omitidos, pois não costumam ser objetos de conversa entre os indivíduos. Assim, a memória quando evocada torna-se uma forma de conservação ou elaboração do passado e, dessa forma, homens e mulheres se constituem com sua prática e subjetividade para vivenciar seus contextos (BOSI, 1994).

A narrativa traz vida aos seres e às histórias narradas, relatadas, que são lembradas pelo exercício da memória não sendo “histórias esquecidas”, assim, não são levados do conhecimento pelo esquecimento “arbitrário” ou, como muitas vezes é afirmado, não são afetados por “um mecanismo eficaz de instituí-los, metaforicamente, como ‘mortos’” (KOFES, 2001).

Ainda como afirma Kofes (2001, p.12), “a memória se constrói no jogo entre lembranças e esquecimento e, no plano dos agentes, no embate entre o que é lembrado e o que é esquecido, entre o narrável e o inenarrável”, de modo que contar uma história é um jogo. Em seu livro, por exemplo, a autora destaca a história de Consuelo Caiado e com esse “jogo” constrói a narrativa dessa mulher ora tida como “esquecida” pelas narrativas dos outros, ora sem narrativa, sem ser lembrada pelo esquecimento arbitrário para se manter como uma história escondida de todos. Uma história composta de narrativas e oralidades sobre uma experiência, uma experiência esquecida que ao ser lembrada, ao ser pensada muitas vezes emerge como uma falha de memória das pessoas.

A “falha de memória” acontece de modo a dar sentido a algo, pode ser reveladora de uma parte da história da narradora, por exemplo, e essas falhas não podem ser desprezadas, pois marcam tais acontecimentos pessoais/históricos dos indivíduos, devendo uma análise atenta da pesquisadora percorrer esses esquecimentos (QUEIROZ, 1991).

A história oral contempla o texto histórico, escrito anteriormente, e pode se afirmar e reafirmar por meio do diálogo, como apresenta Guacira Lopes Louro (1990):

Acredito que a história oral pode e deve ser realizada não só para pesquisar sujeitos ou temas aos quais não se teria outra forma de acesso, mas também, e como destaque, para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir outras perspectivas de análise, estabelecer relações e articulações entre fatos, sujeitos e dimensões de um estudo. Estas preocupações podem, algumas vezes, ser atendidas através do exame de registros escritos, mas ainda assim a análise de fontes orais representará um enriquecimento significativo (LOURO, 1990, p. 22-23).

A metodologia de história oral não supõe a busca de verdades a serem referenciadas com a história oficial, a grandeza de seu caminho está em apresentar como a história é significada e dá, assim, sentido ao sujeito. A pesquisadora¹ deve estar atenta em sua escuta, pois na medida em que a entrevistada relata ela revive sua história com seus gestos e silêncios por meio dos quais também conta as suas lembranças, dessa forma como considerado por Milena Calegari Cosentino (2013):

Para a história oral, a memória é uma forma de evidência histórica e, portanto, deve ser analisada como tal. Considerando a memória como um conceito em que as pessoas constroem um sentido do passado, o qual se relaciona com o presente e na ação de recordar, a reflexão passa a ocupar um lugar fundamental para a ressignificação do passado que se recorda (COSENTINO, 2013, p. 29).

Essa forma de pesquisa aborda as influências sobre as histórias relatadas e transcritas no presente trabalho. Nesse sentido, traz visibilidade à memória relacionada aos fatos vivenciados que não estão presentes em livros escolares, pois não é a história aprendida na escola, mas sim uma história que tem o seu valor, pois aborda contextos de sujeitos oferecendo sentido social às memórias das minorias culturais. Nesse sentido, a narrativa e a memória tornam-se História. As narrativas adquirem forma ao serem relatadas, contadas e lembradas, fazendo relação com o tempo não por acidente, mas por estarem alinhadas também às vivências históricas desses sujeitos. Assim, “enquanto dimensão configurativa de toda experiência, a narrativa, que ‘outorga forma ao que é informe’, adquire relevância filosófica ao postular uma relação possível entre o tempo do mundo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura” (ARFUCH, 2010 p. 112).

O exercício da escuta abre novos olhares e compreensões pelas abordagens e estudos realizados sobre um determinado tema. Auxilia, então, no estímulo do exercício

¹ Como pesquisadora interessada e comprometida com o “objeto de pesquisa” desta dissertação, meu posicionamento político é por uma escrita marcada por morfemas do gênero feminino, o que se estende a toda a pesquisa realizada e que tem como metodologia de trabalho ouvir histórias e experiências femininas, a oralidade e a narração dessas histórias realizadas por mulheres com a finalidade de valorizar suas vivências e memórias individuais e coletivas. O uso da primeira pessoa do singular (Eu) também se trata de uma postura política de valorização do protagonismo feminino às reflexões por mim compreendidas e aqui registradas.

da subjetividade entre pesquisadora e “contadora da história”, como coloca Patai (2010). A história de vida é, portanto, documento valioso no qual não podemos fazer generalizações, pois cada história possui sua marca e sua significação, de modo que “(...) uma pessoa que conta sua própria história pode ser considerada, em termos convencionais, a detentora do material bruto sem o qual o pesquisador não poderia realizar a elaboração do texto” (PATAI, 2010, p. 27). A pesquisadora se apropria do método de pesquisa para compreender, analisar e fazer utilização dessa história por meio de um processo que transforma as palavras faladas em escritas, um árduo trabalho ao ser a mesma a responsável pela transferência ao papel.

A pesquisa realizada tem como metodologia a história oral do tipo temática, composta dos seguintes temas: participação, gênero e educação partindo de um assunto específico e estabelecido que trata das vivências e experiências acrescidas às entrevistadas a partir de suas relações com o movimento estudantil. Todos os temas possuem abordagem teórica e são postos em significação por essas mulheres.

Como este fim propõe-se um recorte, pois há uma questão que conduz a entrevistada a abordar o tema a ser relatado, levando-a a fazer um exame de sua memória para se direcionar aos fatos de real importância, recontando sua história. Todos os temas com abordagem teórica foram postos em significação por mulheres que participaram do movimento estudantil na década de 1990, totalizando quatro entrevistadas do sexo feminino e residentes no Estado de São Paulo. Neste estudo se ressalta a importância da memória e da oralidade femininas para a compreensão das relações de gênero presentes no movimento estudantil e na educação. Portanto, a pesquisa realizada pretende contribuir para os estudos do movimento estudantil brasileiro na perspectiva da memória, estudos feministas e de gênero.

A história oral não serve apenas para nos apresentar fascinantes relatos subjetivos – embora este seja um de seus maiores e duradouros atrativos. Ela é capaz de chamar atenção para a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas. E se fracassasse nisso, não teria significado político algum. Não almeja estatuto ficcional; a história oral está enraizada no mundo de forma única (PATAI, 2010, p. 142).

A entrevista com as participantes direcionou-se da mesma forma, sendo as perguntas sobre os temas feitas a todas, embora as respostas de seus relatos conduzissem a diferentes temas e não somente aos temas pré-estabelecidos, de modo que não necessariamente responderam às perguntas diretamente, uma vez que houve certa liberdade entre as participantes para relatarem da maneira que mais considerassem

significativo a sua experiência no movimento estudantil, viés considerado por Cosentino (2013):

(...) Nesta técnica, o entrevistador lista uma série de temas que serão trabalhados durante a conversa e deixa que o participante fale acerca dos mesmos. O roteiro, feito antes da realização da entrevista, exige que o entrevistador conheça a história e o participante, a fim de que os assuntos mais relevantes sejam abarcados. Embora a lista de temas deva ser a mesma para todos os entrevistados, podem sugerir novos temas durante a entrevista (COSENTINO, 2013, p. 28).

A pesquisa realizada busca compreender, por meio das memórias presentes nos relatos de mulheres que vivenciaram o movimento estudantil na década de 1990, de que modo as temáticas feministas e de gênero entraram no movimento estudantil; bem como o que a memória social de mulheres desvela sobre a participação feminina nestes espaços reconhecidamente marcados pela atuação masculina. Diante destas duas questões, uma terceira surge: Quais as trajetórias da educação política percorridas por estas mulheres na universidade?

A questão central ao relato das mulheres foi saber e desvelar sua história no movimento estudantil, sua relação como mulher atuante no movimento para, a partir daí, então, fazer a relação feminina com a participação, os estudos e as relações de gênero e também com a educação.

A pesquisa foi realizada com quatro mulheres que atuaram no movimento estudantil na década de 1990, no Estado de São Paulo, sendo que os relatos foram de memórias das estudantes de universidades públicas, recorte espacial empreendido a fim de retratar o movimento estudantil nas universidades públicas paulistas, conforme Quadro 1.

Centrou-se na escolha de mulheres que participaram na base do movimento estudantil e não em suas lideranças. Por demarcar espaços políticos de hegemonia masculina, mas que muitas vezes são ocultados ou silenciados por demonstrarem a base como uma construção única de todos, optou-se pelo conhecimento e pela desmistificação desses espaços.

As representações advêm da participação no movimento estudantil da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mais precisamente vinculada ao Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues (CAJAR) do *campus* São Carlos; da Universidade de São Paulo (USP) no íterim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) no *campus* São Paulo e representada pelo Centro Acadêmico Capistrano de

Abreu (CeGE) e, por fim, da mesma USP a partir do *campus* São Carlos e da inserção junto ao Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (CAASO). As atuações das entrevistadas compreendem decisões no movimento estudantil, participações em assembleias, Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) de seus cursos e universidades.

Quadro 1 – *Informações sobre as mulheres entrevistadas. Fonte: Elaborado pela autora.*

| NOME ATRIBUÍDO | IDADE ATUAL | IDADE QUANDO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL | FORMAÇÃO | UNIVERSIDADE | ENTIDADE ESTUDANTIL |
|-----------------------|--------------------|---|---------------------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Cora | 45 | 21 | Ciências Sociais | UFSCar <i>campus</i> São Carlos | CAJAR |
| Mariana | 40 | 18 | Licenciatura/Bacharelado em Geografia | USP <i>campus</i> São Paulo | CeGE |
| Helena | 48 | 23 | Ciências Sociais | UFSCar <i>campus</i> São Carlos | CAJAR |
| Violeta | 45 | 18 | Engenharia de Produção | USP <i>campus</i> São Carlos | CAASO |

Cora e Mariana, primeira e segunda entrevistadas, foram escolhidas pela atuação no movimento estudantil quando universitárias e pelo fato de residirem na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, o que viabilizava os encontros, sendo que as demais entrevistas foram realizadas com uma indicação feita por estas participantes. Cora indicou Helena que, por sua vez, indicou Violeta. Entre elas, a opção de indicação tinha como critério a forma como cada mulher atuava no movimento e como suas memórias poderiam contribuir para a consecução da pesquisa. A conversa era iniciada com a apresentação dos objetivos da pesquisa e, a partir deste momento, as histórias desenrolavam-se.

Os critérios das análises basearam-se em suas vidas adultas, considerando-se como marco sua entrada no movimento estudantil e suas idades caracterizadas (entre 18 e 23 anos na época de atuação nos movimentos estudantis). As particularidades em seus depoimentos deram-se por meio da atuação política como mulher no movimento, sendo que a metodologia permitiu vislumbrar uma série de possibilidades contidas em suas

histórias, como já mencionado pelo viés metodológico que compreende os relatos de suas vidas em determinada época.

As entrevistas, as conversas direcionadas aos temas, como explicitado na metodologia, partiam de temáticas específicas (participação, gênero e educação) em que as participantes discorriam sobre as questões através desse exercício de contar e dar significado ao vivenciado. Seus relatos eram carregados de lembranças guardadas pelo tempo em suas mentes e corações, suas histórias expressavam-se também pelo silêncio, em suas expressões na tentativa de lembrar, de marcar algo importante, em seus gestos, em suas entonações, em seus olhares contidos de afirmações e informações na busca por detalhes para melhor compreender o relato e ser sujeito de suas narrativas, enfim, na maneira de confidenciar e tornar públicas suas histórias. Suas memórias eram espontâneas, ora faziam caminhos de liberdade, corriam um pouco, voltavam no tempo de forma mais devagar, mais livre, e ora demonstravam uma segurança em traçar uma linha de continuidade entre as suas histórias. Como dito em uma das entrevistas: “qualquer dúvida, me fala, pois eu sou responsável pela sua pesquisa”.

A temática da dissertação era descrita como forma de lançar mão de um artifício para o começo das “contações”, para o começo das histórias de modo que aos poucos as entrevistadas traçassem seus caminhos rememorados, deixando livre o trabalho de suas memórias. O que importava em todos os momentos era ouvir daquelas mulheres suas construções de vida, seus trajetos, suas atuações, percursos do ser mulher (não que essa pergunta tenha sido direcionada), pois dentro de suas vivências elas têm cada uma o ser mulher sobre o qual tanto nos perguntamos. O que é *ser mulher*, afinal? Essa pergunta não tem uma resposta fixa ou dada, mas cada mulher tem em si o que é, e se isso fosse perguntado cada resposta traria uma nova significação do que é *ser mulher*. A singularidade de ser mulher estava presente nos relatos pela pluralidade de suas vivências.

Suas significações eram mediadas por elas mesmas. Várias questões desde as que foram apresentadas até as suas próprias com seus questionamentos ao longo dos relatos apareciam, pois ao mesmo tempo em que elas narravam suas histórias tinham o cuidado de serem compreendidas por perceberem que a pesquisadora estava ali para ouvir e entendê-las em seus relatos, e dar sentido às suas memórias no papel.

Tarefa difícil! Pela importância de se ouvir uma história e tentar descrever, relatar, contar... Em todo esse processo tenho o gravador para auxiliar, mas principalmente o cuidado de não preencher somente as folhas em branco com letrinhas,

de não continuar um processo vazio, de um mero ouvir, transcrever e escrever. Entendo que o ouvir passa a ser afinado a cada entrevista, não só pela mudança das vozes, mas pela maneira de condução da história, pelo sentido de cada história ser única. Estar ali como expectadora da história permite à pesquisadora construir relações e sentidos por meio das palavras e também por meio dos olhares captados, por sua respiração, pela sua disponibilidade de tempo e pela disponibilidade do contar².

Essa disponibilidade de contar é compreendida em seus diversos sentidos (descritos acima) e o texto tenta aproximar-se da oralidade, ou seja, o contar de forma oral e o contar de forma escrita acompanham-se ao mesmo tempo. Um contar feminino³ com emoções, sensibilidades, uma escrita no feminino, segundo Margareth Rago (2013), “desfazem a continuidade histórica”, pois essas mulheres desenvolvem o seu próprio modo de contar suas histórias, não se importando com as referências do contar masculino muitas vezes instituído como “o dono da história”.

Os nomes são fictícios, escolhidos pelas próprias depoentes, de forma a preservar suas individualidades, e outros nomes citados durante a entrevista também foram alterados, optando-se por não expor seus nomes por respeito à individualidade, mas sublinhando a importância de um nome escolhido pelas depoentes do que foi relatado durante a pesquisa ao contar suas histórias, da maneira como foram construídos seus relatos, como demonstra Sônia Maria de Freitas:

O testemunho oral tem sido amplamente considerado como fonte de informação sobre eventos históricos. Ele pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permite recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como, também, a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo que cada indivíduo investe em sua relação com a história (PORTELLI, 1993, p. 41 *apud* FREITAS, 2001, p. 30).

Essas mulheres em seus espaços de atuação no movimento estudantil, na década de 1990, jovens estudantes universitárias denominadas Cora, Mariana, Helena e Violeta (idades entre 18 e 23 anos, na época), apresentam suas lutas no movimento num contexto político e econômico que se transformou diante dos seus olhos, quando o

² Quando a entrevista era finalizada sempre agradecia pela disponibilidade de contar a sua história.

³ Esse contar feminino não como uma essência ou uma diferença biológica das mulheres em relação aos homens, mas como uma referência do contar feminino construído historicamente ao se apresentar suas memórias femininas ao mundo público, afim de subverter os padrões literários do contar e escrever instituídos pelo masculino Rago (2013).

espaço público da universidade passou por severas transformações sociais e econômicas, sendo ainda “assombrado” pela ditadura civil-militar brasileira, ainda recente em suas falas quando expressam a universidade como espaço de movimento democrático, movimento esse que na presente década começa a se consolidar novamente.

Atualmente, essas mulheres são professoras em Universidades, trilharam seus próprios caminhos de liberdade ao se inserirem no mundo público. Hoje se encontram numa posição não mais de estudantes, mas de professoras em um espaço que foi construído ao longo do tempo e de forma direta, pois participaram dessa construção social em suas práticas concretas como estudantes. Nos dias atuais, caminham na construção de uma educação democrática ainda no espaço da universidade, mas agora em outra posição hierarquicamente distinta, não mais como estudantes e sim como professoras.

Os locais onde ocorreram as entrevistas não podem ser desconsiderados. Mesmo que pela falta de oportunidade de outros lugares acreditamos que a universidade foi um local que contribuiu com as explorações feitas em suas memórias. A conversa com Cora deu-se em sua sala onde, atualmente, ocupa um cargo administrativo dentro da universidade, o que difere este espaço da universidade por ela ocupada de maneira diferente das salas de aulas em São Carlos ou do centrinho (CA), mas que permite o trabalho de rememoração de suas vivências entre passado e presente. A entrevista durou, no primeiro momento, 52.49 min. e, no segundo, 18.10 min., totalizando 1h11min. de entrevista. Esses dois momentos aconteceram no mesmo dia, havendo uma interrupção em função de uma ligação importante recebida pela entrevistada.

Mariana, por sua vez, conversou em sua sala de professora, numa tarde de segunda-feira, uma sala que nos fazia ficar fisicamente próximas devido ao pouco espaço dividido com outra professora que estava presente no momento e falando ao telefone. A entrevista totalizou aproximadamente 1h56min. de relatos de sua história que prosseguiria caso tivéssemos mais tempo em nossa agenda.

A conversa com a Helena deu-se no *campus* da UFSCar de São Carlos, próximo ao PQ (uma das lanchonetes da universidade) e ao longo de um domingo de manhã ensolarada, de modo que, durante a entrevista, ela foi me mostrando como era aquele espaço, como ele se modificou ao longo do tempo, suas construções ainda em andamento enquanto outras construções fizeram parte do ontem e hoje daquele *campus*, como essas mudanças aconteceram e naquele momento como elas estavam presentes em

suas memórias referentes ao passado de suas vivências naquela instituição. O tempo dedicado aos relatos foi de aproximadamente 1h31min.

Violeta também contou-me sua história com passagens pelo passado e aproximações do presente, pois formou-se pela USP/São Carlos e hoje trabalha como professora no IFSP da mesma cidade, no *campus* da UFSCar, sendo que durante sua entrevista ficou marcada a importância da formação crítica do aluno para o mercado de trabalho, pois atua na formação desses alunos do instituto. O tempo de entrevista foi de 63.44 min., aproximadamente 1h3min.

Esse trabalho de memória individual e coletiva desvela, ao mesmo tempo, cada história como única. Todas as histórias assinaladas por um plano público e político são marcadas por essas experiências pessoais e coletivas e se constroem da maneira como se apresenta o movimento estudantil e como essas transformações aconteceram de modo prático em suas subjetividades.

A segunda entrevista aconteceu em diferentes momentos com as entrevistadas, não na mesma ordem como no início, e pela falta de tempo esse segundo momento veio depois da qualificação para Mariana e Cora, mas num período de novas ideias sobre a dissertação. Ideias de se fazer um relato do presente, das construções femininas feitas por essas mulheres ao longo dos anos, de um relato de experiências que perpassaram suas subjetividades durante e após a militância no movimento estudantil.

Primeiramente, falei com Mariana em sua sala para iniciarmos com a leitura de suas memórias escritas no início do trabalho e que seria o ponto de partida para nossa conversa, um novo relato, um relato do presente, este segundo contato foi breve (9.22 min.) e pedi que nos encontrássemos outro dia. Este terceiro momento de diálogo foi mais extenso (1h17min.).

Com Cora conversamos em sua sala, em sua nova sala, pois havia ocorrido uma mudança estrutural e as salas de aula das professoras e professores foram reorganizadas. Fiz a leitura de suas memórias explicando como havia feito a transcrição de seu relato e disse que gostaria de um relato do presente, quando conversamos por cerca de 36 min.

O segundo encontro com Violeta já havia sido feito antes da qualificação, quando se deu a leitura de seu relato e o posterior agendamento de um terceiro encontro para que ela, assim como as outras, me contasse sobre o presente, o que o fez em uma sala de aula e em cerca de 20 min. Finalmente, com Helena também havia conversado antes da qualificação, li o seu relato para ciência e marcamos em sua casa o terceiro

encontro para que ela me contasse sobre o seu tempo presente, nossa conversa totalizou aproximadamente 30.02min.

Esses relatos do presente deram continuidade ao trabalho e compõem o último capítulo desta dissertação como considerações finais de entrevistas que não têm um final determinado, mas como uma forma de entendermos as representações femininas dessas mulheres na atualidade.

1.1 Notas da transcrição (do ouvir do gravador ao escrito)

Durante o processo do trabalho de entrevistas a opção foi de se gravar somente em áudio. Foi feito o uso do celular da pesquisadora para tal fim após teste com um gravador profissional, que se mostrou menos potente para saídas a campo. Em toda entrevista explicava o porquê da utilização do celular, acredito que no início tanto o gravador quanto o celular nas primeiras palavras causaram certo “desconforto”. Tanto em mim como pesquisadora, quanto nas “pesquisadas contadoras de histórias” – em mim principalmente por dar o “*start*”, por eu decidir o momento para a “contação”, sabendo que era algo que se tratava de uma pesquisa do ouvir; e, nas entrevistadas, por terem que fazer um “ajuste” rápido em suas memórias para me contar. “Era como se rebobinásemos” a fita da vida naquele momento. Sabíamos do tempo necessário para isso.

No processo desse trabalho as transcrições das entrevistas são fundamentais e, por isso, não foram transferidas a segundos ou terceiros. Essa tarefa, mesmo sendo em muitos momentos exaustiva, de cansaço físico e mental, fez com que eu retornasse ao momento da entrevista, do seu encontro, buscando também em minha memória, através das palavras ouvidas, o contexto para o que foi dito. Diversas vezes ao ouvir os trechos para o entendimento da transcrição lembrei-me dos gestos, das expressões, dos rostos ao recordarem de algo ou na tentativa da recordação, e por ouvir as vozes das entrevistadas no gravador a entonação remetia às suas expressões corporais e faciais.

O processo de transcrição inicia o procedimento de análise das entrevistas, como se ao ouvir as vozes elas me dissessem: “esse trecho refere-se à temática de gênero e/ou à temática de participação”, e as outras que se desenrolavam em meu ouvido, uma forma de pensar nos próximos passos da pesquisa, sendo também um “exercício de memória”, como aponta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991):

Desta maneira, o ideal, numa pesquisa, é que o próprio pesquisador que entrevistou o informante seja também o transcritor da fita. Ouvir e

transcrever a entrevista constitui, para ele, um exercício de memória em que toda cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura de voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivam a recordação do estado de espírito que então detectou em seu interlocutor, revelam aspectos da entrevista que não haviam sido lembradas quando efetuou o registro do dia no caderno de campo, ou mesmo dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam. Cada vez que re-escuta a gravação, refaz de certo modo o contexto todo da entrevista na lembrança para explorá-la mais a fundo (...) (QUEIROZ, 1991, p. 87).

O processo de transcrição significa um novo momento da pesquisa, uma nova experiência da pesquisa em que todas as emoções são retomadas ao se aprofundarem os significados das histórias contadas, sendo material obtido pela pesquisadora que se torna construtora direta desse grupo de informações juntamente com as pesquisadas.

A análise das entrevistas, segundo Queiroz (1991), significa “decompor o texto”, separar o que será utilizado determinando os seus aspectos fundamentais e essenciais a fim de se ter uma síntese do que se busca. A partir dessa base sólida registrada com os depoimentos orais, o trabalho da pesquisadora é lapidar e esculpir seu texto dentro dos relatos dizíveis e indizíveis.

Ainda sim, quando pensamos nesse processo sabemos do risco de algumas deturpações, como descreve Queiroz (1991). O processo de transcrição faz com que a pesquisadora se torne uma intermediária que pode de alguma forma deturpar o que fora registrado no gravador, mas, ainda sim, é uma mediadora de suas falas, como uma tradutora para a escrita, tendo em vista a importância de suas memórias, do trabalho de oralidade que foi realizado.

Assim, ao longo deste trabalho as narrativas pretenderam ser uma forma de contextualizar o documentado como uma primeira aparência de todo, o texto acadêmico e o vivido e significado por todas em suas falas sem ferir o estilo e o conteúdo das histórias.

1.2 O reencontro para dar significado ao escrito

Durante as entrevistas deixamos clara a importância de um reencontro para lembranças e confirmações do que foi escrito por mim, além do processo das entrevistas, reservei um momento para se fazer a leitura de suas memórias e reflexões, sendo assim, tudo do que foi ouvido, relatado e registrado pelo gravador, assim como o processo de transcrição e a mediação da escrita enquanto pesquisadora foram divulgados. Fez-se, então, um movimento reverso em que as entrevistadas ouviram o

entendimento de suas histórias feitas em meu processo de pesquisa e contribuíram com sugestões para a compreensão do que foi relatado. Um encontro marcado por outra experiência, a de ouvir seu próprio relato e trazer novas significações ao que foi dito. O reencontro traz, assim, novas significações ao que foi contado e outras memórias surgem nesse momento.

O segundo encontro com Violeta foi no *campus* São Carlos, na lanchonete PQ, envolto às correrias do dia numa quinta-feira, tarde do dia dezoito de junho, em que ela participaria de um congresso na universidade e faria a apresentação de um trabalho. Marcamos de conversar e a leitura do texto feita por ela mesma devido à falta de tempo, seguida de algumas considerações e outros relatos de lembranças do passado e do presente que foram registradas no curto espaço de tempo de que dispúnhamos.

Helena me recebeu em sua casa, numa tarde de sábado, vinte de junho, por volta das 15h. Fui lendo o texto escrito de suas histórias para ela e a cada final de página Helena fazia algumas considerações ou deixava a leitura correr. Conversamos sobre o relato escrito e suas lembranças ao longo de um momento muito rico de memórias, pois ela me mostrou suas recordações documentadas, registradas e guardadas com cuidado e carinho. Uma charge feita pelos alunos em protesto pelo espaço cedido para a criação do CA, a carta-protesto narrada em sua história, em que o encontro me possibilitou ver a carta escrita de próprio punho pelos alunos inconformados pela não realização da manifestação na Rodovia Washington Luís naquele dia. E outra carta escrita para o diretor de departamento sobre a estrutura do curso de Ciências Sociais, esta de autoria da própria Helena.

O reencontro com Mariana deu-se em sua sala, na UFSCar *campus* Sorocaba, no final da tarde de vinte e seis de outubro e em meio ao término de um atendimento que ela realizara com um aluno da Geografia referente ao seu TCC. Ao final de sua conversa, o aluno despediu-se e me desejou uma boa orientação, ela disse a ele que não era uma conversa sobre a minha monografia e sim sobre minha dissertação de mestrado, da qual ela não era orientadora, mas sim com alegria contou que era a pesquisada. Eu senti um grande entusiasmo naquele momento para continuar a pesquisa. Aproximei-me de sua mesa e começamos a conversar. Nossa conversa iniciou com meu relato sobre o meu exame de qualificação do mestrado, seguida da manifestação de minha vontade em fazer a leitura do que utilizei de seu relato para contar sua história no movimento estudantil, e que ela, a qualquer momento, poderia intervir para retirar ou colocar algo no texto. Como tínhamos um breve tempo comecei a leitura e vi seu olhar

atento ao que estava sendo “contado” por mim, pois, como ela me falou, “ao começar a leitura do texto, passa um filme na nossa cabeça”.

Mariana deixou-me terminar e disse que estava bem parecido com o que ela havia narrado, que somente faltava sua fala sobre o NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Gênero), local onde fez a primeira iniciação científica e produziu pesquisa referente à mulher no mundo do trabalho, ressaltando em seu relato mais adiante ter sido esta a sua primeira bolsa de iniciação científica. Expliquei para Mariana que não deixei de relatar essa experiência tão importante, mas fiz um breve histórico de sua participação como atuante no movimento estudantil, assim como fiz com todas as demais entrevistadas para contar somente sobre a participação no movimento, de maneira que durante o texto em outros recortes essa atuação aparece para dar sentido ao vivido. Ela ressaltou a importância que teve para ela, como pesquisada e pesquisadora, a forma de condução da minha pesquisa e a disposição em voltar às entrevistadas para mostrar como elas, as entrevistadas, aparecem em tudo o que foi registrado em texto, o que me foi contado etc. deixando livre para as participantes retirarem ou registrarem algo a mais, de fazer esse movimento durante a pesquisa o que, como ela disse, “foi uma feliz surpresa”.

Cora me recebeu em sua sala no dia trinta de novembro após terminar a última aula da disciplina na pós-graduação e, como terminou um pouco antes, combinou um horário no final da tarde para me receber. Sentamos-nos numa mesa para reuniões e ficamos próximas, antes de começar a leitura ela me perguntou sobre os caminhos de minha pesquisa, se meu trabalho já estava sendo finalizado. Disse que estava caminhando para o ponto final, já que é necessário finalizar ao término de dois anos, mas que essa pesquisa me fazia pensar, refletir e não querer finalizar, ela me abria pra diversos caminhos de continuidade e outras inquietações surgiram ao longo do tempo. E com nossa conversa, ali naquele momento, outras questões “fervilhavam”. Expliquei o que seria feito em nosso encontro, que faria a leitura de sua história, uma breve história, pois outros pontos também importantes utilizei ao longo do texto para reforçar as categorias de análises. Fiz a leitura do breve texto que relatei através do que me foi contado para fazer um resgate do movimento estudantil. Naquele momento ela, muito atenta, fez correções necessárias para continuar muito presente sua oralidade no texto. Passamos a outro ponto, o de mais uma vez a partir de sua fala fazer o registro de outra questão, de se entender seu caminho no presente.

Esse espaço de reencontro trouxe novas reflexões, além de dar continuidade ao texto, mas também de esclarecer alguns pontos, revelar outros que ficaram no pensamento das entrevistadas ao desligar a gravação feita pelo celular, um momento de caminhar junto com suas ideias sobre a minha pesquisa, e mais uma vez narrar outra parte da história, de suas atuais histórias sobre as suas construções do ser mulher.

1.3 Relatos da pesquisadora em construção

Como pesquisadora não posso ter a “fantasia” de estar registrando os depoimentos integralmente em meu texto, pois o registro e a transcrição atuam como uma mediação e sua utilização decorre de entender as contribuições contidas nos relatos, mas como pesquisadora acho importante separar, entender meu caminho e o das histórias na pesquisa e, ainda, ressaltar as relações que me dão proximidades a essas mulheres e suas histórias. Demonstro meu caminho trilhado em função de todo arcabouço teórico que carrego para traduzir os relatos orais sem ferir suas construções, mas não posso me enganar ou enganar as narradoras das histórias ou as leitoras e leitores pressupondo que, de alguma maneira, “dou voz ao papel” com suas histórias, ou que de alguma forma utilizo uma “falsa neutralidade” como aponta Queiroz (1986):

Tal constatação contribui para desfazer nova ilusão: a de que se deveria conservar a narrativa o mais próximo possível de seu registro, evitando a intervenção do pesquisador e a ocorrência de cortes que prejudicariam o conhecimento integral do dado recolhido. Tropeça-se aqui com algo que parece obstáculo intransponível: a nítida distinção entre narrador e pesquisador, que é fundamental. O pesquisador é guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer algo que o preocupa; o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador. Procurará por todos os meios relatar, com detalhes e da forma que lhe parece mais satisfatória, os fatos que respondem aos seus próprios intentos, e tudo isto pôde convir ou não ao pesquisador, o qual tentará então trazer o narrador ao “bom caminho”, isto é, ao assunto que estuda (QUEIROZ, 1986, p. 4 e 5).

Apresento-me como pesquisadora: Meu papel é deixar “aberto” ao entendimento minha intencionalidade com o registro de minha pesquisa, minha intenção é registrar histórias narradas por outras mulheres, histórias essas que não são minhas, mas que apresento como experiências em movimento. E além de deixar presente em meu texto os relatos vejo a importância de destacar as narradoras dessas histórias, de se fazer também entender os seus papéis, como coloca Queiroz (1991), pois o narrador tem o

papel de personagem ao contar e/ou registrar sua narrativa. Suas experiências e vivências são representadas em seus discursos como fundamento das análises dessa pesquisa.

Outra autora que demarca o papel da pesquisadora é Joan Scott. Em seu texto ela descreve o papel do historiador quando este coloca para si as categorias possíveis de se historicizar para o entendimento de seu lugar na História, ao se reconhecer como ser político. Peço licença para me aproximar de seu texto mais uma vez e trocar a palavra “historiador” por “pesquisadora”, na qual me incluo nessa categoria por reconhecer meu papel político quando exerço essa função, como aponta Joan Scott ao afirmar que: “também não [se] pode garantir a neutralidade do historiador, pois decidir quais categorias se deve historicizar é inevitavelmente político, está necessariamente ligado do lugar ao historiador na produção do conhecimento” (SCOTT, 1998, p. 325).

Minha proximidade a essas mulheres vão de encontro ao ser mulher (re) significado por suas experiências, por falarem de um local no qual me encontro, que é o espaço da universidade, mesmo entendendo não conviver com as pesquisadas ao longo de suas trajetórias de vida. Delas também me aproximo por me tornar narradora de uma história, sendo uma pesquisadora-narradora, assim como elas que relatam suas histórias ao meu ouvido. E por participar de uma “parte” de suas histórias, como demonstra Queiroz, 1991, “um observador participante”:

(...) Tudo isto é material que o pesquisador obteve, de cuja a construção diretamente participou, pois no processo de que resultou foi ele parte, numa legítima ação de “observação participante” com todos os riscos que esta posição comporta. É verdade que não partilhou da vida cotidiana do informante, como quer a expressão “observação participante” usualmente empregada em antropologia; porém, se a expressão não pode ser aplicada em se tratando do sentido estrito, em sentido amplo houve uma participação íntima entre eles, uma associação simbólica e não objetiva que permitiu, pela instalação de laços de quase-identidade e de comunhão entre ambos, o desencadeamento frutífero do processo de rememorar. Talvez este dom de partilhar que torne mais eficiente o trabalho do pesquisador nas ciências humanas, esta possibilidade de quase-identidade com o “outro”; dom que o revela como “o mais capaz” para efetuar os registros, apesar de todas as dificuldades que possa também trazer. E sem dúvida é esse relacionamento que estimula vigorosamente a memória do informante (QUEIROZ, 1991, p. 88).

Esse trecho ressalta a importância da transcrição das entrevistas realizada pela pesquisadora, mas nele encontro também a relação de proximidade entre pesquisadora-pesquisada, que permitiu esse trabalho de memória realizada pelas depoentes como uma troca sem interesses relacionados a algum tipo de mercadoria, sem a história se tornar

objeto sem sentido, mas sim de uma troca de identidades muitas vezes feitas naquele momento de se lembrar e contar e, no instante de se ouvir e transcrever, traduzir sem a perda da “oralidade da experiência”.

Como pesquisadora marco a importância de afirmar que nenhum tipo de ciência ou metodologia de pesquisa é neutro ou desinteressado, de modo que essa pesquisa possui um lugar de fala e se apresenta de seu lugar como uma pesquisa comprometida e interessada. Tal pesquisa fala a partir de um lugar de representação feminina nos diversos espaços sociais, políticos e acadêmicos, afetivos e emotivos (LOURO, 1997), representando a fala e o posicionamento da pesquisadora e das mulheres pesquisadas ao longo do trabalho, como apresenta:

Proposições como essa representam uma importante ruptura com um modo de fazer ciência que tem grande tradição e, por conseguinte são perturbadoras e instigantes. Assumir a investigação feminista nesta perspectiva supõe, na verdade, muito mais do que um novo “recorte” nos estudos ou a iluminação de áreas ou aspectos até então escondidos ou secundarizados. Supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência; aceitar o desconforto de ter certezas provisórias; inscrever no próprio processo de investigação a auto-crítica constante- mas fazer tudo isso de tal forma que não provoque o imobilismo ou o completo relativismo. Portanto, não se trata aqui de uma espécie ou de um conjunto de procedimentos e estratégias que se possa “adquirir”, seguindo passos ou indicações; nem mesmo se trata de adotar *uma* determinada orientação metodológica garantidora da perspectiva feminista. Está envolvida aqui – além da aproximação aos estudos e debates teórico-metodológicos – a busca de uma nova disposição epistemológica e política, *um novo modo de ser pesquisadora/ pesquisador* (LOURO, 1997, p. 145-146).

Essa pesquisa assim como a pesquisadora foram construídas em seu percurso, ao pesquisar, ao conhecer “o objeto de pesquisa”, e esse processo se apresenta nos capítulos seguintes do trabalho.

1.4 As Histórias dessas Mulheres no movimento estudantil

Segue abaixo um pequeno relato, uma história geral de cada uma das entrevistadas para contextualizar sua atuação no movimento estudantil. Nos próximos capítulos são feitas as análises das categorias entre participação, gênero e educação, cada capítulo correspondendo ao esforço de compor e dar sentido às temáticas. E o capítulo final traz os relatos dessas mulheres no tempo presente, ao contar como se construíram ao longo dos anos como mulheres atuantes, mulheres em movimento e, por meio de suas relações no mundo nos dias de hoje relataram as diversas formas de evolução feminina ao longo do tempo. Buscou-se dar significado às experiências, sem

ressaltar qualquer hipótese ou comentário relatado pelas próprias depoentes, de modo a valorizar tudo o que foi narrado por tratar-se de um tema que implica a todas da mesma forma, a participação feminina no movimento estudantil. O resultado final propõe um diálogo extenso de experiências.

1.4.1 Cora

Deixa-me ver por onde começar. Eu entrei na universidade em 1991, antes disso, na escola, no Ensino Médio, eu até tive um momento de organização de um grêmio, de participar de um grêmio, uma coisa assim. Era um momento que isso não era forte na escola. Na verdade, boa parte da minha educação no Ensino Médio, que na minha época não era esse o nome – chamava-se Primário, Ginásio e Colegial –, toda a minha formação escolar aconteceu sob a ditadura. Esse tipo de organização não existia na escola e com o passar dos anos a gente teve uma abertura política, essa abertura política veio na verdade com a primeira eleição em 1989 e com isso eu passei a ter na escola, no Colegial, no segundo e terceiro ano do Colegial, tive disciplinas como filosofia e sociologia. Ah, desculpe! Não tive sociologia, eu tive somente psicologia e filosofia. Antes disso o que a gente tinha na escola era uma disciplina que chamava OSPB (Organização Social e Política do Brasil), mas que era uma propaganda da ditadura, e uma disciplina que se chamava Educação Moral e Cívica, que também era uma disciplina para se cantar o hino nacional, para entender os símbolos da pátria... Era uma “coisa horrorosa”. Nesse período da escola eu tive um pequeno envolvimento com a criação de um grêmio, mas que não deu certo. A minha primeira relação com qualquer coisa que possa ser próxima da organização estudantil foi essa.

Entre no curso de Ciências Sociais, em 1991, que é um curso que, pelas suas características, está implicado na discussão política, no debate político, na organização em movimentos... Há uma relação muito estreita entre o curso e uma certa vontade de participação.

O primeiro envolvimento maior foi com a criação, na verdade, do Centro Acadêmico, porque a minha turma de Ciências Sociais da UFSCar foi a primeira turma do curso. Não tínhamos histórico do curso, não tínhamos nenhuma turma anterior... Ser a primeira turma de um curso tem inúmeras vantagens e tem algumas desvantagens. O curso iniciou com a universidade em seus vinte anos.

Para nós foi extremamente rico ser a primeira turma, porque nos permitiu, inclusive, esse contato muito estreito, profícuo e proveitoso. Enquanto estudantes tivemos professores que tinham um histórico de participação e experiência. Então, a primeira coisa que a gente fez foi um Centro Acadêmico, que se tornou o Centro Acadêmico de Ciências Sociais. O Centro Acadêmico que leva até hoje o mesmo nome, CAJAR, que é Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues, que foi o professor que idealizou o curso de Ciências Sociais na UFSCar.

Esse nome é uma homenagem ao professor José Albertino Rodrigues, pois, depois de uma greve imensa em 1991, uma greve de 104 dias, o professor voltou para terminar o semestre. Esse foi o primeiro semestre de nosso curso que terminou em dezembro ou janeiro, já não me lembro mais, e no dia que ele estava indo aplicar a prova o professor teve um acidente, um caminhão passou por cima de seu carro. Ele morreu com sua esposa, também professora da universidade, e mais um pedreiro que estava de carona com eles. Então o Centro Acadêmico se organizou e leva o nome dele até hoje.

Minha participação na universidade começa a partir desse Centro Acadêmico, a partir da representação dos conselhos no conselho de curso, no conselho do departamento... As pró-reitorias não tinham separado os conselhos, existiam os conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão no mesmo conselho, hoje cada conselho é desmembrado.

Isso representava um grande debate no DCE, um embate com o próprio DCE, que era de uma perspectiva de se ter uma representação igual nos conselhos: ou nós temos essa representação ou então não adianta os alunos participarem dos conselhos.

Um dos grandes embates que nós tivemos foi esse. Percebia que, embora não tivéssemos a mesma representação dos docentes no conselho, segundo aquela legislação do MEC de 70% de representação docente e 30% de representação discente e/ou técnico administrativo, ainda assim nossa presença era muito importante no conselho, constrangia em certos momentos determinadas ações por parte dos docentes. A atuação dos docentes no conselho com alunos e sem alunos, para alguns docentes ela é sempre a mesma e pra outros docentes ela é diferente. Tem docente que agia de um jeito na presença de alunos e de outro quando não tinha alunos. Isso era algo muito claro para nós. Enquanto estudantes resolvemos ocupar esses espaços, ocupar esses conselhos.

Essa foi uma frente de ação e de embate contra a postura do DCE, que naquela época era dominado pela Convergência Socialista, que depois se desmembra e torna-se PSTU, partido esse que não existia, pois era uma corrente dentro do PT. Outra corrente que dominava o DCE era a Causa Operária, que depois funda seu partido político que é o Partido da Causa Operária. Então esses dois grupos, a Convergência Socialista, hoje PSTU, e a Causa Operária, hoje Partido da Causa Operária, dominavam o DCE naquela época.

O envolvimento com o movimento estudantil começa em 1991, 1992. O ano de 1991 foi um ano bastante marcante para o movimento estudantil. Naquele momento tínhamos a crise do governo Collor. Nós participamos ativamente dessa bandeira, ainda que manipulados pela mídia.

Percebo que naquele momento, enquanto movimento estudantil da UFSCar tivemos um episódio que é retrato daquilo que acontece com muitas organizações, e muitas organizações, digamos, que estão mais à esquerda no espectro político que inviabiliza ações, inviabiliza ações importantes, inclusive. Essa é uma análise que faço a posteriori, depois de passado o tempo, depois de passados os anos isso é comum. Eu olho para esse passado hoje e o que aconteceu naquele momento... Tínhamos uma manifestação, iríamos fechar a rodovia, pois o campus da UFSCar, como todos os campi, estão na entrada da cidade, em uma rodovia. Era a rodovia Washington Luiz, super movimentada, duplicada, uma rodovia de grande passagem.

Nos organizamos, vários estudantes em partidos e outros estudantes sem partidos políticos, uma série de pessoas com os mais variados interesses. Ficamos de nos reunir na praça central. Se eu me lembro bem tinha um carro de som de um determinado partido e começa a briga entre os estudantes: “O carro é do partido!”, “Não vai o carro do partido porque nem todo mundo é do partido!”... Conclusão: passou o dia, passou a tarde e não fechamos a rodovia, ficou uma discussão interminável entre os estudantes de como seria feita a manifestação, porque era ou não era do partido A, B ou C.

Você vê, uma coisa localizada em 1991 e permanece até hoje no modo de se fazer as coisas. Nas manifestações do ano de 2013, por exemplo, os partidos foram, num determinado momento, banidos, proibidos de se manifestarem. Por [ser] outro momento histórico, as questões são outras e até o rechaço ao partido é de outro tipo. Naquele momento, em 1991, era uma briga de partidos de esquerda, de quem iria levar os “louros”, digamos, da organização da coisa, diferente do que aconteceu no ano de

2013 e está acontecendo agora. Hoje deve ter manifestação, domingo⁴ tem manifestação, são momentos bastante distintos. Esse é um exemplo, para se ver como a organização estudantil ela está atrelada aos partidos políticos, sempre esteve, não é de hoje.

Eu acho que isso traz ganhos e perdas para o movimento estudantil, porque às vezes deixa o movimento estudantil muito distante da realidade do estudante, mas, por outro lado, as questões gerais elas são importantes, o movimento estudantil não pode estar preso só a uma questão. O movimento estudantil não deve estar ligado apenas para resolver o “probleminha do meu curso, probleminha da minha turma, o probleminha do meu centro, o probleminha”, [pois] isso é muito pequeno para ser chamado de uma organização estudantil.

O movimento estudantil ele tem um papel que é muito maior do que esse papel burocrático, que é pensar sim as questões políticas que estão dadas, estabelecidas, mas também não ficar somente numa discussão que, na minha época, era além do Fora Collor, era pela Palestina, enfim, eram discussões que são importantes, mas às vezes muito deslocadas da realidade presente. Acerca de algumas questões internas a que não se chega a lugar nenhum, o movimento perde um pouco o seu sentido, seu foco e objetivo.

Com o final do ano de 1991 teve a queda do Collor e chegou a segunda turma do curso de Ciências Sociais. A relação da primeira turma com a segunda turma de qualquer curso que se inicia ela nunca é uma boa relação. Eu acho que deve ser igual à relação de filho único depois que chega outro (risos). Surgem alguns problemas, a afinidade com essa turma foi muito complicada logo de cara.

Nós, enquanto Centro Acadêmico, enquanto Centrinho, fizemos a recepção e, na verdade, a turma chegou querendo ocupar um espaço. As pessoas ali eram de partidos políticos, uns ligados à Causa Operária, outros à Convergência Socialista, enfim, tantas outras facções do movimento de esquerda.

Com a chegada dessa nova turma, com essa estrutura partidária que cada um compunha, nós sofremos um golpe, nosso Centrinho foi destituído, o Centrinho acabara de ter sido formado, nos propusemos: “vamos ficar um ano na gestão”, fizemos assembleia, tudo como manda o figurino, “vamos ficar um ano e depois fazemos novas eleições”. Essa turma nova chegou dizendo que estávamos nos apropriando de tudo,

⁴ Manifestação do dia 15/3/2015, referente ao pedido de *impeachment* da atual presidente por grupos minoritários que afirmam lutar pela democracia.

eles estavam chegando. Nosso Centrinho aconteceu em novembro ou dezembro, éramos primeira turma, então tudo demora um pouco mais, demora a se conhecer, para se organizar, tivemos uma greve de 104 dias e organizamos o Centro ao final do semestre. O semestre acabou em novembro.

Essa turma do ano seguinte veio com essa “história” e nos deram um “golpe”. A turma deles era maior do que a nossa, nós passamos por uma desistência dos alunos, tanto pela longa greve no início do primeiro ano [como] com a morte do professor, que fez com que os alunos desistissem, pois foi muito traumática. Houve uma insistência imensa para que o professor aplicasse a prova naquele dia do acidente, naquele horário, alguns alunos se culpabilizaram pelo acidente... Isso foi muito difícil pra minha turma, que tinha se reduzido muito.

Depois disso eu me envolvi com uma questão, com uma chapa do DCE, uma chapa pra tentar na verdade tirar essas pessoas mais ligadas aos partidos políticos, pois esses partidos das chapas do DCE já estavam lá há muito tempo. Essa chapa acabou vencendo as eleições por uma gestão, mas também era uma chapa de uma composição muito grande de filiados ao PT, outras pessoas sem ligação partidária, ou até mesmo algumas pessoas ligadas ao PSDB. O PSDB da década de 1991 não é o mesmo PSDB de hoje e nem o mesmo PSDB dos anos 1990. Foi uma chapa que também não chegou ao final do seu mandato e teve um “golpezinho” para retirar aquela chapa do DCE.

Várias lutas eram feitas nessa dimensão, tanto numa dimensão mais macro, mais nacional, muitas lutas feitas juntas com os docentes e as questões mais internas dentro da universidade.

Durante toda a minha graduação, depois também no mestrado e doutorado, eu sempre participei ativamente do movimento estudantil, de todas as instâncias também na universidade, dos Conselhos e do Centro Acadêmico. De modo geral sim, a participação na universidade ela foi um pouco nesse sentido de grande envolvimento universitário e no movimento estudantil.

1.4.2 Mariana

Eu cresci em associação de bairro, meus pais faziam parte da associação de bairro [e] o bairro tinha uma praça principal chamada Primeiro de Maio, com uma história muito forte de movimentos sociais. A primeira rua que eu morei ela não tinha

asfalto, não tinha luz, não tinha escola perto... Atravessava a linha do trem pra ir pra escola, não tinha passarela, passava pela linha do trem mesmo, o trem estava parado [e] você tinha que passar por debaixo do trem pra ir pra escola porque no bairro mesmo não tinha, tinha uns riozinhos, era bem perigoso! Com esses movimentos articulados de associação de moradores do qual meus pais faziam parte eu era criança e ia junto com eles, de ir à prefeitura, na câmara municipal, na época falava principalmente com o Mário Covas, depois a Erundina, de a Erundina ir lá, lembro muito a presença do Mário Covas e da Luiza Erundina. De vir o asfalto, eu lembro quando chegou o asfalto, as tubulações pra arrumar os esgotos que eram todos a céu aberto, e quando veio a principal conquista, quando veio o hospital, um hospital que ficou com sua construção parada, acho que as obras daquele hospital ficaram paradas uns oito anos.

As associações daquele período, década de 1980 [e] um pouquinho da década de 1990, mas principalmente 1980, são de muita mulher. O movimento de associação de bairro das chamadas Comunidades Eclesiásticas de Base e das pastorais de rua, principalmente uma mulherada, mulheres assim de bater de frente com qualquer cara, não tem dessa “porque sou mulher”, não, elas eram muito pró-ativas, acho que por tudo isso foi construindo minha percepção.

Eu acho que a memória mais forte do período da década de 1990, olha, seria a segunda metade da década de 90 o relato que tenho para fazer, entrei na Universidade de São Paulo no ano de 1996. Quando eu entrei na Universidade de São Paulo o primeiro contato que eu tive com o movimento estudantil foi no DCE (Diretório Central dos Estudantes), eu cheguei como pleiteante de bolsa moradia. Eu e outros amigos, naquele primeiro ano, morávamos no município de São Paulo, nossa faixa de renda se enquadrava no perfil para residência estudantil, isso era o que me fazia querer a moradia estudantil.

Eu morava no extremo na zona leste de São Paulo e levava três horas pra chegar em São Paulo, o caminho era de um ponto a outro, do extremo da zona leste, e a USP no extremo da zona oeste, totalizando três horas em conduções, num ônibus do Itaim Paulista até o Brás, que levava coisa de uma hora e, pouco depois, do Brás e mais um trecho de trem, na época não tinham as conexões melhoradas, razoavelmente melhoradas que tem hoje na cidade e, para chegar, mais um outro ônibus até a universidade, no campus, ao final com tudo isso eu contava três horas quando não tinha nenhum imprevisto. Mas por conta de morarmos dentro do município de São

Paulo eu não consegui [a moradia estudantil] e outros colegas também não, moravam na periferia e tinham um perfil socioeconômico de baixa renda também não conseguiram pelo mesmo critério. Eu integrei um grupo daqueles que não conseguiram vaga, principalmente por um critério de renda. Nós sabíamos de outros colegas nossos que moravam em outros municípios ou cidades do interior, outros lugares e haviam conseguido a moradia da universidade e nós sabíamos também, inclusive, que eles recebiam mesada e isso causou uma revolta, uma grande indignação! Fizemos uma ocupação do térreo, foi uma ocupação de um bloco recém-reformado e com isso o térreo ele estava com uns beliches, mas ainda não tinha sido disponibilizado, participei desse movimento de ocupação em meu primeiro ano na universidade.

Com esse primeiro ano vindo desse movimento de ocupação entramos numa lista de espera e fomos morar como hóspede, e no ano seguinte com a mesma documentação, no segundo ano na universidade e com o relato que nós participamos, nos submetemos a morar no alojamento coletivo, não é por outro motivo e sim o principal motivo é por uma questão de necessidade, e isso fez com que a gente se aproximasse das pessoas que organizavam esses movimentos relacionados ao acesso estudantil, não só o acesso ao curso, pois já havíamos passado no vestibular, mas a permanência, uma vez lá dentro como se manter na universidade?

No segundo ano eu prestei um concurso, não era exatamente um concurso, era um processo seletivo para trabalhar como funcionária da universidade, como uma técnica de laboratório, como temos aqui os TAs, eu prestei e passei, fiz a graduação à noite e trabalhando CLT como funcionária da USP. Eu combinei essas duas atividades, como aluna participando sempre das atividades do Centro Acadêmico, um período em que o curso de geografia do qual eu fazia parte era muito articulado com o curso de geografia de outras universidades em São Paulo e tinha uma articulação forte regional. Os eventos regionais, os eventos nacionais, os conselhos eles eram muito ativos, e com o presente período os eventos realizados em universidades federais encontravam-se em situação lastimável, muito difícil.

A minha outra participação foi no sindicato, no caso o SINTUSP, que era o sindicato dos trabalhadores. Nesse período da década de 1990 tanto as universidades estaduais e, principalmente, as federais passavam por uma situação muito difícil juntamente com o sindicato, o SINTUSP. E, terminando a década de 1990, foi um crescente de greves, tanto dos TAs [como] dos professores e dos estudantes por conta de um sucateamento generalizado das universidades públicas.

Fazíamos eventos principalmente nas universidades federais para dar visibilidade aos problemas estruturais. A principal experiência que ficou foi essa, quando tínhamos os eventos nacionais, estaduais [e] a estratégia era de realizar os eventos nas instituições onde o curso de geografia era atendido pelas universidades federais, de forma a fortalecer e tentar alguma discussão e dar visibilidade àquelas situações de muita precariedade com o risco de fechamento do curso. Isso é uma memória bem forte que eu tenho desse período, mesmo a universidade sendo estadual as dificuldades existiam também em termos de direitos estudantis como moradia, alimentação, as bolsas...

Meu relato vem também da experiência como funcionária. A pauta dos técnico-administrativos era importante, por exemplo, quando eu prestei o concurso eu prestei como um cargo não de nível superior porque eu não era formada, eu era estudante, mas eu tinha bastante aptidão para o trabalho com os mapas, [porque] antes da minha entrada para a universidade tinha uma irmã que era arquiteta e algumas coisas aprendi com ela antes de ir pra universidade, tinha umas noções gerais, gostava muito de desenhar e tal, mas não havia um plano de carreira, tanto que quando eu me formei eu saí do laboratório, então tinham alguns colegas com salário de segundo grau e tendo se formado não havia atualização salarial para um graduado, e já estavam lá há bastante tempo naquela situação. Essa situação foi regularizada pelo movimento dos trabalhadores uns dois, três anos, já saindo da década de 1990, no começo dos anos 2000. A situação ela foi regularizada por reivindicação contínua do próprio sindicato, que era bem atuante.

Existiram algumas greves muito grandes nesse período da década de 1990, articuladas, inclusive, com a escola, a rede pública de educação do Estado era bastante forte. A gente fazia como se fazia as concentrações na própria universidade e nos sindicatos, tanto do SINTUSP, dos trabalhadores, como da ADUSP, que era a associação dos docentes, e mais os estudantes, esses se organizavam e iam até a Avenida Paulista, isso era sempre muito presente, o trajeto pegava um pouquinho também da estação Clínicas, porque é USP, um prédio da saúde pública. Essas manifestações aconteciam um pouco ali, era a Avenida Dr. Arnaldo emendando com a Paulista. Essas manifestações eram muito intensas, muito frequentes... Não terminei o curso no tempo de quatro anos, aliás, ninguém da minha turma terminou porque foram muitas greves, foram sucessivas greves e tudo aquilo instaurava dentro do departamento uma atmosfera de muita movimentação política porque as principais

plenárias aconteciam justamente nos anfiteatros de história e geografia, que são dentro da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

A FFLCH, historicamente, tem uma importância política muito grande no contexto da Universidade de São Paulo e isso tudo gerava uma consciência de participação, consciência mesmo da articulação entre questões gerais, questões extramuros e dentro dos muros da universidade, então esse contato e essa experiência foram marcantes.

Pelo movimento estudantil, resumidamente para o movimento estudantil, essa questão principalmente da articulação entre os estudantes da geografia e encontros nacionais e regionais, com pautas vinculadas a política educacional, outro fato importante na década de 1990, lembrando das mudanças dos parâmetros curriculares que aconteceram nesse período também, reduziram a carga horária que ajustaram a entrada das universidades privadas aos montes nesse processo, esse período é neoliberal, bem, o período de Fernando Henrique Cardoso; e com tudo isso vieram as receitas para a redução da carga horária dos cursos, aqueles formatos dos cursos de três anos. Depois disso começam a aparecer as graduações de três anos, tudo menos, se fazia mestrado era em três anos, hoje se faz em dois anos, hoje se fala em um ano, então sempre menos, sempre mais números e menos tempo de trabalho.

Agora, em relação à militância, a militância junto com o partido, historicamente também os professores, os estudantes, sempre muito vinculados aos partidos políticos de esquerda. Estar na FFLCH, estar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na geografia e na história, quem tinha essa consciência política encontrava novos pares, muitos pares, nossos interlocutores em termos de enfrentamento.

O movimento estudantil ele tinha alguns fóruns que estavam bem ligados ao movimento estudantil e relacionados ao próprio curso de geografia, claro que nas demandas maiores apresentava-se enquanto um movimento dos estudantes de geografia.

Eu gostava muito de participar, participava da área de comunicação, gostava por questões de identificar e entender que era importante a parte da comunicação, tanto que depois, no último ano da faculdade e no primeiro do mestrado, no ano seguinte eu entrei no mestrado e eu integrei a diretoria da AGB, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, foi a primeira gestão que incorporou os estudantes de geografia, que até então eram somente os formados que integravam as chapas, eu estava no último ano.

Integraram comigo a Paula Maria e a Ilana, a Paula Maria uma professora muito atuante e [que] continua em São Paulo, ela é professora do Ensino Médio e fez mestrado, não me lembro se ela seguiu fazendo doutorado, ela fez o mestrado também na área de educação e a Tamara, tinha a Tamara! E a Renata terminou o doutorado e faz dez anos que ela está na Federal do Mato Grosso, ela sempre muito envolvida com as questões, ela trabalha com a parte de mapear movimentos sociais no agrário, a tese dela foi com cartografia social, interessante, e é bem militante na Universidade Federal do Mato Grosso; e a Tamara, hoje também professora lá em Santos, só para citar alguns nomes que eu lembro de mulheres que, terminando o curso e continuando o mestrado, integraram essa chapa que foi de 2000 a 2002, de dois anos, e também ali eu participei da parte da comunicação que chamava Informe AGB, um jornal trimestral que todos os associados recebiam em casa e era uma forma de atuação, pequenos artigos, pautas reivindicatórias da categoria, os geógrafos, o bacharel ele tem CREA, só que o acento dele no CREA, a força dele no CREA é nada, na sigla não tem o G. É essa recordação que tenho de atuação no movimento estudantil e em outros movimentos.

1.4.3 Helena

Eu entrei na universidade em 1991, eu já tinha toda uma caminhada política. Eu entrei acho que tinha uns vinte e três anos, era um pouquinho acima da média das pessoas que entravam com dezoito, dezenove anos. Eu já tinha toda uma caminhada de organização, principalmente em comunidades mais pobres. Fui educadora social de meninos e meninas de rua, atuei um pouco na pastoral do menor que era bem politizada na década de 1980. Eu vim pra Ciências Sociais querendo instrumentalizar minha prática. Como fui da primeira turma de Ciências Sociais sei da importância para os cursos de graduação ter seus Centros Acadêmicos, a questão de organizar um Centrinho era vital.

No sentido de organização como um todo, o curso de Ciências Sociais não tinha um Centro Acadêmico e era a primeira turma, eu tenho essa veia meio de querer organizar, participar, porque eu via na UFSCar as coisas são muito politizadas, as coisas são muito discutidas, muito debatidas.

Logo no primeiro ano teve uma greve de cem dias, os professores foram nas classes explicar o motivo da greve. Os estudantes não tinham uma relação direta com a

greve dos professores, mas se reuniram e fizeram uma assembleia, toda essa movimentação impelia pra gente continuar, me fascinava um pouco no sentido de estar participando de alguma coisa.

Bem, daí tem duas coisas, era uma época, a década de 1991, estávamos no segundo ano do governo Collor e 1992, agora não me lembro da data, foi o impeachment. Tinha duas coisas, participação da vida política da universidade como um todo e a participação mais específica que era o Centro Acadêmico de Ciências Sociais. No final do ano, depois de uma greve de cem dias, redução da turma, mas mesmo assim conseguimos organizar o Centrinho que era vital porque assim que abrem os cursos nem sempre a universidade dá toda a estrutura, não tínhamos laboratório de informática, livros, então precisávamos nos organizar.

Precisávamos também ter um espaço para o Centrinho e nos organizamos e, por conta, disso no final do ano conseguimos constituir o CAJAR, Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues, que era o professor e cofundador do curso de Ciências Sociais, mas que havia falecido num acidente na rodovia quando estava vindo dar aula pra gente. Ele foi fundador do DIEESE, foi presidente do SBPC, era um cara super atuante e decidimos que esse seria o nome do Centrinho.

Quando chegou a segunda turma sofremos um processo de impeachment (risos), agora olhando foi muito trágico, nos organizamos no final do ano, mas foi um ano muito conturbado e chegou a segunda turma, estabelecemos um prazo de seis meses até todo mundo se ambientar pra fazer as eleições e a outra turma chegou achando que a gente não tinha legitimidade.

Havia uma diferença entre a minha turma e a segunda turma, na minha turma não existiam pessoas de lideranças políticas, filiadas a partidos políticos, eu era simpatizante do PT, participava das coisas do PT, mas não era militante do PT. Na outra turma tinha gente do PSTU, PCdo B, tinha gente da Convergência Socialista, eu acho que nessa época a Convergência Socialista ainda estava dentro do PT e eram caras, assim, extremamente manjados, malandros no sentido, assim, não de malandragem, mas no sentido de articular e de colocar o embate, os argumentos. Só sei que no final foi muito questionada nossa presença na diretoria, nós éramos vinte alunos da primeira turma e quarenta da outra e vamos colocar em votação, quem perdeu? (risos). Daí o que aconteceu depois disso a gente sofreu... Impeachment. Não sei se foi assim porque não tinha nada contra a gente.

Foi uma derrubada do poder, ainda hoje eu brinco com algumas pessoas que agora são amigas, “Jonas, vocês deram o golpe”, “vocês são golpistas” (risos) porque não tinha justificativa, mas eles queriam, eles queriam organizar.

Os partidos sempre têm uma posição aqui na universidade de politizar um pouco e eu acho que tem sua coerência, de politizar o movimento estudantil no sentido de dar uma sigla: “ah, então esse Centrinho é do PT”, “esse centrinho é do PCO”, “quem está na diretoria do DCE é da Convergência”, “a Convergência saiu, agora é a Causa Comunista” [havia essa ação] de colocar sobre a tutela do movimento estudantil um partido e uma direção do partido, e daí vêm as bandeiras do partido e era mais ou menos isso que eu sentia, uma instrumentalização, e fomos nós depostos do poder. Tentamos nos organizar porque não tínhamos nenhuma proposta, nos articulamos, eu continuei “não vou largar o osso, vamos articular”. Articulamos uma célula, um composto de pessoas da primeira turma [e] da segunda turma, quem tinha essa visão eu não sei se “mais ingênua” da política, que também se tornariam pessoas politizadas, pessoas com opinião política fora daquela chancela do partido e daquelas pautas que já vinham prontas.

As pautas eram “fora FMI, fora...” Acho que tem que estar sintonizado, esse é um exercício político também, a gente se organiza enquanto universidade, enquanto coisas para a universidade, enquanto adquirir coisas para instrumentalizar o curso, para o curso ficar melhor, são demandas mais próximas, mas para muitos participantes do movimento estudantil são demandas menores e pra eles caíam no apolítico, no irrelevante.

A nossa proposta era seguida de um pouco da visão política de esquerda, mas era um pouco mais separada de partidos políticos, a outra proposta era politizada, com vinculação de partido político. Nos organizamos e ganhamos o Centrinho, começamos a nos organizar, reivindicar sala pra reuniões pra termos uma história do Centrinho, possibilidades de atuar aqui na universidade como também um espaço fomentador de debate, era a nossa intenção.

Nesse grupo eu fiquei acho que mais uns dois anos, depois eu saí porque entrava numa fase mais complicada a atuação nossa em relação à política maior, que era a política da universidade, mas sempre tivemos uma participação crítica das coisas, por exemplo, a situação, o movimento estudantil na época ele estava partidarizado, não sei se está agora, vou dar um exemplo só pra se ver o ambiente que a gente tinha com as bandeiras partidárias.

Começaram em 1992 as manifestações Fora Collor pra pedir o impeachment e lógico que a Universidade Federal, sempre muito politizada, um ambiente muito politizado, muito gostoso em que você está de igual para igual com os professores, fora da sala de aula você tem uma hierarquia, mas em alguns ambientes aqui você tem um embate de igual para igual, lógico que a gente dentro da nossa possibilidade de um aluno que estava chegando à universidade, descobrindo todo esse mundo de política, toda essa questão da governabilidade, das políticas de governo... Tínhamos uma participação restrita, era estimulada a participação, isso era legal. Começaram com essas questões do Fora Collor, fizemos algumas passeatas e teve um dia que foi ímpar, todo mundo saiu pra rua e marcamos de também sair às ruas de São Carlos, e foi um dia muito importante porque o Brasil inteiro saiu. E o que aconteceu? O DCE era do PCO, o caminhão de som era do sindicato que era da Convergência, eles não se entenderam. E quem vai levar a bandeira? O DCE é do PCO e nós vamos levar, o PCO que está levando os estudantes para a rua, os dirigentes do caminhão de som eram da Convergência, a Convergência tem que aparecer! No embate eles não se entenderam, na organização [tampouco], e o que aconteceu? Não teve a manifestação.

Na realidade o DCE centralizava a organização da passeata, mas, por desentendimento das próprias organizações, elas ficavam inimigas entre si, a posição política frente a passeata e reivindicar que bandeira levar, tudo isso era um empecilho para uma causa maior. A ideia central era fazer uma passeata Fora Collor, ligar o movimento com o Brasil inteiro, uma Universidade Federal como o campus de São Carlos, que era muito politizada e participou de muitos movimentos, e de repente não leva a passeata para a rua porque o carro de som é de um partido, o DCE é de outro e isso se resume em “nós não vamos fazer”.

Nós fizemos uma carta protesto, eu fiquei indignada e chamei uns amigos pra fazer uma carta protesto, mas sem representação do Centrinho, para demonstrar a indignação das pessoas com a situação... Por conta de situações menores não fizemos uma manifestação que seria geral e que seria importante pra a história, pra cidade, uma forma de participação junto com a massa que pedia o Fora Collor. Escrevemos o manifesto, tínhamos pouco dinheiro porque a máquina para tirar xerox sempre estava atrás de uma bandeira, nós, como estudantes pobres (risos), era difícil juntar dinheiro pra isso, mas levamos pra panfletar .

Outro fato importante são as lideranças. Aqui tem outro tipo de liderança que estava interessada também na vida estudantil, nas coisas que a gente podia adquirir,

essa liderança do partido achava que não era politizada, mas é uma contradição. Eu acho que esse é um espaço que você aprende a fazer política para mudar as coisas como, por exemplo, pra colocar uma rampa de acesso pra quem é cadeirante, esse é o mote, é lógico que você tem uma referência de mundo, uma referência política, mas não dá pra fazer do movimento estudantil um movimento só de ideias macros. E também tinha toda uma questão do RU, em se aumentar o preço ou fechar o restaurante por conta do governo com o Collor... Nem falo, e depois o Itamar, o Fernando Henrique... A universidade sofreu muito, teve muito corte, a gente não tinha dinheiro pra nada, não tinha bolsa de iniciação científica, não tinha nada, a gente dependia do RU [e] tinha dia que eles davam arroz com feijão e linguiça, e terminava [era] arroz, feijão e ovo. O corte das verbas era em todas as áreas e nós pensávamos “Fernando Henrique foi criado na USP e faz isso com as universidades”... Nós vivemos tempos muito difíceis na universidade.

Existiam demandas que eram próprias da vida universitária e que o movimento tinha que estar ali, porque ficava um discurso esquizofrênico: tinha um monte de aluno, tinham dois mil alunos e cem estavam presentes na assembleia. De certa maneira tem vários fatores, não é uma mão única, tem a questão da despolitização dos interesses, mas também porque não colocava na pauta, não tinha uma educação política, de convencimento... Era uma postura muito agressiva, que não tinha argumentação, uma conversa única e isso afastava muita gente no sentido de não compor. Esse é o maior exemplo do que acontecia em relação a não compor. Claro, você tinha diferenças, diferenças pequenas e não compunha para atingir um objetivo maior, no caso a manifestação. Dizia-se: “ah, não vou fazer alianças espúrias” e você via [que] a diferença era mínima. Eu lembro até de um aluno que participou da chapa do DCE e depois dos colegiados do CU, do CEPE e da CANOA, que são órgãos deliberativos aqui da universidade [e] que são compostos por professores, funcionários e alunos numa proporção. O CU hoje é o CONSUNI, então na época era o CEPE, não o CU que era o Conselho Universitário, o CEPE [é] que cuidava de questões mais pedagógicas e a CANOA, eu acho, que era dos recursos. E nesses conselhos você poderia ter a participação dos estudantes, mas os lugares não tinham seus devidos representantes, havia uma crítica principalmente por parte das lideranças do DCE que nessa época estava com a Convergência Socialista e, depois, foi pra Causa Operária, de que se não tem paridade nós não vamos participar porque os professores oprimem os alunos, engavetavam a pauta e não vão ter na pauta os nossos interesses. Era difícil pra gente,

porque como não participar de um espaço legítimo que é teu. Foram eleitos pela comunidade estudantil e não ocupavam as cadeiras de direito, nem pra informar o que estava acontecendo no âmbito de cada conselho, você não tinha essa informação ou pra levar pautas de reivindicação. O que eles diziam sobre levar as pautas no CU era uma forma de invasão no conselho.

Eu tenho por mim que a gente só politiza a partir da problematização dos fatos da nossa vida, as gerações vinham cada vez mais arreadas de organizações como de partidos políticos na minha época... Da minha geração pra frente teve um momento que o movimento estudantil era muito partidarizado e as pessoas faziam questão de ser do PCdoB, ser do PC, e teve a reabertura e a geração ficou meio fluida, o partido como uma forma ruim, mas hoje também eu vejo que as pessoas são mais livres, não sei se é uma coisa que deveria ser aprofundada, quais são os limites de uma atuação mais fluida sem partido, por exemplo, e quais as consequências e as vantagens de uma posição política mais marcada, mas eu acho que falta criar uma demanda, uma pauta da universidade, ainda que seja sobre a chancela de um partido partidarizado ou não, a pauta tem que ser da vida acadêmica, lógico que não pode ficar só na vida acadêmica, porque senão vira uma corporação. A universidade ela está numa sociedade, ela está num todo, dentro desse todo você tem que optar [sobre] quem você é, mas eu acho que essa equação nós nunca conseguimos resolver.

E, particularmente, a minha trajetória é cheia de ingenuidades. Na realidade eu fui militante na pastoral do menor, na época em que estava se articulando para levar a emenda parlamentar que deu origem ao ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), era uma coisa mais de comunidade, de tentar juntar a comunidade, nós fazíamos encontros ecumênicos do menor. Várias religiões como presbiterianos, protestantes, católicos, gente de outras denominações católicas, mas como uma pauta única, o código do menor. Por conta da situação não se sustentar, as diferenças eram deixadas de lado, estávamos unidos por um mote em comum, as diferenças enriqueciam as discussões e a causa comum era a luta pelas crianças e adolescentes. Havia uma certa tolerância entre os discursos, você não era destrutado pela sua posição, era uma coisa mais dialogada, era comunitária... E você entra aqui e eu vejo uma estrutura que eu desconhecia de partidarismo, de ter que bater de frente o tempo todo... O consenso não existe porque uma ideia sobrepõe a outra e você não tem um diálogo com as pessoas, entre as lideranças. Sai de um mundo totalmente diferente, foi um aprendizado. Eu

nunca fui de impor minhas ideias, nunca me coloquei numa posição radical, eu acho que a política você também faz no diálogo.

1.4.4 Violeta

Antes de entrar na universidade eu tive uma participação no Ensino Fundamental. Naquela época era um centro cívico que hoje nem existe mais (risos), ainda bem. Na ditadura era o centro cívico, mas não era uma atuação política, não existia essa atuação como é hoje, essa discussão mais política da sociedade, mas porque também no Ensino Fundamental, aos treze, catorze anos, você não tem ainda bagagem nem de vida, nem teórica, nem acadêmica, nem nada de formação. Sempre tive uma vontade muito grande de participar. Essa foi a única participação fora do movimento estudantil.

Eu comecei no movimento estudantil no final da década de 1980, no ano de 1989, o ano que eu entrei na universidade, mas a minha atuação maior foi durante a década de 1990, na minha graduação. Eu não atuei no movimento secundarista, eu não tive oportunidade, mas quando eu entrei na universidade eu tinha muita vontade porque os professores falavam muito que a gente tinha que ter grupos de estudos de política. E eu tive muita vontade de ter uma participação, sempre tive, mas nunca me organizei para formar um coletivo antes do movimento estudantil.

Quando eu entrei na universidade eu fiquei muito decepcionada no começo, porque eu entrei no curso de Ciências da Computação da USP e não gostei do curso, eu não gostei de nada, não gostei da USP, não gostei de coisa nenhuma [e] achei que não era aquilo, achei que a universidade seria um lugar que as pessoas iriam se abrir para o mundo, que você ia discutir um monte de coisa. Eu cheguei lá e parecia o Ensino Médio, mais difícil, certo? Eram as aulas, os trabalhos, os espaços e você não tinha nenhum espaço institucional pra se discutir carreira, nenhum espaço institucional pra discutir a sociedade, você estava se formando para quê? Eu sentia uma deficiência muito grande nisso, era um objetivo que eu tinha quando eu entrei. Eu entrei e fui ser monitora de um cursinho popular, desde aquela época o cursinho do CAASO era muito forte, fui ser monitora de literatura lá no cursinho.

E um dia eu estava formando uma chapa para o CAASO, no final de 1989, em setembro de 1989, que era o Centro Acadêmico da USP, Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira, e comecei a participar das reuniões e gostar, eu não entrei

oficialmente na chapa, mas a gente funcionava como um grande coletivo, então tinha o pessoal que ficou somente na chapa e o pessoal que ficou no apoio, trabalhávamos com um coletivo maior que a diretoria, ganhamos a diretoria e eu me envolvi no movimento estudantil a partir do CAASO, no final de 1989, a gestão foi de 1990 a 1991.

Eu comecei a participar da vida política universitária, na verdade na participação de uma mobilização, e minha atuação foi aumentando no movimento estudantil. Foi uma década muito difícil para as universidades e para o movimento estudantil, que a gente vivia e viveu a eleição do Lula e do Collor, o Collor ganhou e teve um desmonte muito grande no nosso país, não foi só nas universidades, mas de tudo e foi uma crise muito forte.

A universidade tinha uma deficiência muito grande na permanência dos estudantes. A USP nunca foi uma universidade que tivesse essa preocupação, que tivesse isso como fator principal, tanto que a evasão é muito alta até hoje no campus de São Carlos, que é essencialmente de Exatas. E você tinha uma dificuldade no ponto de vista estrutural de se manter no curso, os conteúdos também eram ponto de discussão no movimento.

Eu me envolvi nessa época no movimento e nossa grande atuação externa foi o Fora Collor. São Carlos teve uma atuação muito forte no Fora Collor, foi a maior passeata que eu já vi, nunca foi feita uma passeata maior do que a de 1992, [que] era uma passeata com quilômetros de distância, você via gente saindo lá do começo e foi a maior passeata que eu já vi aqui. Eu não sei se as Diretas teve essa mobilização aqui, mas o Fora Collor teve uma participação muito grande, se encontravam várias caminhadas juntas, essa atuação foi muito forte e isso foi no ano de 1992, nós não éramos mais CAASO e fui diretora do DCE da USP – Alexandre Vannucchi Leme, fui diretora oficialmente na gestão 1992/1993, chamava-se gestão “É preciso ousar”.

Foi uma composição de estudantes de vários cursos da USP, nessa gestão a gente teve, depois teve uma gestão no CAASO, que foi uma [chamada] “Abertura”, e ganhou o Gomes, que foi presidente, nós éramos apoio do Gomes, mas atuávamos mesmo no DCE e as coisas eram mais amplas. Dentro dessa atuação a gente teve momentos de muito embate dentro do movimento estudantil ligados à questão da permanência estudantil, estrutural principalmente, uma falta de vagas muito grande de moradias para os estudantes. Teve uma ocupação em 1993, entre 1992 e 1993 em um bloco da USP, era um bloco de salas de aulas, o bloco C e virou moradia por seis meses, até se ter o compromisso realmente de ampliar o número de vagas, o que

acabou acontecendo. Nesse período tivemos duas ocupações do bandeirão, um do bandeirão de São Carlos e a outra de bandeirão da USP-SP, participamos em São Paulo por conta da questão do subsídio.

Foi um momento a década de 1990 para as universidades e pra quem estudava nessa época, foi um período muito difícil, [pois] o país passava por um momento um pouco complicado.

Eu me formei em 1995, ingressei em 1989 na Computação, fiz dois anos de Ciência da Computação. Quando cheguei ao final de 1990 eu prestei vestibular porque eu não queria continuar esse curso, eu decidi que realmente não era isso e prestei Engenharia de Produção. Fiz Engenharia de Produção e me formei em 1995, eu fiz 1991, 92, 93, 94 e 95 e me formei, na verdade eu fiquei sete anos na USP e praticamente todo esse tempo no movimento estudantil. Em alguns momentos com maior envolvimento e [em] outros momentos em que eu estava quase me formando, com menor envolvimento porque tinha outras prioridades.

Foi um pouco isso eu acho a campanha mais forte que o DCE fez quando eu estava na direção, foram as “Diretas para Reitor” e a USP até hoje é uma instituição extremamente conservadora, centralizada e não democrática. Nós vemos uma diferença extremamente grande entre as Universidades Federais e as Universidades Estaduais no Estado de São Paulo. É lamentável até hoje isso ainda ser uma briga, o governador escolhia o Reitor, a consulta, acho que a última versão, agora se teve uma consulta para Reitor, pois não existia nem consulta à comunidade e a comunidade não optava, foi muito difícil, foram reitorias extremamente conservadoras.

Com a indicação, não tem voto paritário. Até hoje a indicação é feita, ainda tem a lista tríplice e as consultas extremamente complicadas, a nossa grande bandeira era “Diretas para Reitor”. Fizemos uma ocupação no colégio, no colegiado da USP, fizemos uma ocupação da reitoria da USP na direção do DCE, muito em função dessa discussão das “Diretas para Reitor”, [pois] passávamos uma dificuldade muito grande de ter direito de opinar sobre essas coisas, tinha um colégio de, sei lá, de cinquenta, sessenta professores, a gente tinha meia dúzia de funcionários e dois estudantes. E o que esses dois estudantes vão conseguir opinar num colegiado como esse, então, extremamente complicado, nossa luta foi muito por essa questão da permanência, tinha um debate muito grande sobre isso e também a relação de democratização das instituições, da instituição. Na verdade, era extremamente complicado, muito complicado a USP sempre tradicional, infelizmente ainda hoje é uma instituição que eu

não acho democrática, muito centralizada e [de] relações extremamente antidemocráticas. Eu fui também delegada para o Congresso da UNE, participei de um dos Congressos da UNE como delegada por São Carlos.

Outra campanha muito forte foi contra o jubramento, [porque] a USP não tinha jubramento [e] ele foi implementado na década de 1990. O jubramento, o desligamento dos estudantes, foi praticado de forma mais contundente nessa década. Quando aconteceu essa mudança teve uma resistência muito forte dos alunos e nós fizemos uma matrícula paralela, nós detonamos a matrícula da USP, foi um problema porque toda a matrícula foi feita paralela [e] ninguém fez a matrícula oficial. Nós fizemos a matrícula como era antes, eles fizeram várias mudanças e eles tiveram muita dificuldade, foi um trabalho para os técnicos, coitados! Eles nem tinham culpa da situação [mas], no fim das contas, assim fez com que a USP tivesse que dialogar com os estudantes sobre isso porque eles decidiram uma coisa da vida dos estudantes sem ter participação nenhuma de discussão sobre a questão do jubramento, eles aplicaram regras mais difíceis para o jubramento. Fizemos uma campanha muito forte em São Carlos, foram quase 100% de matrículas paralelas, acho que foi 92% de matrículas paralelas, foi uma decisão massiva dos estudantes, isso é um pouco da história geral.

CAPÍTULO 2

CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL: A década de 1990 e a universidade brasileira

Era uma geração que realmente estava no período de sair da ditadura, a primeira eleição direta foi quando eu entrei na universidade. A eleição do Lula e do Collor foi no ano que eu entrei, é um diferencial, é uma geração que queria respirar, queria viver isso. Nós não chegamos a pegar em armas e lutar contra ditadura, nós pegamos a ditadura mais branda quando ficamos adolescentes, pegamos praticamente quando a ditadura viu que não ia conseguir e estávamos no processo de democratização aos poucos e eles não queriam um processo violento. Quando, em 1984, teve a mobilização gigantesca – e foi a maior que o Brasil já teve, dois milhões de pessoas na rua –, em 1984 a população era muito menor. Era uma geração que queria viver essa transformação (*Violeta* em entrevista de 26/4/2015).

Com o fim da ditadura militar, em 1989 aconteceu a primeira eleição direta no Brasil. O candidato eleito foi Fernando Collor de Mello, que disputou com Luiz Inácio Lula da Silva a Presidência da República. Os candidatos tinham pontos extremamente divergentes, seus partidos representavam setores sociais marcadamente opostos.

O outro candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentava em seu discurso a defesa dos direitos dos trabalhadores e sua campanha política estruturava-se em sua vida pessoal, de origem nordestina em busca de uma vida melhor, ocasião em que contava sua história, sua viagem de pau-de-arara até São Paulo, o trabalho em uma indústria metalúrgica no ABC denunciando as péssimas condições de trabalho e, em meio disso tudo, o seu acidente em uma indústria gerando a mutilação de um dedo de sua mão.

Fernando Collor de Mello, candidato pelo Partido Republicano Nacional (PRN), apresentava em seu discurso a constituição de uma luta contra a corrupção, discurso esse embasado em um dos pontos de ruptura com a ditadura e com os setores que a haviam sustentado por todo esse tempo, em função disso o candidato era conhecido como o “Caçador de Marajás”. O candidato Fernando Collor apresentou, no último debate próximo à eleição, um fato da vida pessoal do candidato Lula referindo-se interrupção de uma gravidez por uma namorada de sua juventude, fato esse que bastou para a mudança do jogo político eleitoral como apresenta Carla Silva Barbosa (2007):

Enfim, na corrida eleitoral de 1989, a divulgação de uma decisão pessoal do então candidato Lula, referente à gravidez de sua namorada, na juventude, foi

decisiva para que perdesse a eleição. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, após anos de ditadura militar (...) (BARBOSA, 2007, p. 59).

Com a entrada do novo presidente o Brasil passou por várias transformações políticas para acelerar o crescimento econômico, mudando também o seu projeto político e a forma de governar, pois até então seguia-se o modo de governar de cunho militar, o que foi alterado com a mudança da estrutura política para a democracia, quando o povo passou a ter participação nas eleições de maneira democrática. O governo anterior havia perdido sua influência pelo envolvimento em corrupção e as novas políticas que emergiam tinham como base o neoliberalismo.

O então presidente lançou como estratégia de governo o plano “Brasil Novo”, também conhecido como “Plano Collor”, que bloqueou 66% dos ativos financeiros disponíveis para a população causando um mal-estar social a todos da população, incluída a elite geradora de renda no país. Após dois meses, com o fracasso do plano de governo foi lançado outro plano chamado “Plano Collor II”, em que se concretizou a restrição de créditos tanto como uma forma de política salarial, tais planos marcaram a colocação da prática da política neoliberal e, devido ao alto índice de reprovação de seu governo, o presidente Collor teve seu mandato interrompido pelo processo de *impeachment* que se deu, principalmente, pela mobilização e organização do movimento estudantil no ato denominado “caras pintadas”, que tomou as ruas contra o governo e conseguiu a destituição de seu cargo (SILVA, 2011).

O neoliberalismo iniciou-se no Brasil em 1990 com a posse de Fernando Collor de Mello como presidente da República, que exerceu mandato de curta duração (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992), sendo substituído por Itamar Franco (vice de Fernando Collor de Mello) após o processo de *impeachment* (afastamento por 180 dias do então presidente):

O governo Collor cede integralmente a todas as pressões externas e internas com o objetivo de obter nova ajuda financeira. Assim, através das propostas de modernização e desregulamentação da economia e da privatização das empresas estatais, promoveu políticas governamentais antipopulares que ampliaram a queda do poder aquisitivo dos salários, o desemprego massivo, a desnacionalização de setores estratégicos da economia estatal, a venda de empresas estatais por preços venais, a falência de milhões de pequenos e médios produtores, tanto rurais como industriais, e o estabelecimento da maior onda de corrupção e desmandos públicos do Governo Federal que o país conheceu. A proposta neoliberal e antipopular implementada pelo governo Collor resultou no seu “*impeachment*”, em dezembro de 1992 (...) (PEDEX, 1993, p. 57).

Com isso o presidente Ferrando Collor de Mello renunciou ao mandato ao perceber que seria derrotado pelo Senado, e apesar disso os senadores deram continuidade ao processo que o condenou por meio da cassação de seus direitos políticos por oito anos.

O governo de Itamar Franco deu continuidade à política neoliberal, mas em seu governo essa prática política sustentou-se pela receita então aplicada pelo FMI, e mesmo nas vezes em que a cartilha neoliberal falava em “preocupações sociais” o que se verificava é uma incoerência e um desinteresse em se garantir as necessidades básicas da população, tendo em vista que o discurso das intenções neoliberais traz implícita a ampliação das ações que visam favorecer as empresas privadas. O então Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, propõe o Plano Real como forma de valorizar a moeda brasileira neste cenário, assim demonstrado por Barbosa (2007):

Também é nesse governo que Fernando Henrique Cardoso (FHC), como Ministro da Economia, lança o Plano Real no Brasil, cujo sucesso se deveu à valorização da nova moeda brasileira (por decreto) e da decorrente ilusão de que o real possuía o mesmo valor do dólar. Um alto preço ainda está sendo pago por essa ilusão, pois as medidas econômicas traçadas a partir do Plano deram vazão a uma entrada mais incisiva no país, que podemos denominar de ideário neoliberal (BARBOSA, 2007, p. 60).

O seguinte governo, de Fernando Henrique Cardoso (FHC), então presidente eleito, apresentou uma crescente aceleração dessa política neoliberal no período de 1995 a 1998. Em seu governo a palavra “modernização” passa a ter centralidade no discurso do presidente, que a todo tempo retomava a frase de que “outros caminhos são impossíveis” para justificar os ajustes econômicos que estavam sendo realizados (SILVA, 2011):

É importante citar que este processo de modernização está pautado em diretrizes internacionais resultantes dos acordos constituídos com a USAID. Em grande parte das propostas apresentadas para a educação o movimento estudantil se posicionou contra as ações do governo. Entendendo que o capitalismo era o grande beneficiado neste ambiente de inúmeros acordos (SILL, 2011, p. 31).

Iniciam-se, nesse íterim, os acordos de ajustes educacionais brasileiros previstos em todos os níveis da educação (Ensino Primário, Médio e Superior) e de acordo com as normas americanas do período da ditadura militar, sob a farsa da “prática

de modernização da educação brasileira” como uma forma de avanço e expansão do país.

Com isso a tentativa de uma educação imposta pelo sistema de ensino baseado nos interesses norte-americanos foi sistematicamente denunciada nas ruas pelas juventudes. Há muitos anos já a juventude brasileira clamava pela reforma universitária de um setor educacional que passou por uma formação de acordos com agências americanas com base em uma reforma educacional brasileira. Esses planos são resultados de um concreto estudo norte-americano a respeito de nosso ensino superior, estudos que foram mantidos em sigilo e colocados como resultado da Comissão Meira Matos, demonstrando possível a tese das transformações das universidades federais em fundações particulares. Em tempos de ditadura militar essas políticas educacionais foram pensadas pelo General Meira Matos, mas pouco se sabe sobre o seu relatório secreto, embora essa seja uma das propostas que seguramente devia-se sustentar pelo apoio à tese de política americanista, como aponta Márcio Moreira Alves (1968):

As transformações das universidades brasileiras em fundações não representa apenas uma tentativa de se restringir ainda mais as já quase nulas possibilidades de acesso dos filhos da pequena classe média e do operariado ao ensino superior, o que lhes proporcionaria ascensão social. Vai muito além. É a colocação de todo o sistema universitário na dependência do interesse direto e imediato do poder econômico norte-americano no Brasil. A razão é simples. As fundações não teriam, para garantir sua sobrevivência econômica, nem o compromisso de verbas federais que crescessem com as suas necessidades, nem a de recursos próprios, independentes, que lhes poderiam ser propiciados, por exemplo, com a transferência de ações das grandes empresas estatais para sua propriedade. Somente sobreviveriam e se expandiriam se dispusessem de doações particulares (ALVES, 1968, p. 24).

O que se deve entender de tudo isso não seria a negação de políticas de outros países a serem seguidas pelo Brasil, como uma forma de organização educacional seguida pela modernização seria de extrema importância a participação de diversas políticas apresentadas pelo governo brasileiro e não somente de uma única implantação imposta pelo governo americano, tornando-se uma grande imposição sendo esse uma grande potência imperialista e restringindo qualquer ação brasileira.

No governo de Fernando Henrique Cardoso esses processos foram retomados e geraram a necessidade de cortes orçamentários em diversos setores, uma das justificativas para o governo proceder com sua reforma política de cortes de recursos no sistema de previdência social, na saúde, na educação e outros mais advindos do Estado. O social é substituído, portanto, pelas relações entre mercado e capital:

Muitas ações foram feitas no sentido de luta interna na universidade: por ampliação da moradia, a briga pela permanência do [Restaurante Universitário] (RU) zero, porque sempre tivemos RU zero na universidade, ou seja, nenhum estudante pagava o RU. Por conta da política de governo do Fernando Henrique nos anos 90 a universidade ela foi sucateada durante toda a década. Sucateada ao ponto de discussões do Conselho Universitário girarem em torno do quê fazer para pagar a conta de luz e água da universidade, pois a CPFL ameaçava cortar a energia elétrica da universidade por falta de pagamento. A universidade funcionava praticamente porque os professores a mantinham em pé, recursos técnicos como dinheiro de custeio, isso não existia (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Os estudantes estavam bastante mobilizados com essas questões, muitas mudanças aconteceram no governo do Fernando Henrique Cardoso, como o restaurante que não era pago, fizemos ocupação na reitoria e conseguimos fazer com que o restaurante tivesse um valor menor, um preço que é subsidiado pela universidade, que banca boa parte do custo (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

O contexto político da década de 1990 consolidou-se com base na política neoliberal de visão produtivista baseada na TCH⁵ (Teoria do Capital Humano, que concebe a educação como preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho). Países como o Brasil e outros da América Latina passavam por dificuldades econômicas e, para superar a crise, fez-se necessário (aos governantes da época) a intervenção no funcionamento do Estado nesses países como um processo de desregulamentação da economia, de privatização das empresas produtivas estatais, abertura de mercados às moedas estrangeiras, reforma nos sistemas de previdência social, saúde e políticas de reforma da educação que tinham como justificativa a descentralização desses serviços para otimizar a produção e captação dos recursos. Como relata *Cora*, esse tipo de governo não beneficiava a universidade pública, pois acarretava apenas cortes orçamentários e salariais:

O curso de ciências sociais, por exemplo, ele foi criado pelo professor e o giz. Não tem mais nada e mesmo o dinheiro de custeio para os departamentos, que permite que a gente organize os eventos, permite que o discente reserve um dinheiro para a apresentação de trabalho em congresso, que o professor também tenha ajuda, naquela época isso era exatamente inexistente. A universidade não tinha dinheiro para suas questões mais básicas e elementares. Além disso, foi um momento de grande arrocho no sentido dos servidores não terem aumento salarial durante o governo FHC, nem os docentes, nem os técnico-administrativos, incluindo as bolsas de iniciação científica, de mestrado e doutorado sem aumento (*Cora* entrevista em 13/3/2015).

O neoliberalismo classifica-se como uma política que visa às práticas econômicas, que apresenta o bem-estar humano como individual, ou seja, a liberdade

⁵ Os pressupostos da THC (Teoria do Capital Humano) podem ser encontrados na Escola de Chicago, à qual também está filiado Milton Friedman (YANAGUITA, 2011).

vem acompanhada da capacidade humana de produzir sozinho, capacidades individuais e empreendedoras de produção de si próprio como forma de capitalizar os processos de desenvolvimento humano. Assim, o neoliberalismo propõe uma recriação do liberalismo, essa original corrente que entende o homem como constituído por sua “natureza humana”. Segundo esta concepção, o homem seria naturalmente dotado de atributos que precederiam ontologicamente a criação humana, seriam de origem natural e se desenvolveriam para sua existência em sociedade. Faremos uma breve descrição do liberalismo para entender as proposições do neoliberalismo.

As noções atribuídas à propriedade, liberdade, igualdade e racionalidade fariam parte dessa natureza humana como uma liberdade política e uma liberdade econômica, assim, o homem em sua constituição seria livre para exercer suas vontades. O papel do Estado nesse pensamento seria o de assegurar suas paixões, restringindo, controlando e favorecendo a luta e a conquista de seus interesses, como demonstra Roberta Tavares Silva (2011):

Apesar de o neoliberalismo ter se tornado mais amplamente conhecido no final do século passado, os teóricos neoliberais criticaram o Estado de bem-estar social desde o princípio, apesar do sucesso de suas políticas dos Estados de Bem-estar social. Segundo Perry Anderson (1995), o neoliberalismo nasceu logo após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo, se constituindo em uma reação “teórica” e “política” contra o Estado intervencionista e de bem-estar. É no intuito de se opor a esta forma de estado que o economista e pensador austríaco Frederich Hayek escreve, em 1944, *O Caminho da Servidão*, onde condena veemente as limitações impostas pelo Estado aos mecanismos de mercado, argumentando que este tipo de intervenção estatal se constituiria em uma ameaça à liberdade econômica e política (SILVA, 2011, p. 22).

A ideologia liberal se pauta antes de tudo na “liberdade”, liberdade entendida como uma ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos. Esse sistema baseado na liberdade pressupõe que não haja restrições à propriedade privada dos meios de produção para plena entrada no mercado e, claro, o mercado acompanha a competição acima de tudo. Essa liberdade não é entendida como anárquica, pois o sistema liberal prevê uma “ordem geral” a fim de estabelecer regras compatíveis a todos, população e governo, sendo que o Estado não deve favorecer nenhum lado. O que deve ser feito pelo Estado é estimular a competição em todos os setores, uma competição apresentada para os liberais como “saudável” a todos:

A liberdade tão proclamada pelo liberalismo só era para os proprietários das fábricas e das máquinas, já que o capitalismo, sistema sustentado na ideologia liberal, significou uma maior escravidão para os trabalhadores, como demonstrou Karl Marx. Se o liberalismo é a fundamentação e justificação do capitalismo, o marxismo é, ao contrário, uma profunda crítica ao capitalismo (PEDEX, 1993, p. 18 e 19).

O neoliberalismo pretendia resgatar as bases do liberalismo econômico a fim de uma livre concorrência e uma “ordem natural harmônica”. Entende-se que o neoliberalismo se opõe claramente aos conceitos de universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais, serviços esses fornecidos pelo Estado. Então, para os neoliberais, a intervenção mínima do Estado é válida para o avanço do mercado e de seus objetivos políticos e econômicos, ou seja, a intervenção do Estado se justifica na medida em que atua em prol do benefício do capital:

Em economia e política fala-se do liberalismo como uma doutrina que afirma que a economia não deve estar submetida à intervenção do Estado porque ela é regida por leis naturais próprias. Segundo os defensores desta doutrina, estas leis naturais sempre conduzem para o bom caminho de desenvolvimento e equilíbrio, e os empresários particulares são os únicos que sabem conduzir a economia. Nos tempos atuais, o liberalismo maquiou-se sem mudar seu caráter e passou a ser chamado de neoliberalismo (PEDEX, 1993, p.4).

Os diversos campos educacionais sofrem alterações segundo a Constituição de 1988, tanto que a Educação Básica passa a ser regida pelos municípios e pelos estados de maneira que os primeiros atendem às séries iniciais e os estados se incumbem dos Ensinos Fundamental e Médio.

A educação no contexto do Estado neoliberal tem papel importante na relação com o capital devido a uma força motora de ascensão, de crescimento social que somente a educação garante – pelo esforço próprio do indivíduo reduzido somente ao ambiente do mercado de trabalho –, de formação de mão de obra e não atuando como formadora de relações humanas.

Uma das agências de grande influência internacional sobre a política neoliberal brasileira é o Banco Mundial (BM). Vários autores apontam que as medidas recomendadas pelo Banco Mundial quanto à gestão do Ensino Superior público visam não aumentar os investimentos públicos na universidade, mas sim ampliar o mercado universitário, do que sugere-se o corte de investimentos por estudante, tendendo à extinção dessa modalidade de ensino, viés considerado por Samir Pérez Mortada (2008): :

Na expansão avassaladora da rede privada de ensino, as novas instituições são inauguradas sob esse novo paradigma. Como empresas desde o nascimento, adaptam-se facilmente às novas diretrizes, são regidas pelas leis da competição e da viabilidade econômica. Os cursos de graduação se orientam para as demandas de mercado; o conhecimento equipara-se à informação técnica mínima necessária para o desempenho profissional. A eficiência, a infraestrutura, a tecnologia e a competitividade são as novas palavras de ordem, as utopias propagadas pelo *marketing* agressivo dessas empresas. O que as regulamenta, sobretudo, é o direito do consumidor (MORTADA, 2008, p. 291).

A Educação Superior na década de 1990 foi regida pela racionalização organizacional e pela busca de novos sistemas de gestão, outras formas de administrar que correspondem a um determinado padrão. Assim, a administração das universidades públicas passa a ser orientada pela busca de resultados, pela descentralização, flexibilização e competitividade, por um plano estratégico, enfim... Nesse sentido, a expansão da Educação Superior no Brasil tinha como regras os sistemas de planejamento e avaliação de resultados, o que comportou a lógica empresarial com as ideologias de modernização produtiva e grande inovação tecnológica resultantes do processo da globalização sustentando as bases para uma Educação Superior mercadológica para atender ao mercado e se adequar aos “tempos modernos”, deliberando um desenvolvimento econômico para o Ensino Superior privado e não a expansão da educação pública e de qualidade, como descritos por Sérgio Moura Tavares (2012):

Os princípios da racionalidade legal, burocrática e econômica voltados ao desenvolvimento e à modernização embasaram o projeto de reforma do Ensino Superior apontando para um modelo que permitisse a expansão do sistema universitário brasileiro via iniciativa privada. Sob o regimento da economia de mercado e sem uma evolução proporcional do fundo público através das instituições públicas (federais, estaduais e municipais), o crescimento do setor público do Ensino Superior foi significativamente inferior ao da iniciativa privada, no período de 1990-2006, segundo dados do INEP (1991-2007) (TAVARES, 2012, p. 82).

Alguns setores privados expandiram-se dentro da universidade pública, pois com o aumento das especializações, pesquisas e institutos abriu-se espaço para uma lógica de sucateamento para garantir a presença privada nas instâncias públicas, o que outra entrevistada igualmente relatado por Mariana:

Era muito mais em relação ao aumento das fundações à surdina... E foram encontrando estratégias de privatização, muitas instituições começaram a existir na universidade e era uma forma do capital privado entrar. Os MBA's e outras especializações e institutos de pesquisas, isso começou a se generalizar também e as justificativas vinham pelo sucateamento. Um

sucateamento arquitetado para a abertura e entrada do capital privado. Em alguns setores da universidade era isso o que eles queriam e querem até hoje (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Os cortes aconteciam também na forma de gerir a participação das pessoas dentro da universidade. Em 21 de dezembro de 1995 foi aprovada a Lei nº. 9.129, que consistiu na redução da “participação política dos estudantes e dos funcionários das universidades federais na escolha de seus dirigentes”. A implementação dessa Lei representou um retrocesso, pois antes era garantido a todos a participação paritária em órgãos colegiados compreendendo alunos, funcionários e professores (conquista essa representada pela abertura política do país em diversas universidades). Resultou, então, num enfraquecimento próprio do caráter democrático, já que com essa lei a nomeação de cargos de vice-reitores e reitores ficam a caráter do Presidente da República, que centraliza as decisões novamente e retira a presença dos pares nas decisões universitárias (BARBOSA, 2007).

A participação dos alunos em órgãos universitários era bastante restrita se comparada aos professores e outros funcionários, e a ocupação desses espaços não era realizada pelos alunos envolvidos no movimento estudantil. Dada a sua importância, esse quadro de representação foi mudando e ampliando o conhecimento desses espaços pelos estudantes, de modo que o movimento estudantil foi brigando pela permanência dos alunos nesses lugares hierarquizados:

Eu participava do grupo de estudantes que estavam ativamente nos Conselhos, com presença nos órgãos colegiados, seja no Conselho do curso, no Conselho do departamento, no Conselho interdepartamental à época, que hoje é o Conselho de centro, e no CEPE, que era o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (atualmente dividido) e no Conselho Universitário. Uma intensa participação... Me lembro também no processo da reitoria, de chapas para a reitoria, porque a nossa universidade é uma universidade diferente de muitas outras... Você elege o reitor por voto paritário, quase nenhuma universidade faz voto paritário. O voto paritário significa que o meu voto tem o mesmo peso que o seu voto, o voto do docente tem o mesmo peso do voto do estudante, que tem o mesmo voto do técnico-administrativo. Cada categoria tem 33,33% de peso na escolha da chapa da reitoria, e um outro diferencial é que a chapa era apresentada inteira, você sabia quem era o vice-reitor e todos os pró-reitores. A gente participava ativamente da construção do programa da chapa da reitoria e os alunos participavam da campanha das chapas, pois existiam projetos de universidade bastante distintos, ainda hoje é assim (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Como citado acima, algumas universidades federais consideraram a importância do voto paritário, as universidades estaduais, por sua vez, não têm essa liberdade e, atualmente, seus reitores ainda são escolhidos pelos governadores do Estado. Entende-

se que dentro das instituições estaduais ainda há um atraso na constituição da democracia.

A Educação Superior, com as reformas implantadas, passou a ter como alicerce uma forte expansão das universidades particulares, universidades com fins lucrativos e cujas centralidades fundamentais são a racionalidade econômica e avaliação do sistema (TAVARES, 2012).

Os jovens universitários em universidades privadas tinham seu tempo reduzido, ou seja, muitas vezes estavam inseridos no mercado de trabalho durante sua graduação para poderem ter acesso e permanência no Ensino Superior, envoltos no mercado de trabalho procurando emprego ou muitas vezes empregados, o que lhes servia como garantia ao pagamento de suas mensalidades. Não ocupando, portanto, outros espaços da universidade que fossem além da sala de aula, ao contrário de jovens atuantes no movimento estudantil que deliberavam sua carga horária diária:

Estudantes que estão no curso noturno e trabalham de dia, eles não conseguem participar do movimento estudantil [e] é muito difícil a organização, porque todo o tempo que ele tem está trabalhando ou estudando, ou ele está dentro da sala de aula ou ele está em casa tendo o que fazer, ou descansando. É extremamente desgastante para quem trabalha e estuda à noite (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

A vivência no movimento traz uma participação estudantil de forma integral, com os participantes de alguma maneira mantendo o controle do tempo, fazendo ajustes em sua jornada de estudos, outros estudantes nem sempre conseguiam tempo para aprofundar esses espaços de participação:

O movimento estudantil, o que eu vejo nele historicamente, e até hoje, [são] as pessoas que têm condições para fazer um curso integral e só estão para o curso de graduação, por exemplo, elas têm como fazer o movimento porque elas têm uma flexibilidade do seu tempo e um controle sobre a organização dele, como o quê priorizar, o quê eu posso largar... Quem faz um curso noturno e trabalha durante o dia é uma dificuldade, na minha época já era uma dificuldade para quem estudava à noite participar das chapas, a gente fazia reunião do DCE no sábado, mas a pessoa quase sempre tinha aula no sábado de manhã, ela não tinha como participar do movimento, isso era uma restrição da vida acadêmica, ninguém era obrigada a estar no movimento, você faz isso se você quiser, é uma opção política da sua vida (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

Esse sistema de organização se adequou ao ensino privado, ou seja, essa flexibilização e liberalização de origem empresarial facilitou a aceitação dessas universidades ao Governo, que as utiliza em substituição às universidades públicas que,

diziam, eram “antigas” e “geravam gastos e mais *déficit* e não lucros” em relação ao seu atendimento aos alunos como forma de reduzir seus investimentos, como aponta Tavares (2012):

Quanto mais a universidade se aproxima do mercado e flexibiliza suas práticas, mais se rende à lógica da competitividade e se conforma para o ensino voltado à massa, deslocando a pesquisa e a extensão. Tudo isso ocorre em nome da emergência do momento, da dinamização do setor e da diversificação da oferta de novas modalidades de ensino, sob o patrocínio governamental (TAVARES, 2012, p. 86).

A educação passou a incorporar a lógica empresarial, em que as instituições buscavam recursos de fontes adicionais, ou seja, de fontes privadas no governo FHC. Assim, as universidades públicas foram sucateadas, muitas sem verbas para pagamento de suas contas de água, luz ou telefone. As ações dos movimentos estudantis relatadas pelas memórias das estudantes são relacionadas, por exemplo, ao Restaurante Universitário, questões de financiamento estudantil, moradia e grupos de participação nos órgãos colegiados da universidade no período em que o governo neoliberal restringia cada vez mais o acesso ao Ensino Superior gratuito e explorava o aumento do ensino privado no país. Hoje, o Brasil é o terceiro país na América Latina em privatização da Educação Superior:

O recurso para a universidade ele era extremamente escasso, os embates eles se davam em torno disso, muitas mobilizações eram feitas e com greves dos docentes. Essas greves tinham muito apoio dos estudantes e nós participávamos das assembleias da ADUSFCar, inclusive eram assembleias extremamente interessantes, importantes e diferente do que é hoje, a ADUFSCar (diferente no *campus* de Sorocaba) ela era ligada a ANDES, só existia a ANDES enquanto organização nacional dos docentes, e ela sempre foi muito combativa, a ADUFSCar sempre também. A UFSCar, especificamente, sempre [foi] muito combativa, uma universidade pequena, mas uma universidade de ponta no sentido de ser uma das que puxavam as greves nacionais. As discussões internas políticas e de conjuntura política na ADUFSCar, no movimento sindical dos docentes era extremamente rica [e] a gente participava e participava das mobilizações por uma educação pública, gratuita e de qualidade, que era essa a grande briga naquele momento. O momento vivido era o de não aumento de salários dos técnicos e docentes, não aumento das bolsas, não pagamento das bolsas, nunca sabíamos se a bolsa seria paga, eles atrasavam muito as bolsas. Os que dependiam da bolsa pra pagar aluguel, água, luz viviam com tudo atrasado porque não tinha data certa para pagar, era uma situação bastante complicada dentro da universidade (Cora em entrevista de 13/3/2015).

Como relatado, as dificuldades financeiras traduziam-se em dificuldades estruturais, dificuldades em recursos humanos provocadas pelo governo vigente para entrada das políticas neoliberais na universidade ou o sucateamento da educação de

forma geral, no campo do ensino universitário público, para a entrada das universidades privadas, processo ao qual o movimento estudantil buscava dar visibilidade:

As salas de aula com problemas de infraestrutura, com problemas de limpeza e falta de reposição das perdas salariais, porque daí não é nem aumento de salário e reposição das perdas salariais, enfim, uma série de problemas que eram visíveis, visíveis em termos assim de teto caindo literalmente. Mesmo na USP, que era uma estadual, [isso] era visível fisicamente, principalmente por falta de investimentos. Acho que a principal experiência que ficou era quando tinham os eventos que nós procurávamos realizar nas universidades federais para dar visibilidade àquelas situações (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

A expansão da Educação Superior privada traz vários benefícios à economia do país, como apresentado e defendido pelos implantadores da política neoliberal. O aumento de universidades particulares contribuiu para o aquecimento e desenvolvimento econômico gerando empregos, movimentando diversas áreas (alimentação, moradia, transportes, entretenimento, saúde) e outras áreas que fornecem insumos básicos para o sistema educacional. O Estado torna-se detentor de benefícios com o recebimento de impostos, já que essas instituições são consideradas empresas comerciais pela circulação de renda. Mas essa expansão não garante a permanência dos alunos nas universidades privadas, de modo que muitos deles adentravam ao Ensino Superior sem chegar a terminar a graduação por falta de recursos financeiros, pelo não pagamento das mensalidades e, muitas vezes, pela não inserção direta no mercado de trabalho, uma das justificativas das políticas de cunho neoliberal que sustentava o acesso direto da Educação Superior ao mercado de trabalho.

Mesmo com esses “atributos” mencionados acima fica claro que o acesso e a permanência de alunos ao Ensino Superior público nesse período não é de interesse desse tipo de governo, pois não é de interesse político e econômico ampliar o ensino universitário público, tanto a nível federal quanto estadual. As universidades existentes passaram por um total descaso, escassez em políticas públicas que abarcassem a Educação Superior, sendo esse período marcado por greves referentes ao reajuste salarial de professores e técnico-administrativos, à aquisição financeira para a melhora na infraestrutura das universidades, ao investimento em Ensino, Pesquisa e Extensão, que no momento é precário, e à falta de recursos para o investimento em mestrados e doutorados, o que faz com que se reduza o período de estudos em pós-graduação. Tudo o que foi mencionado em vista da produção em menor tempo e com geração de lucro, o que faz com que a educação passe de um **bem social** para um **bem comercial**.

Esse é o quadro educacional apresentado pelas entrevistadas, em que reafirmam a política/ econômica neoliberal da década de 1990, com destaque para o Ensino Superior brasileiro e as articulações propostas pelo governo para a redução dos bens sociais para a ampliação das riquezas de alguns apontadas por essa ideologia como uma forma de naturalizar as relações sociais.

2.1 Movimento Estudantil: divergências e convergências entre os partidos políticos

A formação integral no período da graduação, uma formação oferecida pela universidade pública e estimulada, muitas vezes, pelos professores fez com que, devido ao enraizamento de uma prática não política anterior a 1990, aos poucos a formação política social acontecesse em outros espaços que não somente os espaços educacionais (salas de aula), mas no espaço universitário como um todo, despertando nos alunos uma vontade de participação e integração na vida universitária:

O nosso curso era integral. O Albertino tinha a filosofia [de que] você tem que fazer com que o aluno, na graduação, faça uma imersão na universidade e explore todos os lados na universidade, não só a sala de aula e o currículo. Os alunos têm que fazer Extensão, participar da vida cultural, da vida política [e] são quatro, cinco anos que você tem que viver esse mundo. Ele falava assim, por exemplo, “quem terminar a graduação e não leu ‘Guerra e Paz’ não fez a graduação”, ele estimulava a gente no sentido de que não é só a matéria, mas a literatura e outras coisas. O pouco tempo que ele ficou com a gente ele influenciou muito. Essa participação já vem um pouco no sangue da gente, eu acho que pela história, pelas questões que se colocam na vida [e] vão florescendo na medida em que você vai sendo estimulada, e nós tivemos professores que estimulavam (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

O movimento estudantil na vida dos estudantes é marcado pela expressão da formação educativa e política e, muitas vezes, a sua participação está atrelada a uma construção social que alguns cursos de graduação não permitem, não havendo espaço para discussão em seu ambiente educacional. Como destaca *Violeta*, são espaços como esses que contribuem para a formação humana:

O movimento estudantil tem essa característica, ele faz parte da formação do ser político, de quem atua... Ele vai construir base de você concordar ou discordar de várias coisas, ele vai te por em contato com vários temas na grande maioria das vezes pela primeira vez, [temas] que você nunca tinha pensado em discutir e você começa a discutir. Por exemplo, a minha formação é de Engenheira, eu não tive contato com livros filosóficos, eu não sabia o que era Marx. Na engenharia, infelizmente, embora o Marx tenha sido um grande estudioso do capital e não dos trabalhadores, o livro que o Marx escreveu chama ‘O Capital’ e não ‘O Trabalho’, não se estuda o Marx até hoje na Engenharia da USP (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

A educação anterior à universidade, uma educação exercida pela ditadura militar, não aproximava os estudantes dos embates políticos, pois era uma educação pautada em repressão e sem ligação com partidos políticos. O governo da época entendia a atuação política como uma subversão à ordem estabelecida, em que o movimento estudantil ampliava-se para a continuidade de uma educação política:

Nós não tivemos uma educação política. Eu fui educada na ditadura militar, na educação moral e cívica... Eu não sei até que ponto sou contaminada com essa visão autoritária do não conflito, mas eu não nego o conflito, só que eu acho que o conflito tem que ser posto na mesa e ser debatido. Ser debatido e não ser visto com uma posição fechada porque assim você não resolve, você se torna intolerante. Eu sempre penso o que é a tolerância... Não sei o que é tolerância, talvez seja um meio fio perigoso [no] que a gente tinha que caminhar para conseguir articular [o movimento estudantil] (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

O movimento estudantil tem sua luta marcada sobretudo no campo político de enfrentamento contra a ditadura civil-militar no Brasil, instaurada a partir de 1964. A construção da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁶ e outras entidades deu-se por meio de partidos políticos e militantes independentes, estudantes que se aliam ao movimento como instrumentos de luta para suas reivindicações contra o contexto político da época, como considera Gabriel Paiva (2013):

Importante lembrar que antes de 1937 as entidades estudantis brasileiras não dispunham de expressividade nacional, e não foram poucas as tentativas de unificar o conjunto dos estudantes. Mas podemos afirmar que as manifestações dos estudantes que deram base à organização de uma entidade nacional fazem parte do quadro de insatisfação face aos efeitos de 1929 e dos problemas vivenciados pelos jovens universitários pobres (PAIVA, 2013, p. 34-35).

Outras lutas fizeram parte do movimento estudantil na história da política brasileira, como a que se intitulou “O petróleo é nosso”, a luta contra o nazi-fascismo na década de 1940, contra a ditadura civil-militar a partir de 1964, a defesa das eleições diretas, a luta pela anistia dos presos políticos e a defesa da redemocratização, além da luta pelo “Fora Collor” de 1992 etc. Além destas, reivindicações pelo acesso e a

⁶ Em 11 de agosto de 1937, na mesma época em que Getúlio Vargas suspendeu os direitos democráticos, perseguiu os comunistas e implementou a ditadura do Estado Novo, os jovens brasileiros construíram um instrumento de organização e expressão política denominado *União Nacional dos Estudantes* (UNE). Ainda assim, existem controvérsias em relação ao ano de fundação da UNE, pois a data de 1938 é apresentada por militantes do PCB, segundo os quais somente após o segundo Conselho Nacional dos Estudantes é que a classe demonstrou disposição em participar dos debates dos grandes temas nacionais. A contraposição da criação da UNE se instalou, pois o apoio ministerial dado à entidade a destituía do caráter de entidade apolítica, quando os estudantes permitiram o controle pelo governo autoritário (PAIVA, 2013).

universalização do Ensino Superior público com a garantia de métodos de avaliações institucionais socialmente referenciados, assim como o funcionamento democrático das universidades públicas, essas duas últimas pautas atuais estudantis (PAIVA, 2013).

A conquista do espaço físico por meio do acesso e da permanência dos estudantes é mencionada em suas histórias, pois as questões de permanência não se resumem somente ao frequentar as aulas, sendo sobretudo a garantia do acesso ao espaço acadêmico de forma integral. Muitos estudantes até hoje não moram próximos à universidade, de modo que é a Moradia Estudantil a estrutura que permite a conclusão de seus estudos:

Uma das grandes lutas foi a ampliação da Moradia, [pois] não tínhamos moradia. Ocupamos um prédio de sala de aula para poder fazer ali nossa moradia. Primeiro ocupamos um ginásio de esportes, que era o ginásio de Ginástica Olímpica. Hoje esse prédio voltou a ser sala de aula, mas por muito tempo ele foi adaptado para ser moradia estudantil (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Eu integrei um grupo daqueles que não tinham conseguido vaga para a Moradia Estudantil, a gente fez uma ocupação do térreo, foi uma ocupação de um bloco que tinha sido recém-reformado, ele tinha umas beliches... Fizemos esse movimento de ocupação, isso foi logo no primeiro ano que eu entrei na universidade (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Dentre outros movimentos realizados em 1990, o movimento estudantil ligado à luta contra os processos de privatizações de bens públicos realizou o boicote do “provão⁷” e o movimento “Fora FHC”, denunciando as práticas do neoliberalismo no Brasil (SOUSA, 2011).

Pode-se dizer que o surgimento do movimento estudantil brasileiro está atrelado à história dos partidos políticos brasileiros, embora essa história não represente uma união entre o movimento estudantil e os partidos políticos, como descrito por Ana Karina Brenner (2011):

Movimento estudantil e militância partidária podem se confundir e serem tomadas como sinônimos, mas guardam particularidades, e seus militantes reconhecem diferenças claras entre os dois espaços de engajamento. Não é dado que um militante estudantil seja militante partidário e vice-versa. Ainda que sejam espaços complementares da militância para alguns jovens, são claramente diferenciados, produzem experiências distintas e ocorrem em tempos e espaços também distintos (...) (BRENNER, 2011, p. 28).

⁷ O Exame Nacional de Cursos (ENC ou provão) era um exame que tinha a função de avaliar os cursos de graduação do Ensino Superior do Brasil. Ele teve oito edições realizadas anualmente pelo INEP entre os anos de 1996 e 2003.

As ideias políticas que influenciaram o movimento estudantil em sua construção de base socialista fizeram com que o PCB (Partido Comunista Brasileiro), atuante de forma clandestina na época, se tornasse a principal ferramenta ideológica envolvida na formação do próprio movimento estudantil. Esse partido com sua ideologia e movimento de esquerda atuava no Brasil de maneira expressiva, pautando-se em problemas brasileiros e tendo como proposta um tipo de revolução.

A participação de partidos políticos dentro do movimento estudantil por vários momentos centralizava e descentralizava as decisões, eventualmente garantia discussões partidárias e políticas nas diversas instâncias do movimento e da sociedade, pois as articulações entre as chapas e os partidos políticos eram muito presentes para compor a massa para o movimento:

Era uma direita desorganizada que sequer conversava, não era organizada que nem hoje: a juventude do PSDB com chapa... As chapas tinham composições do PCdoB, do PT... Tinha gente das chapas que era do PCdoB e PT, que era uma chapa só. Nessa época sim [havia] uma forte discussão política no movimento estudantil. Não que os partidos mandassem dentro do movimento, não é isso, mas as pessoas tinham um engajamento político e isso fazia com que a gente discutisse entre os filiados do PT. Por exemplo, eu era do PT e a gente discutia como ia montar a chapa, se vamos montar qual é a nossa proposta, nossa carta programa era discutida com quem tinha afinidade política... Eu sou uma pessoa que tem uma atuação política, tem uma participação social política e eu tive e vou ter essa participação em vários âmbitos, no movimento estudantil, no movimento de mulheres, no movimento de juventude. E quando eu for discutir um projeto de sociedade, quem faz isso é o partido político, então você vai criar afinidade [considerando] qual é o partido que te dá possibilidades, qual é o partido que tem afinidade com o que você pensa, qual é o partido que tem organização interna de jovens e acho que isso é normal, é do processo do ser político você ter afinidade. Não é verdade que o PT influenciava dentro do DCE ou dentro do movimento estudantil, as pessoas como entes políticos elas têm uma atuação partidária, ela tinha no movimento estudantil as coisas que o partido defendia, era defendido dentro do PT, do PCdoB, naquela época ainda não tinha o PSOL e tinha inclusive a composição direita e esquerda do PT, porque a esquerda do PT uma parte saiu e montou o PSOL, naquela época era tudo dentro, você via a Convergência do PSTU, ainda estava lá. O PSTU saiu em 1992 do PT (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

Eu discuti muito na base, eu era muito próxima da Convergência dentro do movimento estudantil, as tendências do PT tinham discussão e a gente fazia composição de tendência dentro do movimento. Era articulação, era articulação de esquerda, depois mais pra frente era a Convergência, então nós tínhamos uma discussão inclusive das tendências (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

Como apresentado, os partidos políticos cumprem uma função social, um papel fundamental na organização da juventude:

É importante termos uma posição política clara, pode até ser partidária, mas eu acho que você não pode instrumentalizar e partidizar o movimento. Você pode vir com as contribuições do partido no DCE, mas você não pode colocar o DCE do PT, eu sempre achei meio esquisito ir pra assembleia pra discutir a vida universitária e vinha umas bandeiras nada a ver como “Fora FMI”, pela criação do Estado Palestino... São demandas que, tudo bem, você chancela e assina, mas que não estão na pauta, não estão na vida universitária. Eu tenho, assim por mim, que a gente só politiza a partir da problematização dos fatos da nossa vida (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

Os partidos políticos não se desenvolvem aquém da sociedade, assim, entram em relação com outros elementos que compõem os sistemas políticos. São processos longos os de sua criação, a depender do contexto histórico vivido, pois eles nascem tanto do enfrentamento político como de regimes em decadência, monárquicos ou burgueses, elementos esses que determinaram sua existência como instrumento de organização e luta (PAIVA, 2013).

Os partidos políticos não nasceram prontos e acabados, são construções ao longo dos anos, compostos em diversas classes e que podem ser referidos como parâmetros de esquerda, centro e direita⁸.

Para o movimento estudantil, a presença dos partidos políticos caminhou com sua história e esteve presente em sua organização como movimento. O movimento estudantil, ao olhar do contexto político e econômico em meados dos anos de 1990, enfraqueceu-se e a explicação disso decorre da matrícula dos estudantes nas universidades particulares, de modo que o contexto da época demonstra a expansão das universidades privadas.

Os estudantes não vivenciavam a universidade em sua totalidade, somente como campo de busca de emprego e melhoria de vida, ideologias presentes na política neoliberal. Outros estudantes participantes do movimento estudantil dizem-se, por sua vez, apartidários por não quererem uma disputa de “aparelhamento”, ou seja, de ideologias partidárias que muitas vezes brigam entre si e não constroem uma luta pelos direitos e espaços estudantis, considerando que esses espaços tornam-se institucionalizados, fechados por bandeiras que não reivindicam o direito de todos. O problema é lutar somente pelo partido tornando-o uma corrente de pensamento partidária e se esquecendo de todo o resto, de toda a luta social e estudantil.

⁸ Os partidos políticos são instituições ou organizações constituídas por atores políticos de bases políticas e eleitorais. Os partidos de direita e esquerda costumam apresentar diferenças ideológicas e são muitas vezes colocados de lados opostos. Os partidos relacionados ao centro têm referências ideológicas parecidas, tentam buscar um certo equilíbrio social, mas não são contrários à hierarquia, por exemplo.

Pode-se dizer que a luta principal que liga o movimento estudantil é a defesa da educação brasileira, mais especificamente a defesa das universidades e da universidade pública de qualidade, pois essa última passa por um período de falta de legitimidade e representação, assim como afirma Mesquita (2003):

A perda de sentimento da “coisa pública” e da qualidade das condições de trabalho e ensino justificam a existência dessa assertiva no discurso estudantil. O discurso mostra que os militantes “sentem na pele” o sucateamento das universidades e estão conscientes da importância que ela tem para o desenvolvimento da soberania nacional (...) (MESQUITA, 2003, p. 130).

Outras lutas relacionadas ao *micro* também são realizadas e estão atreladas ao movimento estudantil, essas lutas versam sobre a realidade local universitária e fazem parte do movimento estudantil, assim como os CAs (Centros Acadêmicos) que embasam as reivindicações no cotidiano estudantil. Cada curso tem seu Centro Acadêmico e nele são discutidas a melhora da universidade, do curso, a organização de recursos para os cursos e os estudantes dentro da realidade universitária, de uma realidade local.

As pautas discutidas eram direcionadas muitas vezes à vida estudantil e com isso era muito difícil compor com todos os estudantes para a discussão de sua vida universitária. Assim, o discurso *macro* era bastante embasado na época, os debates eram relacionados à política internacional, a dificuldade estava na participação de todos para a composição de ideias conjuntas:

A universidade sofreu muito, teve muito corte, não tínhamos dinheiro para nada, não tinha bolsa de iniciação científica, a gente dependia do RU... O corte de verbas era em todas as áreas. Existiam demandas que eram próprias da vida universitária e que o movimento tinha que estar ali. Sabia-se, por exemplo, que tínhamos dois mil alunos e cem vinham para assembleia, e a importância de se discutir algo para compor, pois se não compunha não se atingia o objetivo (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

Nesse momento o movimento estudantil passa por transformações, transformações essas que abrem espaço para diversos coletivos juvenis, não necessariamente estudantis, mas também de gênero (que será abordado adiante), ecologia, discriminação racial, problemas de periferia entre outros que lutam por um espaço na sociedade (SOUSA, 2011).

Atualmente, o movimento estudantil carrega em sua constituição, em suas chapas eleitorais, em sua política de atuação as bandeiras dos partidos políticos. As

chapas estudantis dividem-se nas mais variadas bandeiras partidárias e, cada vez mais, os partidos políticos têm seus pares partidários no movimento, coletivos que agregam a participação juvenil e se estendem em Coletivos Feministas, Coletivos LGBTs, Coletivos do Movimento Negro, Coletivos em Defesa do Meio Ambiente etc. Os partidos políticos e o movimento estudantil tornam-se homogêneos em sua luta política dentro da universidade, de modo que estar à frente do movimento estudantil é quase sempre levantar uma bandeira partidária.

Na década de 1990, com a política de governo instaurada, a política neoliberal e algumas alianças feitas, o movimento estudantil, para compor suas ideias, em alguns momentos discutiu sua tutela pelo governo atual:

Eu acho que foi em 92, 93... Qual era a posição da UNE em relação ao governo Itamar? E foi um debate [em] que ficamos trancados no ginásio da UNB, lá no ginásio em Brasília, depois na UNICAMP... Discutindo isso também, acho que foi na UNICAMP que discutimos. E qual foi a posição da UNE? [A] de se manter uma posição de independência em relação ao governo Itamar. Desde quando a UNE tem que ser atrelada a algum governo? (risos) (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

Atualmente, como aponta Paiva (2013), a UNE passou por uma reformulação de sua política estudantil, antes presente uma liberdade de escolha política e passou a atrelar-se ao governo Lula pela reforma universitária, o que se tornou um obstáculo aos movimentos estudantis, pois, como o autor ressalta, esse projeto de reforma universitária faz parte da pauta neoliberal e foi implementado por governos de diversos países como França, Chile e outros:

Embora a UNE tenha passado por transformações, a sua trajetória histórica foi marcada por ações importantes no campo político, sobretudo na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. Por meio de militantes de partidos políticos e militantes independentes, estudantes construíram a UNE e outras entidades e instrumentos de luta para suas reivindicações pelas campanhas nacionais que cumpriram um papel decisivo diante dos principais fatos políticos do Brasil e do mundo (PAIVA, 2013, p. 13).

Nosso foco de estudo, reitera-se, é a memória de mulheres no movimento estudantil e não a participação na UNE em si e/ou a mudança de paradigmas políticos da entidade, mas fica registrado como importante o referido tema pelo relato de *Violeta* de seu caminho no movimento estudantil e pelo debate político atrelado por sua passagem no Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE).

O movimento estudantil teve e tem participação importante na vida estudantil dessas mulheres, aparece como algo que constitui suas subjetividades por demonstrar uma vivência prática, por ser local de diversas relações partidárias/políticas ou muitas vezes somente espaço para a ampliação das relações sociais. Como parte fundante do seguinte trabalho retratamos as articulações experienciadas por essas mulheres, sobretudo as memórias individuais e coletivas representadas por esse movimento.

CAPÍTULO 3

ESTUDOS FEMINISTAS, GÊNERO E HISTÓRIA:

As questões de gênero tiveram seu início com a discussão do feminismo, em que [se] aborda o papel feminino antes naturalizado pela construção universalizante masculina e imposta historicamente pelo discurso médico vitoriano, familiar, da igreja e reforçado pelo olhar masculino ao mundo público, provocando assim uma ampla mudança nas relações sociais e de gênero quando se passa a discutir as relações masculinizadas de poder, trata-se de recusar o que somos, desde as subjetivações masculinas ou femininas que são impostas pelo Estado (RAGO, 2004).

Os estudos feministas e de gênero têm sua origem na história do movimento feminista que, de forma política com suas lutas, sai às ruas onde localizam-se as primeiras manifestações no século XIX com a luta pelo voto, “o sufrágismo” que passou a ser considerado posteriormente como a primeira onda do movimento feminista, que sabemos não foi uma luta de todas as mulheres, visto ser o direito ao voto feminino restringido a poucas mulheres e seus interesses ligados às mulheres brancas de classe média não se deu da mesma forma em todos os países, seu processo foi mais avançado em alguns países e mais lento em outros.

Considerada como “segunda onda do feminismo”, a preocupação teórica trará ao debate não somente as marchas nas ruas ou lutas políticas marcadas por protestos públicos, pois esses movimentos ressurgem nesse período através de livros, jornais e revistas. Estudiosas e militantes feministas têm suas críticas problematizadas em estudos acadêmicos, as mulheres participantes desse mundo acadêmico trouxeram questões para dentro das universidades modificando e, assim, “contaminando” o fazer intelectual enquanto estudiosas, pesquisadoras com sua paixão política e que colocam questões novas para o debate (LOURO, 1997).

Acerca das efervescências de conceitos e teorias, várias teóricas se manifestaram com a publicação de livros que se tornaram obras clássicas, tais como *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1949), *A mística feminina*, de Betty Friedman (1963), e *Política sexual*, de Kate Millett (1969). Tais questões mobilizavam a geração dessas mulheres e adentram o mundo acadêmico movimentando o universo intelectual com o surgimento dos Estudos da Mulher.

O feminino perante os estudos da ciência era invisibilizado e, com o advento das discussões e pesquisas, a mulher torna-se visível, saindo da esfera do privado, do

doméstico e passando a ter a visibilidade também estendida às mulheres pobres que ocupavam as lavouras, as fábricas, em trabalhos de apoio aos homens (atualmente ainda exercem esses tipos de trabalhos), sendo que as feministas demonstram e denunciam a ausência das mulheres nas Ciências, nas Artes e nas Letras (LOURO, 1997).

Surgem, então, os Estudos da Mulher, essa que foi ocultada por muito tempo, por meio do qual as estudiosas feministas tinham como objetivo trazer à tona a visibilidade feminina.

Diversas marcas foram instituídas pelas mulheres ao longo do tempo, o feminismo apresenta essas marcas como uma forma de reflexão teórica e de militância política a fim de representar as lutas das mulheres em suas várias idades, etnias e classes sociais. Essas lutas se enredam ao meio acadêmico e, com o ingresso das feministas nesse meio, criam-se grupos de pesquisadoras dedicadas aos estudos das teorias e práticas organizadas pelo feminismo. Esses estudos feministas questionam paradigmas das ciências e as definições tradicionais da sociedade, da política, os espaços público e privado, o conceito de autonomia, a liberdade etc. De qualquer forma, esses estudos servem de base para a reflexão, inclusive, de uma nova metodologia de trabalho.

A epistemologia feminista vem como teoria de conhecimento que faz repensar as formas de olhar e ser mulher perante a ciência:

Na consideração da existência de uma/várias epistemologia/s feminista/s, valeria então destacarmos, de início, dois pontos: o primeiro aponta para a participação do feminismo na ampla crítica cultural, teórica, epistemológica em curso, ao lado da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, do Desconstrutivismo e do Pós- Modernismo. Essa crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais; propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista incluso, logo excludente. Portanto, denuncia uma racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade que não dá conta de pensar a diferença (...) (RAGO, 1998, p. 4)

As epistemologias feministas, tal como descritas por Rago (1998), e também os Estudos de Gênero, produzem um terreno para novos pensamentos sobre a mulher, que antes era analisada predominantemente como um ser biológico e sexual; ou, por outro lado, por um fundacionalismo biológico (NICHOLSON, 2000). O feminismo entende as mulheres como sujeitos construídos socialmente, em um jogo de relações de dominação, poder e de disciplinamento que envolve a sociedade compreendida como falocêntrica.

Essas relações se dão por meio do discurso e de ideologias, de modo que o poder se atrela às relações consideradas desiguais, assim como histórica e culturalmente as

relações entre feminino e masculino aconteceram e acontecem, pois são relações constituídas em campos sociais de força (GABRIELLI, 2007).

A efervescência acadêmica provocada pelos interesses feministas deu lugar à crescente acumulação de um corpo de dados sobre “a situação da mulher”. Assim, se constituíram e consolidaram os Estudos da Mulher nas mais diversas disciplinas – a antropologia da mulher, a história das mulheres, etc. Esses estudos confrontaram aspectos dessas disciplinas, mas a acumulação de informação sobre a diversidade de experiências femininas e a sofisticação crescente das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo conduziram, também, ao caminho oposto, isto é, à contestação de vários conceitos e categorias com as quais o pensamento feminista estava operando. Um dos primeiros alvos desses questionamentos foi a utilização do *patriarcado* como categoria de análise (PISCITELLI, 2001).

O conceito de patriarcado⁹, como categoria política a ser analisada, colocou sérios problemas à historicidade da condição feminina. O seguinte conceito teve sua importância na medida em que apresentava as forças específicas realizadas para a manutenção do sexismo; o conceito gera conflitos, no entanto, ao se pensar nas raízes históricas de opressão feminina como fenômeno histórico, em que, se o patriarcado teve um início, logo teria um fim. O problema é que a utilização do termo fora de um contexto distorcia e obscurecia a compreensão das relações sociais organizadas como forma de discriminação feminina.

Esses estudos feministas deram visibilidade às mulheres de forma pessoal e política, fazendo fervilhar discussões entre o privado e o público não de forma binária,

⁹ O *patriarcado* é um conceito para explicar umas das formas das relações de subordinação feminina. Adotado pelas feministas ditas como “radicais”, possui um viés político, pois denuncia a dominação masculina em que os homens possuem privilégios e controle sobre a sociedade e o corpo feminino (exemplos como o uso da pornografia, estupro, violência doméstica, assédio sexual, leis restritivas sobre a contracepção, esterilização, aborto e etc). As mulheres são, portanto, oprimidas pelos homens em todos os âmbitos de suas vidas. É uma teoria que abarca a opressão de todas as mulheres, diferente do pensamento feminista de esquerda que, ancorado no marxismo, somente encontrava a opressão nas relações de classe, sendo que quem eram as oprimidas nessa sociedade eram as mulheres pobres. Outra autora como Heleieth Saffioti, que apresenta o feminismo marxista/socialista, trabalhou com as relações do patriarcado de maneira suscetível às relações capitalistas. Nesse viés discute-se as relações do patriarcado juntamente com as relações de classe, de dominação capitalista, sendo considerado antes a relação de exploração feminina acompanhada com a exploração de classe numa “lógica patriarcal” e “uma lógica capitalista”, portanto, neste modo de produção patriarcal as mulheres constituem uma classe social. Ainda assim, esse conceito mostrou-se útil até o ponto em que demonstra uma mobilização política importante, de luta contra o sexismo, mas pelo seu caráter determinista e estático coloca problemas metodológicos, pois se estende somente como um conceito de opressão contra as mulheres não mostrando o seu caráter social e, sim, demonstrando a opressão da mulher como algo natural (ZIRBEL, 2007).

mas a fim de localizar a luta política de ambos os espaços, do que decorreram várias questões que foram e são problematizadas, como aponta Louro (1997):

Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas nos Estudos Feministas: seu caráter político: Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez mais com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que os estudos de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 1997, p. 19).

Os estudos feministas subvertem aquilo antes entendido como fixo e acabado pela ciência, questiona e transforma o conhecimento, dos quais seus objetivos são relacionados não mais de forma objetiva, mas de forma subjetiva e prática, principalmente pelo feminismo se pautar como uma luta política, redefinindo outras relações entre a sociedade e a subjetividade, os sujeitos e as instituições sociais.

Os debates acerca das constituições sexuais tornam-se cada vez mais utilizados para as distinções entre feminino e masculino, diferenças biológicas e sexuais servem de forma a se compreender as desigualdades sociais formadas a partir do sexo. A forma como essas características são representadas e valorizadas dão lugar às distinções físicas em um dado tempo histórico. Para se compreender as relações entre os sexos, faz-se um apanhado do construído socialmente e, assim, esse debate dá lugar ao conceito de gênero, de modo que:

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou que se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade em dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 21).

Assim como as relações, o gênero é construído socialmente e considera as múltiplas relações estabelecidas na vida social, como afirma Joan Scott (1989):

(...) O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos (as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo (o que os sociólogos da família chamaram “os papéis sexuais”) estes(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1989, p. 7).

Acerca dos estudos feministas, as hipóteses que explicavam sobre as origens das opressões femininas, foram sendo debatidas, questionadas na busca de outros conceitos e estudos teóricos que desnaturalizavam os sistemas de opressão feminina, terreno fértil para o desenvolvimento do conceito de gênero.

No final dos anos 1980, estudiosas feministas brasileiras começaram, timidamente para depois ampliar-se, a utilizar o termo *gênero* em suas discussões. O conceito de gênero foi desenvolvido no seio do pensamento feminista, se mostrando inovador em diversos sentidos (PISCITELLI, 2001).

Os Estudos de Gênero tiveram seu desenvolvimento no marco dos estudos sobre a mulher, utilizando-se de seus diversos pressupostos. O diferencial dos Estudos de Gênero encontra-se na superação dos problemas referentes aos estudos sobre as mulheres, problemas esses formulados por suas categorias principais.

Isto fica claro quando prestamos atenção à publicação do ensaio que marcou o pensamento feminista ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher. Embora o termo gênero já fosse utilizado, foi a partir da conceitualização de Gayle Rubin (1975) que este começou a difundir-se com uma forma inusitada até esse momento. O ensaio *O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, publicado em 1975, foi escrito quando sua autora era uma aluna de pós-graduação e se tornou, assim, uma referência obrigatória na literatura feminista (PISCITELLI, 2001).

A discussão abordada por Rubin em seu livro segue o debate sobre a natureza, sua gênese e as causas da opressão e subordinação social da mulher, onde a autora define o sistema sexo/gênero da forma como a sociedade molda as relações do sexo biológico em produtos humanos, da atividade humana, relações sociais que convertem fêmeas e machos em mulheres e homens, situando a fêmea com um conjunto de normas

a serem realizados para sua domesticação, como um produto final da transformação em mulher, como a matéria-prima originada do biológico ao resultado final da intervenção social humana, encontrando e situando a passagem da natureza à cultura humana, uma espécie de trânsito na sexualidade. A autora traz discussões de vários autores, os principais de sua teoria abrangem desde Lévi Strauss a Freud, fazendo uma crítica referente aos conceitos utilizados e questionando sua literatura para o entendimento do sistema sexo/gênero. Partindo para descrever a opressão feminina no sentido social, que seria a chave para os estudos das opressões das mulheres e de suas minorias sexuais.

Esses estudos levam Rubin a pensar os estudos referentes à mulher em diversas sociedades, pois a cultura se sobrepõe à natureza e, sendo assim, os dados apresentados nas pesquisas realizadas evidenciam a “diferença”, sobretudo essa diferença como algo de vertente cultural, ou seja, homens e mulheres são diferentes não por aspectos naturais, considerando seu sistema de formação biológica e sexual, mas por suas características de vivências sociais. A identidade de gênero apresenta isso, pois, de forma a demonstrar a superação das relações tidas como naturais.

Mas, ainda assim, a autora, para explicar as relações de gênero, faz o caminho entre relações binárias sexo/gênero e homem/mulher, metodologicamente seguindo os autores a quem destina suas críticas, considerando que seus estudos foram discutidos e questionados por outras feministas. Esse ensaio mostra deslocamentos em se pensar as teorias naturalizantes da época. Um deles seria pensar a construção social da mulher em termos relacionados aos sistemas culturais, o outro seria a compreensão na qual o sistema sexo/gênero trabalha em sua totalidade empírica de demonstrar o desenvolvimento nas diversas sociedades em contextos específicos relacionados às tensões apresentadas pelas relações de poder; nesse sentido, esses estudos são categorias distintas ao patriarcado, pois as relações de opressão seriam respostas às relações sociais específicas de determinado grupo.

Entende-se que o conceito de gênero começou a ser desenvolvido como uma alternativa de debate sobre as questões relacionadas ao patriarcado. Preocupação que tem como fundamento uma base política em que o termo *gênero* se instala para a compreensão das sociedades imbricadas e mantidas pelas relações de poder e onde a diferença sexual apresenta status de diferença sexual política, politização sexual essa que se afasta da ideia universal de diferença sexual natural como princípio classificatório único de formação das relações entre homens e mulheres.

Os estudos de gênero fazem o alerta para se repensarem as feminilidades e masculinidades instituídas, o que se faz importante à desconstrução dessa presente categoria binária, como aponta Rago (1995):

Os estudos de gênero vêm certamente ganhando um espaço de destaque nas universidades e nos núcleos de pesquisa, apontando para a necessidade da desconstrução de nossas referências paradigmáticas sobre a feminilidade e a masculinidade, num mundo que certamente aprendeu com Foucault que as essências e as identidades naturais são uma ficção e não uma realidade empírica e que, como cantou o poeta, “as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender” (RAGO, 1995, p. 80).

O conceito surge na luta das mulheres para superar a determinação biológica que se impunha nas relações entre homens e mulheres, relação essa sustentada pelas teorias essencialistas que buscavam a diferenciação entre os seres humanos. O debate girava em torno das relações de poder e o conceito de gênero serviu para melhor explicitar esse cenário.

Estudos e pesquisas demonstram que o poder foi e ainda se conserva na esfera masculina, onde o masculino utiliza-se do poder como forma de dominação e subjugação da mulher e de seu corpo pressupondo essas relações instauradas em todas as instâncias ou, no caso nas questões de gênero, o poder estabelecido em suas formas de modo negativo. Poder esse de invisibilidade, exclusão e negação, exclusão explicada pela conveniência de excluir a mulher em determinado tempo histórico e negação por incluir, por deixar a mulher aparecer nas constantes formas regidas pelo controle masculino enquanto simultaneamente se negam as suas formas de existência por meio desse controle. Esse tipo de poder muitas vezes exercido ultrapassa o gênero, hierarquizando a cultura do masculino em detrimento da cultura feminina. Mais uma vez, aproxima-se de uma lógica binária, masculino e feminino, permitido e proibido, entre outros.

Para Foucault (2014), entende-se que o poder não está em uma soberania, lei ou Estado, ou mesmo em uma forma global de dominação, o poder está atrelado a todas as relações:

(...) Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutiva de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização

institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. A condição de possibilidade do poder, em todo caso, o ponto de vista que permite tornar seu exercício inteligível até em seus efeitos mais “periféricos” e, também, enseja empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeitos de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2014a, p. 100 e 101).

Para o autor, o poder não deriva, portanto, de uma estrutura social, mas sim se define enquanto uma prática social, algo construído e dessa forma exercido historicamente.

Outra autora que faz relação entre gênero e poder é Scott (1989) que, em seu texto, define o conceito de gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, de modo que o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Segundo a autora, as relações de gênero e poder se entrelaçam no campo social e são hierarquizadas, construídas, contestadas e mantidas ao longo da história entre diversos grupos.

Ao mesmo tempo em que se pensa o gênero como uma construção social deve-se entender que ele não polariza os campos feminino e masculino, pois sua construção social realiza-se de forma a desconstruir a afirmação de *um modo de ser* mulher ou homem, abarcando a desconstrução da formação de unidades entre os pólos, mostrando sua pluralidade entre homens e mulheres, assim como cada um supõe o outro, como afirma LOURO (1997):

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal, não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 1997, p. 32).

Não se tem uma fórmula pronta do *ser mulher*, portanto, mas se têm experiências, vivências sociais que constroem e trazem significado ao seu movimento, à sua ação, à sua pluralidade. As questões de gênero e o feminismo inscrevem as mulheres na história, trazendo significado ao seu movimento, movimento esse que inclui na história as experiências pessoais, subjetivas, públicas e políticas. Assim, tal metodologia implica não só numa nova história das mulheres, mas numa nova História (SCOTT, 1989).

O diálogo sobre as questões de gênero no movimento estudantil ainda estavam no começo do debate na década de 1990, de modo que suas discussões nem sempre eram levantadas, nenhum questionamento era feito pelos grupos da época. As questões e os preconceitos sempre estiveram postos, mas de certa forma eram ignorados, de maneira que as meninas reproduziam alguns rituais sem se dar conta de reproduzir o que acontecia em um primeiro plano na sociedade, como é relatado a seguir:

Não tinha nenhum grupo que levantasse um “A” sobre essas questões, mas elas estavam presentes. Mas naquele momento não tinha ninguém que levantasse essas questões, pelo contrário, até as próprias meninas que estavam envolvidas reproduziam do mesmo jeito o discurso, o hino. Era o encontro do time da USP contra o time da Federal, mas sem nenhum questionamento, seja mais organizado de movimento feminista, por exemplo, que hoje a gente tem presente e tem movimento feminista presente na universidade de vários matizes, inclusive, sobretudo lá em São Carlos. Mas também você não tinha nenhum tipo de conversa entre as meninas que participavam do movimento estudantil, isso não era posto naquele momento. Essa questão não era posta no caso específico do movimento estudantil que eu participei, das discussões que eu participei, ela não era sequer levantada por ninguém. Não é que ela era abafada ou ela era posta em segundo plano por um grupo de homens ou meninos que a colocavam em segundo plano, não!, ela não era levantada (Cora de 13/3/2105).

Os relatos tomam base de uma dimensão sexuada da sociedade e da história, como afirma Michelle Perrot (2012), antes ignorada e interpretada pelo sexo masculino e que excluía e negava as discussões pautadas na violência moral contra a mulher. Muitas vezes sentia-se, mas se colocava em silêncio, calava-se a voz das mulheres e dos outros sem tomar partido, uma forma de negar sua existência, de uma conformação a não discutir pela falta de importância, pela falta de palavra:

Tem a discriminação, era coisa que a gente sentia, mas não era discutida, não fazia parte daquele universo, não era debatida, acho que, talvez, era mais velado. Eu pelo menos não participei dos movimentos de gênero, eu não lembro se tinha, porque eu não participei. Talvez a gente sentisse isso e era inconsciente, mas na época não tínhamos essa pauta na cabeça, as questões de gênero não tinham essa relevância (Helena entrevista de 29/3/2015).

Como relata *Cora*, essas discussões sobre depreciação ou espaço da mulher de opressão masculina não eram levantadas como exemplo no momento apresentado onde o foco estava nos jogos entre as universidades, entre a UFSCar *campus* São Carlos (Federal) e a USP/CAASO (Estadual) e a rivalidade (existente até hoje) num momento de festa, de animação sobressaía qualquer xingamento agressivo de depreciação de gênero e raça. As questões apareciam em todos os momentos, mesmo em festas esportivas como a TUSCA (Taça Universitária de São Carlos), onde se intensificavam, mas não eram abordadas como depreciação da figura feminina ou de outros grupos:

As questões, elas estavam ali. Por exemplo, eu vejo hoje toda uma crítica à TUSCA, uma crítica à Atlética... Eu começo a perceber que, na verdade, o que fazíamos naquele momento não era muito diferente do que é feito hoje, nesses termos dos xingamentos durante os jogos, dos hinos durante os jogos, não era diferente... Eles tinham o mesmo conteúdo de depreciação da mulher, do diferente, ele era carregado de depreciação da outra universidade, de depreciação do processo seletivo, todo ele é baseado em depreciações, mas isso não era levantado de modo algum como algo a ser combatido, algo a ser mudado, nem das [meninas] que participavam dos jogos nem das que estavam fora ou dentro do movimento estudantil, do DCE, dos CAs, ninguém levantava essa questão naquele momento (*Cora* de 13/3/2015).

Com a nossa conversa tive um *insight*. Foi perceber que não tinha essa agenda, eu acho que sentíamos pressão, mas não falávamos que a estrutura era machista. Às vezes eu não sou capaz, não tenho o mesmo valor daquele homem que fala “bonitão”, eu acho que era uma coisa mais reprimida, para minha vivência não era tão clara (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

O não falar, a ausência de diálogo, a falsa neutralidade que se coloca em diversos campos, no caso do campo social feminino atuante no movimento estudantil, corrobora para as práticas machistas apontadas nas memórias, ditos como não sentidos naquele momento, mas com o exercício de memória ao falar, ao relatar faz-se o questionamento das práticas vivenciadas no passado com o presente.

3.1 Gênero e história das mulheres

Essa nova história fez da mulher sujeito de suas histórias ao serem ouvidas nos diversos espaços, nos subterrâneos e nos acadêmicos. A descoberta de uma história também feminina, que passa a incluir crianças, velhos, uma história da família, do trabalho, do corpo e da sexualidade, minorias antes escondidas que, ao se tratar das histórias das mulheres, tornam-se histórias que ganham visibilidade juntamente com a história das mulheres, que é uma história de todos.

Perrot (2012), conceituada historiadora, torna-se original ao declarar que a mulher possui uma história, fatos esses ligados a uma linha do tempo, tempo esse que apresenta e representa a mulher ligada ao seu sexo, ao privado, ao silêncio, de modo que a pergunta que se faz é a de que: É possível se historicizar e representar a transformação da mulher ao longo da história?

Afirmamos que sim e, em seu texto, a autora oferece uma história das mulheres em sua genealogia¹⁰, de maneira sensível e pessoal por meio da qual narra o espaço da mulher do privado ao público, do amor ao trabalho, da arte à guerra, do corpo à política, da maternidade à ação coletiva. Relata que sua história das mulheres é nossa história das mulheres, história essa muito longe de terminar.

As mulheres ficaram muito tempo longe dos relatos de sua história, eram confinadas ao silêncio por não pertencerem à História, essa história contada pelos homens (história correspondente ao padrão do homem branco e heterossexual), e que tornava as mulheres silenciadas e invisibilizadas porque submetidas ao esquecimento no qual se anula seu espaço na humanidade. Mesmo quando vistas imersas em seu espaço privado por muito tempo foram privadas do direito de contar, de relatar suas atuações na família e no lar. À Mulher cabia o silêncio para conservar sua posição de subalterna ao homem, pois em sua criação ocupou uma segunda posição e assim deveria permanecer para o bem da ordem, sendo que as demais devem pagar por sua transgressão em um silêncio eterno.

Para os homens tidos como “grandes” na história, a mulher fica à sua sombra em um espaço obscuro, sem nitidez e clareza, inferiorizada pela grandeza do homem público, obscurecida pela imagem que não tem na história, pelas fontes não existentes, pelo silêncio das fontes em se registrar a aparição das mulheres.

Para as mulheres a educação foi tardia e seu acesso à escrita também, o mesmo com a valorização de suas memórias, afinal, para quê se saber de suas produções? São apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Isso afirmado perante as mulheres, elas próprias desprovidas de ver o interesse em expor suas memórias, apresentando uma desvalorização das mulheres por si mesmas.

A mulher antes vista como um ser impossível de qualquer aprendizagem no campo educacional tinha papel limitado a tarefas e cuidados. O tipo de educação oferecida ao homem era bem diferente da ofertada à mulher, visto que a preparação

¹⁰ Termo que Foucault e Deleuze utilizam para interpretar a história em seus escritos, de modo a não dar essência aos movimentos históricos.

masculina para a universidade era algo previsto e aceito socialmente, Nathalia Bezerra (2010) demonstra essas diferenças:

Há tempos existe uma preocupação com a educação das mulheres. Porém essa preocupação sempre foi voltada para a educação doméstica. As mulheres eram ensinadas a bordar e costurar. Algumas também tinham aulas de etiquetas e as mulheres de famílias com maior poder econômico, a elas era ensinado também outra língua, principalmente o francês. Bem diferente da educação que era dada aos homens, que desde cedo eram ensinados a ler, a escrever, fazendo com que, diferentemente das mulheres, pudessem ter acesso com enorme facilidade ao Ensino Superior (BEZERRA, 2010, p. 2).

Como descrito acima, havia grande preocupação com a educação feminina, preocupação assumida pelas funções domésticas com o objetivo das mulheres continuarem excluídas da vida pública, sendo destinadas ao casamento como única ação em suas vidas e dentro de suas casas para o cuidado dos filhos e do marido, submissas a uma figura masculina dentro de seus lares.

Essa desvalorização do feminino no campo universitário, o tardio acesso das mulheres à universidade brasileira, como prescrito pela LDB, fez com que o ingresso feminino ocorrido no século XX, na década de 1960, trouxesse como empecilho e forma de exclusão o seu papel na sociedade por meio da educação, como apresentado por Bezerra (2010):

Com a grande expansão que ocorreu na universidade no ano de 1970 é que as mulheres realmente começam a fazer parte de uma forma bem expressiva no ensino universitário no Brasil. É a partir do ingresso da mulher nas universidades que o Ensino Superior consegue se expandir no Brasil (BEZERRA, 2010, p. 4).

A Educação Superior feminina, além de tardia, tem como modelo de representação dentro da universidade muitos cursos e disciplinas desvalorizados por serem compostos de mulheres, em sua maioria:

Muitos cursos, tanto as Engenharias, por exemplo, pra eles os cursos de Humanas, a sociologia, as Licenciaturas, quem davam as aulas no Departamento de Educação, eles falavam, era a “perfumaria”. Eles falavam “as disciplinas perfumarias”, quer dizer, supérfluo, você está com pouco dinheiro, você compra perfume ou compra comida? (risos) Você compra comida, tinha esse termo aqui, você vai fazer a tal perfumaria lá? Isso daí é “perfumaria” deixa para o final do semestre, para o final do curso (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

Nesse contexto tem alguns estigmas externos, aquele curso “só tem mulher”. Isso já é carregado de um juízo de valor de colocar um peso da diferença negativa. No meu modo de pensar, no sentido de alguns caras falarem e se

interessarem pela área de conhecimento e dizerem que não fariam o curso que “só tem mulher”, como se fosse menos importante, um equívoco que precisa ser superado ainda hoje (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Os espaços de permanência feminina eram de difícil acesso às mulheres sempre testadas pelas suas capacidades, a elas são referenciadas explicações por “serem mulheres”, uma justificativa que acontece a todo o momento para manter a colocação pública ocupada pelo *ser mulher*:

Uma mulher no curso de Engenharia de Materiais, Engenharia Química, minhas amigas da Engenharia, nós tínhamos time de basquete. Na minha época começaram a vir as mulheres, elas eram pioneiras. Ou então ela é ponto fora da curva, por exemplo, a Ana Cláudia fez Engenharia Química, ela era uma das únicas mulheres no curso e a referência que se fazia: “Ela é mulher, mas é inteligente” (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

E vou dizer uma coisa, esse relato que eu faço da minha inserção, assim como de outras amigas, sempre foi permeado por uma postura de falar a mesma língua, desde a questão de andar de calça jeans, camiseta e tênis. Não me lembro, se eu lembrasse de como eu andava na universidade... Era bermuda mais comprida, tipo de moleque. Teve uma vez, foi num evento da pós e me convidaram, o coordenador era o mediador da mesa mais um professor convidado... Essa não é a primeira vez que eu escuto o mesmo comentário, porque é aquela coisa: eu falei primeiro e depois o professor que palestrou comigo. Aquela coisa, sabe, “as mulheres primeiro” (risos). E a fala dele: “Estou muito feliz de ter visto a palestra da Mariana, já tinha ouvido falar do trabalho dela, mas na hora que ela entrou, uma menina tão meiga, e a hora que ela abre a boca”... Não sei se isso é um elogio ou uma ofensa (risos), um estigma. Uma mulher jovem, menina, com alguns trejeitos, a expressão de falar por fisiotipo, a estrutura física e “quando ela abre a boca, sabe falar”! Esses nuances a gente vai sentindo. Quando eu fui para Pelotas foi bem complicado, sul do Rio Grande do Sul e eu pisava firme. Tinha uma amiga que me falou (risos): “Mariana, você entra firme e sai firme da sua aula, não mostra os dentes”. Eu lembro que passei por professora brava. (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Esses espaços, como relatado acima, exigem uma não feminilidade, não que ela não existisse, mas para a garantia de serem ouvidas as mulheres não podiam utilizar qualquer acessório considerado feminino nas discussões políticas do movimento estudantil:

As meninas que estavam no DCE eram totalmente desprovidas dos acessórios femininos. Existia a feminilidade, tinha uma menina, ela era a companheira de um cara lá, se vestia como uma assexuada e não como uma mulher, mas com um moletonzão grandão, camiseta grandona rasgada. Qualquer outra roupa já lançavam o comentário “Nossa! Essa menina é “patricinha”, o que ela veio fazer aqui?” (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

Ao se falar das mulheres se generaliza tudo: “as mulheres são, a mulher é...”, falas essas produzidas por homens ou mulheres em constante ausência de informações de mulheres reais, colaborando para a maneira como as mulheres são imaginadas, descritas ou contadas. Essas fontes obscurecem e silenciam o feminino segundo suas épocas, calam o ser mulher para as mulheres. As mulheres têm sua pluralidade, sua multiplicidade na sua composição do ser mulher, composta por diversas etnias e classes sociais.

Como destaca Perrot (2012), seu silêncio mais profundo é o do relato, assim como os primeiros relatos da história constituídos pelos historiadores gregos ou romanos que dizem respeito ao espaço público, às grandes guerras, aos reinados dos “homens públicos”.

Outro historiador e filósofo em que nos apoiamos aponta uma importante transformação (FOUCAULT, 2014b). Foucault tem como objetivo investigar na Grécia Clássica como a atividade sexual se constitui enquanto domínio da prática moral e dos modos de subjetivação como projeto de uma “estética da existência”, atividade essa ligada à formação do homem como sujeito da história, como aquele que forma a família, o sujeito moral da conduta sexual ao qual cabe estabelecer desde o início as regras de conduta em sua casa e o governo na sociedade. Em seu texto fica clara a abordagem histórica que se faz do homem em primeiro plano, desde sua origem na história, como aponta:

O princípio do casamento será lembrado por Isômaco, que cita o discurso que teria feito à sua jovem mulher, algum tempo depois do casamento, quando ela estava “familiarizada” com seu esposo e “suficientemente domesticada para conversar”: “Por que te desposei e por que teus pais te deram para mim?” O próprio Isômaco responde: “Porque refletimos, eu por minha própria conta e os teus pais pela tua, sobre o melhor associado que ambos poderíamos ter para nossa casa e nossos filhos”. O vínculo matrimonial é, portanto, caracterizado em sua disimetria de origem – o homem decide por ele próprio enquanto a família decide pela jovem – e em dupla finalidade: a casa e os filhos; é ainda preciso observar que a questão da descendência é, nesse momento deixada de lado, e que antes de estar formada para a sua função de mãe a jovem senhora que esse papel é o de associado; a respectiva contribuição de cada um não precisa ser levada em consideração, apenas o modo como cada um se empenha com vistas ao objetivo comum, isso é, “manter seus bens no melhor estado possível e os fazer crescer tanto quanto possível através de meios honrosos e legítimos” (...) (FOUCAULT, 2014b, p. 191-192).

Essas questões permanecem atuais em algumas culturas não ocidentais em que a mulher não tem decisão sobre si, sobre seu próprio corpo. Essas decisões são tomadas

primeiramente pelo pai enquanto a jovem mulher é solteira e, depois, quando casa-se, passam a ser assumidas pelo marido que tem posse da esposa e da filha sendo chefe e guardião da família. Esse apontamento demonstra as raízes históricas construídas pelas relações de dominação do patriarcado ao feminino.

A entrevistada relatou um processo de formação de uma educação mais considerada pelo seu valor financeiro e social, não somente uma educação valorizada pelo casamento, pela mulher governada pelo pai e, depois, pelo marido em seu processo de formação educativa como mulher na sociedade:

Acho que tem uma série de questões históricas. Naquele momento eu não me perguntava sobre isso, essa não era uma questão para mim e nem a questão de ser mulher em casa, essa coisa da cobrança ou não cobrança, isso não era falado. A universidade era muito elitizada, muito mais do que ela é hoje. Quando eu entrei o vestibular da UFSCar era pela FUVEST, diferente do que se tem hoje com o SISU. Não era um vestibular próprio, isso significava o seguinte: que você prestava a FUVEST e na hora de fazer a inscrição você escolhia USP ou Federal. Eram poucas vagas, a oferta de cursos era muito menor, a universidade era muito elitizada no processo seletivo. A família, no caso específico, essas questões elas nunca foram levantadas na minha família. Meu pai e minha mãe não têm curso superior, a minha mãe inclusive casou grávida e parou de estudar. Ela foi terminar o Ensino Médio quando eu estava na universidade. A importância do estudo ela não era discutida ou debatida, essa questão era posta mais pela família da minha mãe, do meu pai, pelos meus avós, porque a minha avó era professora primária, mas também não era curso superior, era magistério, não sei direito como funcionava a formação... Eram os institutos, depois viram magistério, mais pra frente tem todas as modificações... Ela sempre trabalhou, aposentou como professora. Mãe de sete filhos, teve onze filhos mas os outros morreram pequenos, nasceram mortos. Dos seus filhos, uma tia minha fez Psicologia e Serviço Social em faculdade particular depois de muito tempo já casada e com filho, um outro tio, que trabalhava, numa empresa e daí ele fez Administração, numa faculdade particular. Ninguém mais na minha família tinha curso superior e numa universidade pública de fato ninguém tinha. Tinha uma valorização da educação um pouco por aí. Minha avó ficou extremamente, imensamente feliz quando eu entrei na universidade. Essa questão de ser mais valorizado para o homem ou para a mulher, na minha família isso não era colocado e também essa coisa da preparação da mulher para o casamento, isso é presente em muitas outras famílias, um pouco da geração anterior. Na minha família nunca teve isso por muitas histórias de separação da minha família, de filhos da minha avó que se separam, acho que isso de que a mulher foi feita para o casamento foi diminuindo, porque quem dança no final com tudo isso é a mulher, ela fica com os filhos, ela que vai receber uma pouca pensão, ela não vai ter inserção no mercado de trabalho... Essa da mulher casar e não investir em mais nada, isso nunca esteve presente na minha família. Talvez até um pouco pendendo para a importância de se ter uma formação, “é importante ter uma profissão [e] ter seu dinheiro”, isso era um pouco presente (Cora em entrevista de 13/3/2015).

A importância da formação feminina profissional, os padrões históricos de uma seguridade feminina, o tipo de educação da mulher começam a se distinguir da masculina e passam a ser uma educação para a vida social.

Minha mãe foi uma das mais entusiastas para que eu estudasse o máximo que pudesse, tivesse autonomia financeira, não casasse cedo, não me compromettesse com filhos muito jovem e que tivesse uma estabilidade maior e não passasse por coisas que ela passou. Meu pai também sempre teve uma postura de incentivar para que eu seguisse em frente, sempre muito na dele, sempre percebendo o que eu estava a fim, nunca teve nenhum momento ou alguma coisa do tipo “olha, você vai ter que ajudar em casa”. O que eu posso dizer, tanto por parte de um quanto do outro, [é que] recebi uma educação no sentido de ter consciência de que o meu lugar na sociedade não seria menor por eu ser mulher, muito pelo contrário, eu tinha que enfrentar mesmo e me preparar (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Helena, em sua fala, mostra algumas diferenças sociais por morar em uma cidade no interior de São Paulo, por ser da cidade de São Carlos, e faz a comparação com outras meninas que vivenciaram sua mesma época em outros contextos, outras cidades, pois a universidade trazia pessoas de vários lugares tornando-se uma expressão de diferenças entre as experiências das pessoas:

Eu sempre tive uma briga muito forte com meu pai porque ele queria me enquadrar num plano que ele estabeleceu [e que] era o plano de todas as meninas, das minhas irmãs, das minhas primas, plano esse que eu não queria. Ele dizia: “Nossa, ela é muito desarvorada, fica fazendo essas coisas que não dá certo, isso não é pra mulher”. Para você estar nesses movimentos, na minha época, tinha que abrir mão de muitas coisas para se diferenciar. A vida de uma menina que nasceu em São Carlos na década de 1960 e passou sua vida inteira aqui era assim, você tinha que se formar, trabalhar no comércio e casar, ou trabalhar numa escola e casar. Eu não queria uma vida assim, eu sempre me apaixonei por essa questão de estar organizando, de estar em comunidade, de estar cuidando das pessoas. De certa maneira você tem que se masculinizar, deixar as outras demandas de lado, pois arrumar namorado era aposentar todas essas vontades de mudança. Pode ser que isso não acontecesse com uma menina de São Paulo (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

Os jogos e, principalmente, as festas, formas de integração entre os cursos, aconteciam não somente como uma forma de recreação, mas entre os cursos femininos e masculinos como uma tradição de juntarem homens e mulheres:

Essas tradições de fazer festas entre os cursos, Engenharia de Materiais com Fisioterapia ou T.O, vêm da onde? Vêm de juntar homem com mulher, terapias eram só mulheres, engenharia eram só homens (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

O movimento estudantil na vida dessas mulheres aparece de forma geracional, sendo que em algum momento de suas vidas ele esteve presente, em outros é um movimento que carrega sua vida de atuação para continuar em outras instâncias, como relata:

Durante toda a minha graduação, depois também no mestrado e doutorado, eu sempre participei ativamente desses movimentos, do movimento estudantil e de todas essas instâncias na universidade, dos conselhos, do centro acadêmico e do DCE (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

É um espaço de militância que não foi só dentro do movimento estudantil, mas o movimento contribuiu para que eu me tornasse uma militante de esquerda, o movimento estudantil foi fundamental... O movimento estudantil tem uma peculiaridade, ele pega você em uma fase que ela é geracional, ela vai terminar. Você nunca vai ser eternamente do movimento estudantil, você pode ser eternamente do movimento de mulheres até você morrer, do movimento partidário até você morrer, mas do movimento estudantil você não será eternamente, é uma característica específica desse movimento, ele vai pegar as pessoas numa determinada fase geracional da vida delas, ele vai ter sempre um fim porque você irá entrar e sair. Ele tem um papel, em minha opinião, fundamental para a formação política de mulheres e homens (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

Os relatos até aqui apresentados denotam a força de constituição do ser mulher, levando-nos a questionar como é que nasceu uma história das mulheres narrada por mulheres sobre mulheres, ou seja, em que elas são sujeitos e objeto dos relatos? Perrot (2012) faz uma breve colocação:

O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960, e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – concorreram para a emergência do objeto “mulher” nas ciências humanas em geral e na história em particular (PERROT, 2012, p. 19).

Em 1970 apresenta-se uma renovação ao pensamento, fatores científicos questões ligadas ao marxismo e estruturalismo, aos modos das alianças disciplinares e às questões da subjetividade. A história alia-se à antropologia e redescobre a família e dela questões como a natalidade, nupcialidade, a idade de se contrair matrimônio, essa expansão traz a mulher acidentalmente como sujeito na história, pois ela está à frente dessas temáticas do privado que passam a ser centrais nas pesquisas.

Outros historiadores como Philippe Ariés e Georges Duby abordam a mulher presente em seus relatos históricos e Foucault, depois das *Histórias da Loucura* e da *Sexualidade*, pretendia dedicar um volume sobre “a mulher histórica”, ou seja, a nova história multiplicava o objeto favorável à inovação da representação da mulher, o clima intelectual mudava, e com isso as maneiras de se escrever a história também sofriam alterações.

A presença das mulheres na universidade, os fatores sociológicos, por exemplo, revelam que em 1970 as mulheres representavam quase um terço das matrículas de estudantes. Depois de muito tempo sendo invisibilizadas e indesejadas tornam-se, então,

docentes no momento depois da Segunda Guerra Mundial, constituindo atualmente quase um terço dos professores efetivados, mais um fator de escuta favorável às mulheres em suas vidas e na academia, tornam-se visíveis, segundo Perrot:

(...) contava com o apoio de mulheres intelectuais, leitoras de Simone de Beauvoir, que acreditavam que tudo estava resolvido no livro *Le Deuxième sexe*. Esse movimento teve consequências no saber, de duas diferentes maneiras, pelo menos. De início, em busca de ancestrais e de legitimidade, por seu desejo de encontrar vestígios e torná-los visíveis, começou um “trabalho de memória” que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto. Ao longo prazo, esse movimento teve ambições mais teóricas. Pretendia criticar os saberes constituídos, que se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino. Houve, nos anos 1970-1980, uma vontade de “corte epistemológico” que afetou principalmente as ciências sociais e humanas, mas que chegou a tocar o domínio da matemática. Assim nasceu o desejo de um outro relato, de uma outra história (PERROT, 2012, p. 20).

Assim, a história tem o seu início, mas não o seu fim, e as mulheres hoje lutam pela igualdade em relação aos homens sentindo e tendo como experiência as diferenças de ser mulher em sua ação, em seu passado, presente e futuro. Com clareza e firmeza a mulher vem a público mostrar o seu papel político e social, pois não é mais representada por sua constituição biológica no momento em que ganha status político e social. Na frase célebre “o pessoal é político”, a mulher passa a ter estudos valorizados por suas experiências, sua vida cotidiana, sendo implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível privado de dominação entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2001).

Em seu livro, Perrot (2012) mostra que essa história é de todas as mulheres, de todas nós. A autora fala da relação das mulheres com os homens, da sexualidade, da família, das crianças, das representações do feminino e masculino, das classes sociais, do poder e da sociedade. Com esse destaque ao seu espaço político e social a mulher tem uma história da qual ela é um sujeito ativo e representativo, como a autora coloca “sem nenhuma contradição se engaja no projeto de emancipação das mulheres” ao se relatar e colocar a mulher na história em sua narrativa como algo que não terminou e que está em curso, em construção apontando, assim, a crescente visibilidade feminina do espaço privado ao público. A autora se destaca como atuante em sua história de mulheres, pois além da história escrita participou de movimentos femininos e do desenvolvimento da universidade desde meados do século XX ao século XXI.

Retrata em seu livro a historicidade do corpo feminino em sua composição estética, política, ideal e material; escreve sobre as idades da vida, a repressão, a alma, a

vida cotidiana das mulheres nas cidades, na vida pública etc., em que faz uma trajetória ao longo da especificidade da história feminina na luta por seus direitos civis, políticos e sociais, com destaque para o acesso à contracepção e à liberdade sexual e o combate à violência de gênero imposta por grupos fundamentalistas.

Para Perrot (2012), parte-se de uma história das mulheres para se tornar uma história do gênero, que insiste nas relações de igualdade entre os sexos em suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais. Ela traz a público, assim, a quebra do silêncio, uma vez que essa história não pertence à autora que não a toma como sua propriedade, e coloca-se em discussão a realidade das mulheres por meio de temas tratados em seu livro, pois “tudo é história, depende do sentido que damos à palavra história”, afirma (p. 16).

A história das mulheres é resgatada em seu passado, passa pelo presente e, na apresentação de seu livro, nos deparamos com o escrito de que “a leitora faz identificações com personagens ao longo das páginas”, o que reafirma que, sim, somos todas essas mulheres descritas e representadas ao longo do livro, somos mulheres, mães, trabalhadoras, donas-de-casa, prostitutas, religiosas, feiticeiras, leitoras, escritoras, artistas, sábias e criadoras que conquistam e contam e escrevem a nossa própria liberdade.

Conhecer a história das mulheres é sim conhecer a história sobre nós mesmas, pois a história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve os seres humanos. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral (PRIORE; PINSKY, 2013).

Esse texto traz, então, a representação de trajetórias femininas na história, política e vida social, em sua vivência e existência, nas memórias da realidade social concreta das atividades no movimento estudantil a partir de 1990. São relatadas a participação e o envolvimento social nas temáticas de gênero e diversidade sexual, que tanto marcaram a presença feminina no movimento estudantil e na universidade brasileira.

3.2 A mulher na política e os espaços públicos e políticos

Ao se pensar a mulher na política e nos espaços políticos, faz-se uma desconstrução universal do ser mulher, pois são várias as construções e representações do feminino. Esse feminino apresenta-se de maneira plural e suas manifestações são

múltiplas em suas diversas formas que se aplicam à construção do ser mulher. O espaço político como espaço de representação feminina torna-se, portanto, plural, pois são variados os tipos de militância política, os tipos de ambientes políticos e suas formas de fazer política. Ao se refletir sobre a mulher na militância do movimento estudantil faz-se relação do feminino em locais políticos e, assim, como se dá a representação das mulheres na política.

O espaço político é como o espaço público historicamente representado por homens, enquanto a mulher reservava-se ao espaço privado, aos cuidados da casa, do marido, dos filhos e da família. Mesmo a mulher sendo responsável pela casa, continuava numa obscura falta de autonomia sobre si e sobre o mundo público, como já apontado. Assim, a figura da mulher é tida sempre em uma relação de minoria e, consecutivamente, tratada à margem, excluída mesmo sendo muitas vezes em número superior ou igual ao homem na esfera pública:

Você tem um *campus* que está equilibrado da figura feminina com a figura masculina, quando você vai para o DCE a composição masculina é muito maior, você vê que alguma coisa está errada (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

Quando eu estava no DCE já era bem diferente porque o DCE é da USP toda, de todos os *campi*, inclusive, ele é uma representação dos *campi* e dos cursos, o Diretório Central. Era bem diferente porque lá já tinha bem mais mulheres, aliás, acho que era até maioria, precisaria resgatar os documentos, tínhamos muitas mulheres, não eram poucas mulheres. Era uma relação mais diferenciada, não tinha esse problema como em São Carlos, por exemplo, essa diferença tão grande entre homens e mulheres, era uma coisa bem equilibrada. Eram muitos quadros de mulheres dentro do DCE (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

Não sei se isso resvalava logo de início na organização estudantil, mas acho que talvez sim, que talvez como esse debate ele não estava sendo... Ele existia, esse debate do feminismo ou da questão da mulher, sempre existiu no interior dos partidos, mas eu acho que talvez o momento histórico era tão outro que essas questões elas sempre foram deixadas no segundo plano, e em muitos momentos acho que foram deixadas em segundo plano também pelas próprias mulheres. Então acho que isso acontece tanto no âmbito dos partidos como depois acontece no âmbito do movimento estudantil, logo no início da década de 1990 (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Um exemplo atual de mulher que precisou endurecer suas posturas para conseguir ser ouvida como modelo de mulher na política aparece na figura representativa da presidenta Dilma Rousseff, pois muitas vezes faz-se necessária uma representação pública com estereótipos da figura masculina para a garantia de outras representações femininas:

Precisamos de modelos, a presidenta, [por exemplo], o quanto ela teve que se endurecer, o quanto ela teve que fazer, como ela teve que se colocar (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

Outro exemplo muito próximo em nossa política municipal, citado por *Mariana*, é Yara Bernardes, uma mulher atuante e que para ser ouvida assume outra postura, uma representação feminina dura:

A figura da mulher, no máximo, quando ela é figura pública, ela está no assistencialismo, nesse sentido nas boas práticas, boas ações. Aquela coisa da mulher do prefeito que se insere nas atividades filantrópicas e está fazendo a parte dela e a figura da mulher no campo político é outra coisa, expressiva. Vou citar um nome público. A primeira vez que eu vi a Yara Bernardes foi no fórum, espaço hegemonicamente de homens, e aquela mulher brava e pensei: “Nossa, que mau humor!” Com o tempo fui pensando isso – lá em 2012, 2011 –, eu tinha recém chegado e já ouvia, por conta do *campus*, e queria saber quem era ela, uma mulher pública na política, na primeira oportunidade eu quis ver: “Nossa, que mulher brava!”, e fiquei pensando como não ser brava, imagina quanta coisa essa mulher já passou! (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Os discursos de dualidade em se representar as mulheres ora como dóceis em seu espaço privado, ora como selvagens no espaço público refletem a busca da mulher por seu espaço em meio a essa avalanche de discursos sobre o que é a mulher. Antes pouco falada, esquecida, hoje lembrada em vários aspectos que buscam depreciar sua imagem, mas em poucos momentos atenta-se para saber da mulher os seus pensamentos próprios em relação à sua figura pública, como se veem, como sentem, etc. O mais importante com isso tudo não é destacar a presença das mulheres feministas e das mulheres não feministas, o importante é a presença da categoria mulher nesses espaços de representação política e o que elas representam em sua atuação política.

As participantes das entrevistas foram questionadas em relação às suas atuações como mulheres, se sentiam alguma diferença ao se colocar, se eram oprimidas, pois, historicamente, a dificuldade da presença no mundo público apresenta-se em todos os locais, e na universidade, no movimento estudantil não é diferente: para a mulher ter espaço de representação muitas vezes é preciso que ela se exalte, fale mais alto ou se comporte de maneira masculinizada para ter respeito de homens e mulheres:

Naquele momento eu não sentia que era oprimida, eu não fazia essa avaliação, naquele momento eu acho que, assim, eu não conseguia, eu sempre fui muito tímida, na verdade, eu não gosto de falar normalmente. Em vários embates eu tinha muita dificuldade de me colocar, muita dificuldade de falar, mas eu sempre atribuí isso a uma única causa que é uma causa minha, eu não gosto de falar, eu sou tímida pra falar, eu tenho vergonha de falar na frente de todo mundo. Só que quando você vê certas coisas, estuda

certas coisas você percebe que isso na verdade é uma característica de muitas mulheres. Mas isso não é uma característica [biológica] DA mulher, é porque nós aprendemos que nós não devemos falar (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Tem uma característica diferente de São Carlos, do *campus* USP-São Carlos. Como é um curso de exatas e a procura maior dos cursos é de gênero masculino eu, durante a minha graduação, eu fiz muitas matérias que eu era a única mulher na sala, várias, não foi uma única vez. Eu era a única mulher, mas eu sempre tive uma postura muito forte de embate, de ter uma posição clara sobre as coisas, de não ter medo de questionar professor, que é uma coisa dos estudantes da USP, [e isso] não é uma coisa comum, se eu não concordo eu falo e isso acabava criando uma referência diferenciada. Nos espaços que eu participei a gente buscava construir essa igualdade, sempre foi uma luta do movimento estudantil mais à esquerda, nesse setor que eu militava sempre teve isso como uma coisa muito importante de você formar quadros de mulheres, de você dar espaços para as mulheres. Não me lembro de uma situação [em] que eu tenha que ter me colocado: “olha, você está falando de forma machista comigo”, não me lembro de uma situação que tive que me impor como mulher e ter colocado a pessoa no lugar dela. Eu tinha uma postura clara que não deixava que isso acontecesse. Eu nunca precisei me colocar. Existia machismo? Existia sim, nunca presenciei, na minha frente nunca ninguém fez porque se fizesse levava! Eu não me lembro de uma situação [em] que eu não consegui me colocar, que eu me sentisse oprimida, discriminada por ser mulher porque esses espaços a gente buscava construir para serem espaços democráticos (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

No movimento estudantil, no período da graduação, enquanto estudante eu não senti nenhuma dificuldade de inserção por ser mulher. Não era um problema, outras colegas como eu também tínhamos uma participação ativa, eu me lembro de sentir alguma diferença em questão da renda. A gente escuta muito falar dos muros da universidade pra fora (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Eu atribuo isso ao amadurecimento do espaço político, de um equilíbrio de participação bastante amplo das mulheres. Quando eu entrei acredito que, do tempo que fiquei e saí, muita coisa mudou. A própria presença do NEMGE, um instituto, um núcleo antigo já demonstra um espaço de muita luta presente (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

A atuação da mulher na política formal é resultado muitas vezes de um exercício burocrático composto e imposto por esses espaços, que delimita a participação feminina como uma exigência ou muitas vezes alguns partidos que realmente aderem à representação feminina, que lutam por essa representação não sendo um mero lugar para se ocupar segundo as instâncias de poder, não somente como uma forma de preencher as vagas, ou seja, diferente das instâncias políticas outras que justificam o acolhimento de mulheres em função de uma cobrança imposta por órgãos superiores que prescrevem a participação feminina da parcela que cabe de poder à mulher. A participação feminina nos espaços políticos de poder acompanha uma justificativa de depreciação da mulher nessas instâncias, um discurso normativo, um artifício político para exclusão da

presença feminina imersa na consideração de um espaço de dominação heteronormativa masculina (SANTOS, 2011).

Essas características são tidas como intrínsecas às mulheres, ou seja, todas as mulheres nascem e mantêm esses comportamentos ao longo de suas vidas, discurso esse que mais uma vez utiliza-se de uma justificativa de qualidades femininas colocadas como problemas de inserção ao mundo público para que as mulheres sejam ouvidas ou tratadas com respeito, preconizam, assim, que as mulheres devem abandonar qualquer traços de “fragilidade feminina”. Em função disso, muitas vezes os embates femininos eram desqualificados por características tidas como inferiores simplesmente por serem femininas:

E se não falar você não entra no embate. Falar numa assembleia de DCE, naquele momento as assembleias de DCE eram feitas no ginásio de esportes, o ginásio lotava, não era assembleia de dez pessoas, era assembleia de ginásio cheio. Eu, naquele momento, não percebia como opressão, mas você percebe sim que as mulheres ou as meninas elas eram menos ouvidas, você falava uma coisa e não era considerada, depois o “cara” ia lá e falava a mesma coisa e todo mundo se lembrava daquilo que tinha sido dito, mas não por você, mas se lembrava porque foi “ele” que falou. Hoje, eu olhando para trás e rememorando os debates [e] os entraves que nós tivemos eu vejo desse modo, mas naquele momento não via desse modo. Ou essas coisas, do tipo: “só porque o fulano de tal é representante de partido tal agora ele é reconhecido”, reconhecem o que ele falou, [mas] quando nós falamos do partido X não reconhecem, ou só porque somos oposição àquela chapa não consideram nossa fala... Mas talvez não esteja ligado só a isso, talvez esteja ligado sim a uma questão que você tem mulheres e homens falando. Eu lembro da única menina que era mais ouvida, um pouco mais ouvida, era uma militante da Causa Operária [que] hoje ela aparece com candidata a governadora, a senadora. Ela era ouvida sim, mas precisava daquele estereótipo do que é ser mulher para ser ouvida, como o modo de falar, [por exemplo], ela gritava, se impunha, ela não diferia de meninos que falavam de modo agressivo, primeiro porque ela estava ligada a esses partidos e, portanto, estava ligada a esse grupo que dominava um pouco mais, mas também ela agia do mesmo modo. Mas se o que ela falasse outro homem dissesse o mesmo as referências todas iriam para a fala do fulano, o que ela já tinha falado era esquecido. Naquele momento eu não percebia isso dessa forma, percebíamos até, mas achávamos que tinha a ver com outra coisa e não porque éramos mulheres falando (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Outras pautas estavam presentes no grupo, mas eram suprimidas, não eram valorizadas por tratarem do cotidiano estudantil e faz-se a representação da mulher em pequenos espaços, suas discussões eram tratadas como algo pequeno que sai do privado e [é de] difícil acesso ao mundo público. Eu acho que ainda é um espaço muito machista, eu acho que as lideranças masculinas elas intimidam, na minha época intimidavam as lideranças femininas. Nas discussões eu via... Na parte do centrinho a articulação era na maioria de mulheres, a diretoria do centrinho na ponta da lança eram mulheres. Quando a gente ia pra uma assembleia do centrinho, por exemplo, parecia que os nossos argumentos sempre eram menores, que sempre eram desqualificados, então a gente tinha que sapatear. Eles vinham com um discurso de uma visão política diferente, eles se diziam com a razão, “o macho”, nós é que somos

protagonistas. Os argumentos, os problemas que a gente levava eram problemas caseiros, perto de um “Fora FMI”, [diziam coisas como] “Ela vem por na pauta da sala do centrinho, que demanda mais pequeno-burguesa, doméstica, florzinha”. Um negócio que desqualificava, no centrinho nós tivemos certa autonomia feminina, mas nós víamos que no espaço público mais aberto, principalmente a assembleia do DCE e todas as diretorias, o elemento feminino era mínimo. Eu lembro que só tinha uma menina, ela ia para o embate, ela era dura. (*Helena em entrevista de 29/3/2015*).

Muitas vezes as pautas eram desvalorizadas por serem trazidas por mulheres, ou desvalorizadas quando se tratavam das discussões de gênero, de forma a depreciar as posições femininas, um exemplo levantado por *Violeta* é a depreciação que se faz da presidenta, um exemplo de como descaracterizar a luta feminina.

Ao se pensar a política e o sujeito da política como sendo masculino faz-se a interpretação de “gênero” descrita por Scott. Mais uma vez retomamos essa autora, que propõe o gênero como uma categoria analítica histórica, sendo o gênero tomado como elemento constituído na interação das relações sociais como forma de diferenciar os sexos não de forma biológica, mas de forma social e, assim, o primeiro modo a dar significado às relações de poder instituídas socialmente. A categoria analítica de gênero apresentada pela autora articula-se, então, por construções históricas e culturais ao longo do tempo e que se encontram disponíveis no campo da cultura a todos os seres. Essas representações sociais tornam-se significativas e dotadas de tais formas dependendo da maneira com que os sujeitos apropriam-se e dão significados a elas, segundo a autora:

(...) A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1989 p. 27).

O gênero para Scott é atribuído às relações sociais, aos valores e às crenças estabelecidas pelas pessoas, e dentro dessas relações constituem-se relações de poder, relações de disputa em um dado campo social em que algumas representações são legitimadas e significadas, conforme o sentido social atribuído ao gênero. Assim, vários

atores participam desse processo de disputa de significações para manter o controle o que, para a autora, faz parte do jogo de conflitos e tensões políticas.

Com isso, as questões de gênero como atributo social estendem-se ao campo político, pois ao masculino reservam-se as características de força e ao feminino a fragilidade; essas caracterizações entre feminino e masculino tomam-se como formas de disputas ao campo político, usando-se erroneamente o gênero para atribuir os papéis sociais entre homens e mulheres, tornando o biológico como equivalente à significação do social.

Muitas vezes atribui-se a não participação feminina na política formal ao fato de a mulheres não estarem “à frente” de partidos políticos, mas a representação da participação feminina deu-se e continua ainda atualmente em outros locais, em outras lutas atreladas, muitas vezes, aos movimentos feministas e a outros movimentos de participação feminina que reivindicam questões relativas à saúde, à educação, à inclusão feminina no mercado de trabalho, aos salários igualitários (entre homens e mulheres), assim como pela luta contra a violência à mulher (violência moral e física). Essas lutas das mulheres representadas no espaço público por meio de outras formas de se fazer presente na sociedade, com outras formas de representação no espaço público e político, denotam que, ainda assim, são poucas mulheres que estão presentes no espaço político instituído pelo poder masculino.

A condição política feminina passou e passa por diversas transformações, juntamente com as questões de gênero, pois a mulher tornou-se parte da história e demonstra por meio da política novas formas de participação e atuação, o que se torna visível por meio da reestruturação das relações de gênero e da contínua luta por uma igualdade política e social.

O movimento estudantil, atualmente, aparece como um espaço de conquista feminina, pois esse espaço institucionalizado pela predominância masculina tem, hoje, as mulheres em diversos papéis representativos que confirmam sua presença. Uma das questões levantadas por *Cora* sobre o envolvimento feminino atual considera este dado

Eu não sei se esse espaço é uma conquista, uma conquista pura e simplesmente das mulheres de um espaço, porque ela sempre esteve presente ou pelo fato dos meninos deixarem esses espaços, ou porque passaram a ocupar outros, talvez de maior relevância ou de status, ou de importância, ou de influência, isso tem que ser pensado. Eu vejo isso porque muitos dos meninos que participavam do movimento estudantil, grandes nomes estão no congresso. As meninas não estão nesse lugar. Enquanto os meninos eles acabaram fazendo uma política (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

O que mobiliza hoje uma participação feminina na política e em outros espaços públicos é a certeza de que não há democracia sem a presença de mulheres nas instituições de decisão e poder. As mulheres à frente de cargos políticos rompem barreiras, enfrentam preconceitos e dificuldades, lutam por uma plena cidadania.

Os movimentos sociais, no caso o movimento estudantil com toda a sua dinâmica, abrem espaços de interações tal como apresentado por *Cora* a partir do movimento feminista e do movimento de mulheres que, com o crescimento na década de 1990 das várias questões que foram aparecendo, deram visibilidade de maneira a conscientizar e educar sobre o ser mulher:

Eu acho que muitas coisas foram acontecendo para que essa mudança fosse aparecendo. Acho que estudos que vão mostrando a violência contra a mulher, estudos que vão dando números da violência contra a mulher, a própria Lei Maria da Penha (2006), que traz para o debate a questão da violência contra a mulher [e] expõe na vida pública esse debate, [e] isso vai fomentando uma consciência crítica maior por parte das mulheres. O movimento feminista ganha um novo impulso em relação a essas questões e, tendo acesso a esses dados [e a] essas pesquisas, você vai se municiando de vários elementos para dizer que você não está fazendo simplesmente queixas, você está fazendo denúncias de violência e violência extremada contra a mulher (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Mariana conta em seu relato de memória a experiência de sua primeira iniciação científica, realizada no NEMGE, referenciando as discussões que fez sobre temas relacionados ao gênero e aos estudos da mulher, sua pesquisa da relação da mulher com o trabalho:

Com relação a ser estudantes e mulher, no começo a minha primeira bolsa de iniciação científica, [que] foi no NEMGE com M, e significa *Núcleo de Estudos da Mulher e Gênero*, [junto] com a professora Eva Blay naquele período. Depois não acompanhei mais o trabalho dela, ela uma das principais referências... Esse Núcleo de Estudos da Mulher e Gênero ele ficava num andar da antiga reitoria e também tinha uma biblioteca especializada em temas referentes à questão da mulher e gênero, muito completa, que pesquisadores de diversas partes do país e de fora do país utilizavam. Tinha um grupo de pesquisadoras, cada uma delas tinha um grupo de bolsistas, de orientandos no sentido de iniciação científica e TCC e também alunos de pós-graduação. A pesquisa na qual eu me inseri foi sobre a mulher e o mundo do trabalho, foi bem interessante porque foi a primeira vez que eu tive contato com uma bibliografia especializada, de uma forma direcionada a compreender os desafios, [os] enfrentamentos [às] desigualdades pautadas pelo tema da inserção da mulher no mercado de trabalho e, no meu caso, tinha um recorte da pesquisa que pra mim foi bem interessante [e] que era a presença da mulher na indústria têxtil. Historicamente acho interessante, tem todo um contexto histórico desde o começo da industrialização até hoje, os salários mais baixos, mas também muita coisa mudou e muita coisa só piorou (risos). A questão de extensas horas, da desigualdade, principalmente a desigualdade de tarefas, quais são os trabalhos destinados aos trabalhadores

homens e às trabalhadoras mulheres e quais suas diferenças, o preço de mão-de-obra trabalhada, os estigmas “isso aqui não é trabalho de homem, isso aqui não é trabalho de mulher”. Principalmente nas confecções houve um recorte nas confecções ligadas a lingerie, onde se empregava massivamente as mulheres e isso dava um sobrelucro, porque o salário era mais baixo, supostamente porque é o trabalho mais delicado e tem a coisa do laço, algumas lingerie têm um laço, [tem que] fazer aquele laço, o homem não está apto para fazer aquele laço [e] é a mulher quem vai fazer o laço porque é um trabalho mais leve. A mulher passava horas fazendo o laço que ocasionava até problemas de saúde, pois ficava o tempo inteiro repetindo esse movimento. E outra questão era a desvalorização sobre o trabalho que a mulher realiza e que ela pode realizar outros além desse, mas que esse também tem o seu valor (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Percebe-se claramente, ainda hoje, as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, além de diferenças salariais ressalta-se a diferença entre tipos de trabalhos em que acentuam a desvalorização feminina ou, muitas vezes, mulheres que são desvalorizadas por seus companheiros não conseguindo se colocar, se abrir, se pronunciando somente como mulheres quando estão entre seus pares, em espaços de discussão com outras mulheres, a representação de outras mulheres que falam com outras mulheres:

Não é só a representação, é a imagem de quem recebe a comunicação. Eu acho muito importante, é diferente uma mulher falar para uma mulher, isso eu vi muito no movimento, vi muito dentro do PT. Eu fiz um trabalho quando estava na prefeitura como gestora, junto com a Sofia, que é ligada à política para mulheres na prefeitura, e eu era da economia solidária e nós fizemos um curso só para mulheres na construção civil, ele terminou e há pouco tempo voltaram com esse curso e vou começar novamente com esse curso, a acompanhar. Com essa experiência vi que é muito diferente quando você coloca somente mulheres para falar, para fazer questionamentos, como, por exemplo, qual a opressão que elas sofrem em casa? Elas só falaram porque éramos todas mulheres! Quando era um professor homem que dava as aulas no curso elas não se abriam, elas não falavam sobre isso com ele. E quando estávamos somente entre mulheres, elas diziam: “Meu marido é machista”, “Eu o ajudo”, “Ele acha que não sou capaz de carregar os tijolos como ajudante de pedreiro, eu sou boa sim”! Com um homem elas não têm essa liberdade. Eu acho que são momentos importantes no processo de formação, como era importante fazermos essa discussão dentro do movimento de mulheres e no movimento estudantil, mas eu acho que não são os nossos únicos espaços. Temos que ter espaços entre homens e mulheres, em alguns momentos espaços somente de mulheres, como no movimento de mulheres da década de 1970 em que ele estava se formando, mas só isso não transforma, isso é importante, mas não modifica-se. O dia que a gente fez um curso de formação no PT, depois de anos de militância, entre homens e mulheres com o setor de gênero do PT... Nós precisamos ter mais espaços desses, depois de quantos anos aquelas mulheres que militavam, provavelmente antes de eu nascer, elas tinham idade pra ser minha mãe [e] foi a primeira vez que foi realizada uma atividade com homens e mulheres e vimos as posturas machistas desses homens (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

No mercado de trabalho, nas indústrias, como acentuado no relato, as diferenças salariais por conta do gênero permanecem, a remuneração inferior a dos homens, mas em outros campos para além da universidade, fora do espaço do movimento estudantil, igualmente prevalece a relação de gênero pautada numa hierarquia em que muitas vezes a imagem do homem tenta inferiorizar a mulher com um comportamento abusivo:

No primeiro ano, no dia que fui fazer a entrevista, era um professor. Eu lembro que foi no primeiro dia de orientação, eu tinha que entregar um texto de uma primeira aproximação que eu tinha desenvolvido, a minha proposta inicial, bem no comecinho... Foi a primeira reunião que eu tive com o orientador e não foi um orientador [com] quem eu tivesse trabalhado antes, a professora que eu queria para a orientação no mestrado não tinha vaga, só consegui vaga com ela no doutorado e esse professor tinha vaga no mestrado. Pensei: “vou tentar com esse professor”, ele tangenciava o tema que eu queria trabalhar e eu conversei com ele se a professora poderia ser minha co-orientadora, deixei claro a minha vontade de trabalhar com ela, mas não tinha vaga, e o doutorado pensava em fazer com ela, mesmo assim ele topou: “Seu projeto é muito interessante vamos trabalhar”! Pensei “Beleza, vamos lá!” (*Mariana* em entrevista de 16/03/2015).

Primeiro dia [e] me lembro que naquele dia tinha dado um monte de aula na escola, tinha saído cedo, estava dando aula de manhã até a tarde e cheguei esbaforida porque eu tinha marcado às 17h e já tinha passado do horário. Entrei na sala, sabe quando a gente chega atrasada [dizendo] “Professor, desculpa”?... Ele olhou e disse: “Imagina, entra, senta”. E soltou uma assim: “Nossa, que cheiro gostoso de xampu, como você está cheirosa!”

Eu levantei abri a porta e falei: “Professor estou desde às 7h em sala de aula, vim o mais rápido que pude, peguei trânsito, esse horário é ruim de chegar, o seu texto está aqui! O senhor quer conversar sobre o texto?”. [Ele respondeu:] “Desculpa, Mariana, eu não quis ofender”. E falei: “Professor o texto está aqui”.

Eu fico imaginando para quantas outras alunas ele não fez esse tipo de insinuação. Na minha relação aquilo ficou muito marcado. Eu passei três anos “Professor isso, professor aquilo...”. Ele era jovem, um professor jovem, ele não era um senhor e acho que ele se “achava o cara”. Eu o chamava de senhor. Ele passou o mestrado inteiro “Mariana, não me chama de senhor, me chame de você”, mas eu não consigo! (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

Como relata *Mariana*, um dos locais extramuros, locais de preconceito fora do movimento estudantil são as próprias universidades particulares:

Tem sentido alguma coisa. Alguma dificuldade em vias de inserção pela questão de gênero no movimento estudantil ou na universidade durante a graduação, isso não, mesmo porque eu tinha um grupo de mulheres que era muito participativo e eu acho que a gente caminhava bem juntas. Sabe, eu acho que fui sentir mais a questão de ser mulher eu acho que depois que eu ingressei nas instituições para dar aula, quando ingressei como professora. As primeiras universidades que eu fui trabalhar no Ensino Superior foram as universidades privadas em São Paulo. Você começa a sentir algumas cutucadas, que você fala “opa!”. A primeira turma que eu entrei, primeiro dia de aula no Ensino Superior e eles estavam se formando, era uma turma

pequena, tinha apenas duas meninas e o restante de homens, foi muito difícil trabalhar nessa turma! Eu estava no meu último ano de mestrado, eu não era formada e eles me questionaram muito, mas eu percebia que não era um questionamento só porque eu não tinha me formado ainda. Eu tenho certeza que eu não deixei nada a desejar, fiz o melhor trabalho que eu pude. No entanto, eu fiquei cinco anos naquela instituição, eu terminei o mestrado e entrei no doutorado, mas isso tudo era porque eu era uma jovem mulher, isso dava para perceber nitidamente. Essa instituição, o contexto, as questões não eram amadurecidas não tinha o debate necessário, essa instituição de Ensino Superior era de uma família tradicional conservadora, a reitoria era da família, o reitor é o dono, o coordenador sempre foi um homem. Aliás, no último ano que fiquei lá, um ano e meio antes de sair, eu entrei como vice-coordenadora, mas vice-coordenadora, sabe aquela coisa?... Uma amiga que está terminando o doutorado ela trabalha lá até hoje. A coordenação virou cargo que se perpetua, torna-se cargo vitalício, não muda a coordenação, são dois homens na coordenação. Os cargos de reitoria também, me lembro de ter uma presença muito forte masculina. A figura representativa para os próprios alunos são majoritariamente de homens, inclusive a postura dos próprios alunos, mas não os culpo, pois a instituição não abria espaço para debate (*Mariana em entrevista de 16/3/2015*).

Espaços que depreciam a mulher pela sua classe, a sempre idealizar o espaço feminino como o de uma segunda classe emergem em relatos na fala da entrevistada:

Teve outra passagem, mas não em termos de movimento, mas de escolhas, antes de entrar na universidade. Esse relato eu faço em sala de aula. Eu trabalhava num shopping e estudava em uma escola pública e queria entrar numa universidade pública. O meu Ensino Médio, que se falava segundo grau, foi na época do *impeachment* do Collor e tudo estava muito difícil, toda a situação da escola pública já vem desde aquele período muito ruim e eu teria pouca condição de passar no vestibular sem os tais cursinhos, muito caros. Eu fiz uma opção, tracei uma estratégia, vou trabalhar um ano e me formo no Ensino Médio, trabalho um ano, faço uma poupança, pago um cursinho, um extensivo, passo o outro ano estudando e presto o vestibular. Em 1993 eu passei, o *impeachment* foi em 1992, em 1993 eu passei trabalhando nesse shopping e, em 1994, um pouco pra frente eu passei estudando, 1995, no cursinho e, em 1996, eu entrei na USP.

Quando eu fui pedir as contas [no emprego] pensei: “Se me mandarem embora eu tenho o seguro-desemprego, não estou nadando em dinheiro”. Eram dois gerentes, uma mulher e um homem. A mulher ela me perguntou assim: “Mas porque você quer ir embora, você arrumou um emprego melhor?”. Eu disse não, “Eu quero ir embora porque no ano que vem eu vou estudar”. Ela disse: “Nossa! Não dá pra você conciliar as duas coisas?” [e] eu falei: “Não. O meu plano foi esse, trabalho esse ano, faço uma poupança, pago o cursinho à vista e passo o próximo ano estudando”. E ela continuou: “Tá, nossa! Mas então acho que você vai prestar medicina!”. Ela já estava com um tom irônico, imagina, eu era telefonista, tipo “O que essa menina está querendo, pedir as contas? Essa louca!” Ou, enfim, “Que mulher inocente”.

Eu respondi: “Não, eu vou fazer Geografia”, ela riu, ela deu uma gargalhada na minha cara. Eu estava certa do que ia fazer e ela continuou: “Você vai ser professora!”.

“Sim! Vou fazer Geografia, acho que ser professora é uma das possibilidades”. Ela falou: “Ai, esses jovens!” (*Mariana em entrevista de 16/3/2015*).

Esses relatos compõem o ser mulher nos diversos espaços públicos, a luta presente para uma representação feminina de acordo com suas construções, suas ações no mundo e que acompanham suas passagens no movimento estudantil (universidade) e na sociedade (extra-locais), espaços públicos de atuação feminina.

3.3 Movimentos Sociais Contemporâneos, Movimento Estudantil, coletivos de gênero e diversidade sexual

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social e, essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado- embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte (...) (GOHN, 2011, p. 4).

Esses movimentos sociais são seguidos não somente por intervenção dos trabalhadores ou por sindicatos, mas por estarem ligados às manifestações coletivas de caráter sócio-político e cultural, em que a população organiza-se de forma distinta a requerer suas demandas, outras formas de manifestar as indignações presentes.

Outros movimentos ancorados na luta por direitos e construção de identidades, como os movimentos de luta das minorias, têm se destacado hoje, tais como os movimentos de mulheres e os LGBTTTTS (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes) em seus diversos formatos e na busca de reconhecimento.

O movimento estudantil aparece em sua retomada de forma a reivindicar, sobretudo nas universidades públicas, na luta pela melhoria da qualidade de ensino, contra reformas abusivas da educação, atos de corrupção, desvios de verbas públicas permanência estudantil (GOHN, 2011).

O movimento estudantil apresenta-se como espaço de análise, em um primeiro momento, do contato universitário com a política, em que homens e mulheres vivenciam o espaço universitário de maneira igualitária garantida pelo acesso ao Ensino Superior.

Mesquita (2006), em seu trabalho, apresenta novas formas de política estudantil, outros coletivos como colocado acima, coletivos com outras expressões políticas como coletivos de gênero, as Executivas de curso, os movimentos altermundistas e os movimentos culturais. O seguinte trabalho atenta para diversas transformações no interior do movimento estudantil, rompendo com as formas instituídas e tradicionais, pois com isso essas novas formas de política estudantil, ora tensas, ora harmônicas, colocam-se dentro do movimento estudantil de forma heterogênea, não mais sendo um movimento estático e homogêneo.

Esses outros coletivos que se integram ao movimento estudantil absorveram várias tendências de minorias, ou seja, sua formação baseia-se nas temáticas dos novos movimentos sociais. Outras formas de governo estão presentes nesses grupos pautados na autonomia, democratização, formas horizontais que fazem com que se fortaleçam no interior da universidade com outras maneiras de intervenção política, criando ações coletivas que dão respostas às demandas dos estudantes (MESQUITA, 2003):

As experiências variadas de expressões estudantis vão crescendo e amadurecendo em meio a uma diversidade de articulações. O movimento estudantil ao tentar se expressar por outras vias que não somente a tradicional, passa por um processo de ampliação de sua identidade. A fragmentação e dispersão acentuadas, características dos anos 90, se expressam na identidade do movimento estudantil e suas ações se pulverizam. Sem perceber, os militantes criam novas relações e, porque não dizer, criam novos movimentos estudantis. A idéia de um movimento único continua enquanto organização, mas as frentes se ampliam enquanto possibilidades de atuação. A emergência destas práticas se expressa através de características tanto estruturais quanto simbólicas (MESQUITA, 2003, p. 146).

Nas últimas décadas, a questão de gênero foi sendo incorporada aos poucos (com certa resistência) no movimento estudantil, e as militantes resgatam a luta por visibilidade. Esses coletivos são de jovens que lutam dentro do movimento estudantil, que buscam espaços para debates e discussões da temática de gênero, espaços não hierarquizados segundo a lógica partidária. Os partidos políticos empregam uma disputa de poder, essa é uma ideia totalmente contrária às formações dos coletivos.

Assim, as militantes desses coletivos reivindicam espaço e visibilidade para reforçar a luta por espaços femininos. Pensar as questões de gênero muitas vezes significou se desviar de assuntos importantes, lutas essas que ganham importância quando pautadas na realidade das estudantes.

Ainda assim, quando se faz uma breve análise dos modelos de militância nos espaços de atuação política, caracteriza-se o modelo masculino, modelo de força em que define a participação dos espaços entre feminino e masculino, segundo Gabrieli Chiareli de Sousa (2011):

O modelo masculino de militância política valoriza, assim, atributos de agressividade, competição, a fala em público, a disponibilidade de tempo. São valores que se confrontam com a identidade feminina historicamente construída que, embora tenha passado por mudanças significativas na contemporaneidade, ainda se pauta em discursos que atribuem às mulheres um papel primordial na família e na reprodução, onde a educação e a socialização acabam por valorizar seu confinamento e/ou maior identificação com o espaço privado e com arquétipos vinculados ao afeto, ao cuidado, às relações interpessoais (SOUSA, 2011 p. 200).

Mesmo o quadro de participação sendo igualitário, com o mesmo número de homens e mulheres, sua direção e decisão ainda têm predominância masculina. As mulheres têm dificuldade de uma inserção às pontes de poder, isso ainda é tido como algo a ser julgado pela sexualidade.

Como apresentado acima, o movimento estudantil com o tempo abriga diversos movimentos dentro de sua constituição, esses movimentos caracterizam-se pelo fato de a diversidade sexual ser base para seus atores, como uma forma de expressão pessoal e política, e mesmo o movimento estudantil reconhece a diversidade de estudantes assim posta a diversidade sexual dos estudantes do movimento.

A sexualidade é colocada como assunto privado, como algo que deve ser oralizado de forma íntima, de forma reservada entre duas pessoas. De preferência, o sexo é algo que deve ser falado somente na idade adulta, algo confidenciado a um amigo, um segredo que se mantém em discurso sobre com quem se pode falar sobre ele (FOUCAULT, 2014a). Claro que essa partilha de informações sobre o assunto restringe-se ao homem e à mulher, ao casal heterossexual, essa prática pode ser vivenciada somente entre o sexo oposto a partir deste ponto de vista.

3.4 Diversidade sexual na contemporaneidade

Com o passar dos anos outras formas de viver a sexualidade foram concebidas, se retirando das margens, das sombras sendo centralizadas no mundo social, alterando as dimensões da vida de homens e mulheres, de jovens com outras práticas e identidades sexuais, como aponta Louro (2000):

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas [e] promovidas socialmente (e hoje, possivelmente, de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (...) (LOURO, 2000, p. 4).

Para muitas sociedades modernas, mesmo as ocidentais, ainda é muito difícil entender a fluidez das identidades de gênero e identidade sexual, pois a sexualidade historicamente assumiu nessas sociedades uma forma fixa e binária dividida entre homem ou mulher:

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens). Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como o “segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000, p. 9).

A heterossexualidade é tida como “normal”, como referência e as outras sexualidades são as “anormais”, pois desviam da norma, daquilo que condiciona os sujeitos como naturais, universais. As sexualidades desviantes são apresentadas dessa forma de modo a se manter escusas, a transformar os sujeitos em indivíduos desprezíveis. Aparentemente, a partir da definição de uma sexualidade inata se entende que todos os indivíduos são definidos pelos corpos como algo imutável, os sujeitos desviantes da norma são considerados abjetos por não atenderem às normas “naturais” e sendo-lhes negadas, portanto, a condições sociais.

Como afirma Butler (1993), a sexualidade é materializada a serviço da heterossexualidade para incluir os corpos que importam, para empregar as diferenças sexuais. O sexo atua como discurso imutável, culturalmente construído, como algo dado, ou seja, é necessário refletir sobre como o sexo aparece como dado na significação de construção dos sujeitos, sendo derivado da constituição heterossexual de forma a conservar a reprodução. As diferenças estruturais são sobrepostas aos sujeitos, não deixando transparecer suas existências, o que é relatado a seguir:

Eu acho que faz parte desse processo de percepção das pessoas e de democracia que as pessoas se diferenciem pela sua cor, pela sua opção sexual, sabe esse 1991? Essas demandas estavam, existiam mulheres feministas. Esse espaço ainda é muito masculino. Essas demandas elas ainda não estavam claras como estão hoje. Não tinha, por exemplo, um grupo que militasse sobre isso, não existia. As questões estruturais se impunham às agendas subjetivas, não existia a demanda, mas existia o problema, o problema sempre existiu, mas não era posto. Você não tinha casais homoafetivos, as coisas eram escusas. Estávamos ainda muito presos a uma sociedade autoritária, muito autoritária. Até os sentimentos mais naturais como medo, insegurança você não podia colocar, muito menos a sexualidade e as demandas enquanto mulher... (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

As questões estruturais, como citado, sobressaíam a essa agenda do período de 1990 sobrepondo-se à discussão mais subjetiva, de modo que pensar as diferenças do outro não era importante naquele momento. Ainda mais quando nos deparamos com a expressão “o outro”, em que os homossexuais são tidos como “os outros” sem importância, são aqueles que derivam dos “outros” que importam (heterossexuais) que estejam e estão na discussão, estão em pauta.

Helena lembra em sua fala as questões que estão impregnadas na “carne” pela ditadura civil-militar, em que as pessoas tinham grande dificuldade de expor seus sentimentos, emoções, de dizer quem eram e que, ainda na década de 1990, sentem uma “trava” na maneira de se expressar:

Eu acho que era um mundo muito diferente do que eu vejo hoje. De respeito, acho que nesse sentido melhorou porque esses grupos eles podem se expressar, eles podem reivindicar seus espaços, sua agendas, mas em 1991 não era assim. Em 1988 a Constituição abre questões para alguns direitos, ela está sendo promulgada em 1989, 90, 91, são três anos e desmonta algumas estruturas da ditadura, e que antes as pessoas não podiam respirar, nem politicamente. As demandas políticas elas não podiam se efetivar. Foi em 1984, mas esse processo culmina com a Constituição, e eu acho que em 1990 ainda estamos muito travados em termos de respirar, de liberdade, pelo menos assim numa localidade, numa universidade, no fundo de quintal de São Carlos, uma das cidades mais tradicionalistas (*Helena* em entrevista de 29/3/2015).

A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade (LOURO, 2000), como se a homossexualidade fosse contagiosa, um risco aos heterossexuais, sendo resposta a isso atos homofóbicos que contribuem apenas para criar uma grande resistência à empatia aos grupos de diversidade sexual:

Chegamos num ponto que temos que fazer um programa para inibir a propaganda de ódio. Não devia existir propaganda de ódio, a sociedade já deveria ter evoluído nesse sentido, mas, infelizmente, ainda estamos assim (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

Cada vez mais a homossexualidade torna-se um modo possível a se viver em sociedade, os homossexuais passam a existir, são visíveis e lutam pela sua existência, a criar uma identidade, uma relação de pertencimento de si com os outros, mas novamente essas identidades não se adequam de forma fixa ao sujeito, caso contrário estaríamos naturalizando essas relações, desconsiderando suas construções sociais e políticas:

Hoje é muito forte, ainda bem, uma grande evolução, uma grande conquista dos homossexuais, das homossexuais essa discussão ter sido colocada na sociedade e é uma coisa que a gente sempre fala. Político, Congresso, infelizmente a gente tem uma discussão de desmoralização, [por] que isso interessa quanto mais [for o] político descomprometido, quanto menos as pessoas gostarem de política melhor porque menos elas vão discutir o papel [dos políticos] e tem a questão dos representantes Legislativos, Executivos e se ninguém presta, e que essa discussão do “ninguém presta” é ótima pra continuar como está e pra piorar (*Violeta* em entrevista de 26/4/2015).

Com esse entendimento de que a diversidade sexual faz parte das relações humanas, termo esse utilizado para representar as várias significações sexuais empregadas pelos sujeitos, “(...) Estamos cada vez mais conscientes de que a sexualidade é tanto um produto da linguagem e da cultura quanto da natureza (...)” (WEEKS, 1996, p. 51). Atualmente, a sexualidade é atribuída como uma construção social, discutida pelas suas definições e representações dá-se visibilidade, portanto, aos sujeitos a partir de seus grupos, sendo permitida sua existência como demonstram os relatos abaixo:

Essa história de coletivos, ela não existia do modo como existe. Hoje você tem vários coletivos na universidade, ou mesmo coletivos LGBTs, por exemplo, como você tem aqui. Não só não tinham os coletivos como esse também não era um assunto em debate. Quer dizer que não existiam gays e lésbicas na universidade? Claro que existiam, deveriam existir, mas se você me perguntar quantos gays e lésbicas você conheceu durante a sua graduação eu vou te dizer nenhum. Eu não posso dizer porque eu não sei. As pessoas não se mostravam, as pessoas não se expunham, as pessoas não se permitiam viver no mundo como hoje as pessoas se permitem, você fala “a homofobia aumentou”? Acho que não aumentou, ela sempre existiu, a questão é que antes estava todo mundo dentro do armário, você não tem reação porque você não tem a ação e agora essas coisas elas estão mais exacerbadas até porque você tem as pessoas vivendo mais a sua própria vida. Outro dia mesmo eu estava comentando, eu não conhecia e se você falar e se você me disser quem, eu vou dizer ninguém, mas é mentira, como é que ninguém (risos). Lógico que tinha gente na universidade [que era] gay, lésbica e etc., mas eu não sou capaz de dizer um nome porque se eu disser um nome é aquele que todos falam assim: “Ah, acho que Fulano de tal”, mas você não sabia da vida de ninguém, nas festas do DCE e do CAASO a gente frequentou as mesmas festas, nas repúblicas você não via nada, não via nenhum casal, nenhum casal gay ou de lésbicas, não via, simplesmente não existia nas vistas. Isso demarca

também grandes mudanças em relação à posição das mulheres, à posição LGBT e etc. As questões de diversidade sexual para o movimento estudantil naquele momento não estavam postas (*Cora* em entrevista de 13/3/2015).

Essa questão da diversidade sexual, não existia nenhuma discussão sobre isso. Existiam e participavam, inclusive tinha gay e lésbica na nossa chapa, olha, eu não me lembro dessa pauta da diversidade sexual, a gente tinha a questão de gênero, da mulher, mas essa outra pauta não, o gênero, embora na discussão teórica aborde o gênero do ponto de vista amplo, não só do gênero mulher, mas o homem que nasceu homem e se autodenomina mulher, como é hoje. Esse avanço teórico e prático conseguimos ter, mas ainda naquele momento no movimento estudantil não tinha, era extremamente incipiente essa discussão e isso se expressava também na nossa, eu não me lembro de diversidade sexual na pauta. Sempre tinha a questão de gênero em discussão, essa preocupação enquanto gênero mulher não enquanto diversidade sexual dos vários gêneros (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

A diversidade sexual ao ser assumida pela sociedade torna-se para os grupos uma forma de existência pública e política, ao mesmo tempo em que alguns grupos de políticos excluem e negam as agendas referentes às sexualidades desviantes outros espaços aparecem, outros atores que se identificam com as causas LGBT assumem essa pauta pessoal e política:

A questão LGBT que a gente estava discutindo, retomando um pouco, naquele momento não tinha e isso se expressava muito também nos quadros que a gente tinha. Hoje não, hoje você tem vários quadros LGBT. Eu acho que o Jean Wyllys, a Marta Suplicy tiveram um papel importantíssimo nisso, porque foi uma mulher que encarou, não era lésbica, era uma mulher heterossexual burguesa, porque a Marta nunca foi proletária. A Marta sempre foi burguesa e essa discussão colocada por ela toma outro âmbito porque aí é uma burguesa, não é um gay como o Jean Wyllys. Ele tem um papel fundamental no Congresso, eu não voto no Rio e o Jean Wyllys não é do PT, eu sou do PT, da direção do PT. Se tem um mandato hoje que cumpre um papel social importante é o do Jean Wyllys, um intelectual, homossexual, um professor que coloca essa discussão de uma forma politizada, clara, com critérios e, importante, se ele não estivesse no Congresso hoje não ia ser a mesma coisa. É diferente você ter uma pessoa que é homossexual falando para os homossexuais, você ter uma mulher falando em nome das mulheres é diferente quando um homem fala em nome das mulheres. Isso a gente tem que reconhecer, que não existia a questão da diversidade sexual como pauta, como hoje foi um grande avanço para a sociedade brasileira, um grande avanço ter representantes, um deputado federal que coloca essa discussão, que tira as pessoas da invisibilidade (*Violeta* em entrevista de 16/4/2015).

O que eu percebo, em linhas gerais, é que houve essa pluralidade e essa visibilidade maior LGBT, na minha percepção ela ficou mais evidente dos anos 2000 pra cá. Esses últimos 15 anos, não que não existisse antes, como eu digo, a memória que eu tenho dessa questão ela aparece mais pelo viés da participação dos artistas. Artistas, que eu digo, dos estudantes que estão fazendo os cursos, o movimento estudantil ligado às artes principalmente levavam isso de uma forma mais clara, mais contundente para as ruas (*Mariana* em entrevista de 16/3/2015).

As memórias retratam as experiências femininas e as questões de gênero relatadas pelas entrevistadas de maneira ampla, não somente as discussões no âmbito da mulher no movimento estudantil. Essas questões silenciadas, mas que aos poucos foram ganhando espaço de discussão, tanto as questões relacionadas ao feminino como as de diversidade sexual, respeitando a pluralidade dos seres em sua totalidade, compõem junto a outras questões o amplo quadro de temas de formação do ser mulher, denotando a sua complexidade e a sua capacidade de reflexão e recuperação crítica do que foi vivido, para do passado extrair sentidos que serão reafirmados no tempo presente.

CAPÍTULO 4

RELATOS DO PRESENTE

Ao se fazer as leituras dessas memórias compostas por depoentes mulheres pensamos no caminho percorrido por elas nos dias de hoje, além de suas histórias de mulheres em seu tempo de movimento estudantil, de um tempo de juventude outras questões surgem de maneira latente. Mas, e o tempo presente? Quais são suas vivências, quais relações fizeram-se ao longo do tempo que foram compostas por essa trajetória de mulheres em movimento?

Seguem abaixo os relatos das entrevistadas referentes ao tempo presente, em que a memória mais uma vez faz a relação entre o passado e o presente, o trabalho de suas subjetividades acompanhando os seus lugares no mundo público. E principalmente são histórias carregadas do querer falar, da visibilidade que se faz presente, “*da necessidade social de se dizer algo*”, como marca Mariana em sua fala, “*se entender o lugar onde [se] está, o contexto histórico-político de enfrentamentos*”. E com isso criam-se diversos espaços de fala feminina, como os apresentados por essas mulheres.

4.1 Suas histórias no presente

4.1.1 Mariana

Como eu relatei pra você antes da gente gravar, passa um filme na nossa cabeça e conforme vai se ouvindo algo que foi relatado por nós é bastante interessante, e daí dá um pouco da dimensão da importância documental desse tipo de trabalho [ao qual você se propôs]. Eu, particularmente, reconheço que eu lembro de até umas perguntas que você me fazia, lá quando a gente se encontrou [e] que era referente às dificuldades que eu sentia enquanto mulher naquele período juvenil. E eu lembro de ter relatado que não sentia tanto [essa dificuldade em ser mulher]. Eu não sentia na universidade um espaço de opressão, talvez por eu estar na FFLCH, talvez por ali ter figuras expressivas [de] mulheres, um nome bem como Marilena Chauí ou as professoras da Geografia, muito contundentes, muito fortes. Isso já era sinalizador da mulher ter vez e ter voz. Eu não sentia tanto, mesmo na gestão da AGB, que já é uma transição entre a graduação e a pós-graduação, a diretora daquela chapa era uma mulher, tinham homens também, mas tinham mulheres e acho que a gente foi aprendendo a lutar por espaços desde sempre.

Um amadurecimento em relação à consciência de ser mulher nos espaços públicos e políticos, a começar pela própria universidade em relação ao que foi minha experiência relatada e aos dias de hoje. Ela [a minha consciência de ser mulher] é muito maior, os enfrentamentos são maiores, a consciência dos enfrentamentos são maiores.

Se você me perguntar hoje quais são as dificuldades eu, olhando para trás, depois da entrevista eu me peguei pensando: “Será que quando ela me perguntou das dificuldades eu não consegui localizar com clareza?”, é porque de fato eu estava num contexto muito favorável à participação das alunas mulheres, em um contexto [em] que tinha mulheres fortes, ou mesmo porque determinados cortes ou determinadas privações elas não chegavam ao meu nível de consciência, pois talvez eu não estivesse tão desperta para situações no cotidiano. Hoje eu sinto mais [essas situações de enfrentamento].

Um exemplo: eu coloquei uma nota em uma rede social sobre uma notícia de reintegração de posse que bate de frente com as condutas do poder local com relação a outros espaços ociosos públicos, é uma coisa que eu prezo muito e está relacionado aos meus estudos. O fato de ser mulher jovem, porque as pessoas também julgam que eu tenha menos idade do que eu tenho, esse par ser mulher jovem e ter uma voz que alcance uma repercussão pública, pois a postagem que eu fiz foi em uma mídia de circulação pública, um jornal de circulação, isso é uma forma de enfrentamento.

Eu imagino que quando vou para um espaço público, e até mesmo nas reuniões do meu departamento, e quantas vezes [sinto] a falta de mulheres, a falta de minhas colegas. Eu já participei de reunião que estavam todos os meus colegas homens, somente eu de mulher, a professora jovem! Jovem de casa, jovem de trajetória na universidade, embora esteja desde 2010 nessa instituição, mas é como se fosse ontem e no presente do relato o ser mulher.

E a experiência de morar aqui em Sorocaba e a própria experiência do Café. Qual é a compreensão que a sociedade tem de uma mulher nos espaços públicos, falando sobre política e sobre coisas que mexem com o interesse do status quo de quem está no poder?, são alguns enfrentamentos vividos [por mim].

Eu tive alguns contatos interessantes com as Promotoras Legais Populares (PLPs), participei de processos de formação, achei bem interessante. Foi uma experiência fantástica, eu fui pra colaborar (risos), mas é a gente que aprende e esse trabalho foi um pouco mais com a juventude. A questão da juventude eu também

observo aqui no campus, um [número] crescente de mulheres jovens, uma nova geração e é interessante ver como isso vai repercutindo na nossa cidade. São mulheres ligadas ao movimento feminista de uma forma bastante contundente. Eu fico bastante feliz quando integrantes me localizam e me identificam como uma pessoa que tem algo a dizer. Sendo que eu também estou num processo de compreender melhor estas instituições que existem aqui na região e fazem um trabalho interessante.

Estamos num momento bastante interessante, na semana passada o próprio ENEM¹¹ me fez pensar sobre muitas coisas e fiquei imaginando justamente queixas que chegam pra gente como professoras, como comportamentos indesejáveis dentro da própria sala de aula. Como o direito a voz, respeitar o momento da fala da colega e que às vezes nem isso é respeitado. Eu estou dentro de uma sala de aula e quando você percebe, e quando se abre para o debate e percebe-se muito mais meninos. Num curso de Geografia tem bastante menino, bastante menina, ou talvez o curso de Pedagogia mais mulheres, acho que talvez num contexto um pouquinho diferente não seja tão visível, a percepção não seja tão forte. Na Geografia, por exemplo, a gente percebe que existe um silenciamento das meninas. Algumas um pouco mais despertas, mais libertas se pronunciam, mas geralmente logo de cara são os meninos falando e a gente tem que puxar, fulana e você? E tentando equalizar a questão de gênero dentro da sala de aula.

Acho que tem algumas características que somam com essa consciência de ser mulher, são características sentidas no meu dia-a-dia, no meu cotidiano como professora de Ensino Superior, de um curso com uma perspectiva crítica, o curso de Geografia num campus que tem feito uma história de pesquisar e dialogar com a [s atividades de] Extensão, numa cidade que tem um perfil que foi historicamente industrial com o pensamento muito voltado para o mundo do trabalho e o mundo do lazer muito vinculado a uma estrutura de classe média padrão shopping.

Tudo isso tensionado com questionamentos que a gente faz e, no meu caso de pesquisa desde o mestrado, mesmo na graduação que era sobre periferias, e o mestrado mais sobre espaço público. Desde que eu vim para cá eu encontrei um campo, assim, de investigação, de estudo em sala de aula com os alunos, de uma demanda de pensar um pouco na cidade, uma cidade bem interessante que nas entrelinhas, que no dia-a-dia

¹¹ O tema da redação do ENEM –(Exame Nacional do Ensino Médio) “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, realizado em 2015, sendo um tema pertinente e atual e como exposto por Mariana essa violência torna-se muitas vezes simbólica e como docente mulher ela é sentida por ela ao perceber o silenciamento das meninas em sala de aula.

vou percebendo que tem uma força que paira nas relações sociais marcadas pela maçonaria, [a relação] patriarcal, um modelo de família clássico de classe média.

Eu tenho quarenta anos, venho de uma origem humilde, de um histórico sim de luta, mulher, solteira e que diz algo que bate de frente com políticas públicas e acho que tem sim uma repercussão de enfrentamentos, não é?

Por um lado eu percebo algumas respostas de reconhecimento, professora jovem, mulher, de uma instituição de ensino público, de uma cidade conservadora, num campus que ainda se estrutura, num curso crítico, então tudo isso se coloca no dia-a-dia. Eu tenho que saber o que eu falo, como eu falo, como eu sustento o que eu falo, como eu pesquisei um pouco da cultura, isso me faz entender de forma sutil as relações entre homens e mulheres.

Eu acho que em termos de inserção social é uma, entre aspas, “sorte”, mas não existe sorte (risos), nós fazemos nosso caminho e as oportunidades, não é uma questão de sorte, é uma questão de construção e de luta.

Se eu estivesse numa empresa privada seria mais difícil, o ambiente acadêmico sim ele representa um reconhecimento da mulher enquanto professora, mesmo porque historicamente a mulher é aceita como professora. As tensões aparecem quando a mulher como professora pesquisadora adentra aos espaços públicos com temas de pesquisas em políticas públicas, questiona a política habitacional, política essa que privilegia o desenvolvimento capitalista e não o espaço público, isso fica um pouco tenso, as tensões aparecem.

Mesmo na universidade a gente percebe que as questões de gênero aparecem, os espaços administrativos com uma presença masculina maior em alguns cargos. Infelizmente a gente ainda vê isso sendo reproduzido, majoritariamente os cargos de direção, mesmo em instituições públicas, embora tenha-se a presença de mulheres, mas criam-se os estereótipos, aquelas características de uma figura muito “brava”, contundente e recebe críticas ou uma figura mais pragmática e às vezes para ela recai uma cobrança por ser muito “delicada”, e a gente não vê esse adjetivos assim por ser um homem, em pleno século XXI recai ainda essa crítica ao perfil feminino.

Por outro lado, também existe uma agenda que está sempre sendo posta para o debate. Não há um silenciamento, o que permite que esses temas apareçam na escala da cidade, cidade média como Sorocaba que consegue ecos com outras cidades e repercute bem o que acontece. Eu vejo avanços, mas que não alcança essa cidade como um todo, porque a gente tem que ter esse cuidado, porque estamos no meio, entre

militância e o acadêmico, porque tem um diálogo com os movimentos sociais, com as lideranças: “olha, tem coisa acontecendo”, a gente acompanha essas agendas, mas isso não alcança a sociedade ou [as] mulheres inseridas num outro contexto que não acessam essas comunidades, para elas é uma realidade ainda marcada por opressão certamente por não encontrarem esse lugar de debate.

Eu acho que tudo que a gente vai conquistando em termos de reconhecimento tem quer ser publicizado de alguma forma, uma postura firme não significa ser arrogante. A consciência sobre nós mesmas ainda está sendo construída, de cada vez ir dando mais visibilidade ao que a gente faz, justamente aquele ponto de quantas coisas a gente faz ao mesmo tempo, [em que] acabamos colocando num relatório aquilo que fazemos por uma valoração, mas esquecemos de colocar inúmeras coisas, um colega homem colocaria uma série de coisas, eu acho que é primeiro um caminho de autorreconhecimento, isso não é uma luta sozinha, é sempre uma luta coletiva, de ações de outras mulheres de estar ciente dos enfrentamentos, lutas, esforços. Você precisa de apoio, que todas precisam de apoio e, assim, não serão os homens que vão fazer isso por nós, pela história das mulheres, somos nós mesmas fazendo por nós.

4.1.2 Cora

Eu acho que a participação no movimento estudantil, não só a participação, mas a participação e a vivência em uma universidade que, diferente de muitas universidades no país, tanto estaduais quanto federais, é uma universidade extremamente democrática e que tem inúmeros canais de participação para os estudantes... [Eu acho que] isso foi muito importante na minha formação. E fez com que, depois de eu entrar na universidade enquanto docente, porque quando você participa de uma universidade mesmo como estudante [você tem uma estrutura] que te permite participar, portanto, te permite sentir construtor desta universidade, faz com que você sinta que a universidade também é sua. Ela é sua porque você constrói diariamente com as outras categorias, junto com os docentes, junto com os técnico-administrativos.

A minha formação e a minha passagem pelo movimento estudantil e pelos órgãos colegiados da universidade foram de extrema relevância para a minha formação. Para a minha formação enquanto cientista social, onde essas questões são importantes, enquanto docente na universidade e que depois vê a necessidade de

ocupar alguns cargos administrativos, mas por ter essa dimensão que a universidade é construída por todos nós, por cada um de nós. Na verdade, é muito mais fácil, muito mais cômodo você não assumir cargo na universidade, ainda mais hoje, diferentemente do passado, por exemplo, dos meus professores, você não tinha uma cobrança tão grande pela produtividade, pelo número de artigos [que publica]. A cobrança na pós-graduação não era a cobrança que se tem hoje, as coisas se davam num outro ritmo. O próprio estudo, o próprio contato com as literaturas, elas se davam num outro ritmo, a gente não sentava na frente de um computador e abria um milhão de artigos ao mesmo tempo. A gente entrava numa biblioteca e o máximo que você conseguia era abrir uns cinco livros em cima da mesa. A relação com o conhecimento era outra relação, era uma relação que era mediada por outro tempo que não é o tempo de hoje. Hoje é cômodo você não assumir cargo nenhum, porque te prejudica na sua carreira, te prejudica na sua produção [científica], te prejudica na sua orientação que você faz [para] com os alunos, te prejudica nas suas aulas porque você não tem o tempo necessário para se dedicar o quanto deveria nas [preparações e planejamento de] suas aulas.

A administração ela consome um tempo enorme, mas eu vejo que para mim só faz sentido assumir esses cargos porque eu tive essas experiências nessa universidade. Se fosse pra eu assumir um cargo em uma universidade que não é uma universidade organizada por meio de um colegiado que se pauta por princípios democráticos eu não assumiria cargo nenhum. O fato de assumir esse tipo de cargo [é] porque é presente pra mim que essa universidade ela é feita por cada um de nós e é feita por seus colegiados. Ela é feita, ela é construída coletivamente e essa dimensão foi dada pela participação no movimento estudantil, e a participação enquanto representante discente nos órgãos colegiados da universidade. Tem-se uma marca forte que o movimento estudantil e que a participação nos órgãos colegiados na universidade me deixou [e que] foi essa, talvez, de uma responsabilidade pela construção da universidade.

A questão da mulher, como eu falei pra você na entrevista anterior, em relação ao movimento estudantil, por exemplo, essas questões elas existiam [quanto ao tema] de uma desigualdade de gênero, de uma assimetria nas relações de poder, mas naquele momento eu não as percebia desse modo. O que mudou, o que eu acho que mudou não só em mim, mas na sociedade brasileira, na Academia é o espaço maior de discussão e de debate sobre as questões de gênero, por exemplo, eu fiz o curso de Ciências Sociais,

hoje se você pegar o curso de Ciências Sociais na UFSCar, o mesmo curso que fiz, todas essas questões são mais debatidas intensamente [hoje], as questões de gênero, as questões de sexualidade, as questões étnico-raciais elas têm grupos de pesquisas, elas têm docentes dedicados a essas questões. Na época que eu fiz o curso essas questões elas existiam dentro da sociologia, dentro das ciências sociais, mas elas tinham uma visibilidade muito menor. Eu, por exemplo, no meu processo formativo eu não debatia essas questões. Às vezes em algum momento numa disciplina, ou num outro momento quando essa questão foi debatida eu estava interessada em outras questões, em outras coisas.

Embora a gente tenha avançado muito em relação às questões da mulher, e tem muito ainda a avançar, a trabalhar, no mercado de trabalho a discriminação em relação à mulher ela é gritante e ela se revela em questões que podem ser tidas ou vistas como questões mais subjetivas, mas ela também se revela numa questão extremamente objetiva que é o salário. O Brasil é um dos países onde a diferença de salário pra desempenhar a mesma atividade entre homens e mulheres é uma das mais altas do mundo, mas o mundo inteiro é diferente. Se a mulher conquistou o mercado de trabalho – e esse “conquistar o mercado de trabalho” deve ser colocado bem entre aspas, porque também há uma necessidade do próprio sistema de uma mão-de-obra que seja mais barata – [essa] é uma conquista que precisa ser relativizada, a gente não tem as mesmas condições de desenvolver a nossa carreira.

Nós na universidade não temos diferença de salário, como em outras atividades, mas você tem dificuldades na progressão da própria carreira e depois você tem situações que a gente continua percebendo nas próprias relações, no próprio departamento. A gente tem um departamento que tem várias mulheres e alguns homens, por exemplo, e muitas vezes sem mesmo que os colegas percebam essa assimetria de gênero ela está colocada: se você participa de uma reunião do departamento você consegue analisar esse tipo de coisa, qual é a fala ouvida? Ou uma colega fala alguma coisa e não é levada em consideração e quando vem outro que fala a mesma coisa: “Nossa, é isso mesmo que a gente tem que fazer”. A outra já tinha dito que era isso que tinha que fazer! Essas coisas que estão presentes nas sociedades elas se revelam em todos os ambientes, então isso continua, continua existindo na universidade e nos outros ambientes de trabalho.

Com o tempo e com as mudanças que houve na sociedade brasileira, e um amadurecimento, e com um certo olhar para essas questões que antes eu não olhava

você vai percebendo o quanto essas diferenças e assimetrias e essa relação de poder entre homens e mulheres ela é desfavorável para as mulheres. E isso é uma coisa que ainda é possível de ser enfrentada, sem falar na violência contra a mulher, sem falar que o Brasil novamente é um dos países onde a violência contra a mulher é a mais alta do mundo. E a violência contra os homossexuais que também tem a ver com a violência contra a mulher, o Brasil também é o país onde mais se matam homossexuais, é uma morte de homossexual a cada vinte e seis horas no país, foram trezentos e cinquenta e oito mortos acho que no ano passado, é uma morte por dia pelo simples fato da pessoa ter uma outra orientação sexual!

Essas coisas são muito presentes na sociedade brasileira, uma sociedade extremamente machista, extremamente racista, extremamente homofóbica, extremamente conservadora e isso está posto. Mas eu acho que há uma conquista do movimento feminista, do movimento LGBT que se consolidaram ao longo dos últimos anos [e] que é justamente tornar visíveis essas questões, trazer essas questões para o debate, muitas dessas como as questões étnico-raciais, isso também aconteceu! Essas questões sempre foram deixadas de lado, sempre foram colocadas para debaixo do tapete, o Brasil ele não se via como um país racista, aliás, alguns costumam dizer que quem criou o racismo no Brasil foi o Lula, quem criou a luta de classes foi o Lula, como se essas coisas não existissem (risos), mas você ouve esses discursos. Não é que elas não existiam é que elas não se tornavam visíveis na verdade, mas sempre existiu.

O racismo no Brasil sempre existiu, está se querendo o que com isso? É um mérito desses movimentos que ao longo do período do pós-ditadura trouxeram essas questões para o debate público, para a cena e para a vida pública e as politizam a fim de se transformarem em políticas públicas que visam amenizar essas desigualdades, isso é mérito desses movimentos, mas a sociedade brasileira tem que avançar muito ainda nessas questões, em todas elas.

Essa questão da mulher em todos os espaços, veja, não é a mesma coisa você ser diretora de um centro e diretor de um centro. O diretor de um centro ele é ouvido de forma diferente do que uma diretora de um centro, isso eu não estou falando necessariamente em relação à administração superior da universidade, mas estou falando das relações internas aqui em Sorocaba. Você sente que em determinadas negociações, em determinadas conversas, em determinados acordos que precisam ser feitos, em determinadas coisas que precisam ser reparadas, procedimentos que precisam ser estabelecidos num campus ainda em construção e sendo organizado...

Não sou só eu que sinto, mas o próprio vice-diretor do centro, ele também percebe essa diferença que é feita quando ele trata algumas coisas e quando sou eu que devo tratar. Para ele é muito mais fácil tratar de algumas coisas pelo simples fato dele ser homem. Então, pra dizer que não é ilusão da nossa cabeça, alguém que está mais sensível também a essas questões, mesmo sendo homem, percebe essas desigualdades que existem e que precisam ser combatidas, [e] isso não vai mudar ou não vai se transformar se não forem as próprias mulheres a buscarem essa transformação.

O mundo não vai se tornar menos homofóbico se não forem as próprias pessoas LGBTs a buscar essa transformação, o mundo não vai ser menos racista se não forem os próprios negros a buscarem, claro que numa política de coalisão com outros, ninguém vai deixar os seus próprios privilégios. Você precisa brigar e lutar por direitos. Ele [o opressor] não vê problema nenhum nisso, sempre foi assim, por que precisa mudar agora?

E a sociedade não muda se a gente não se organiza, se a gente não luta, se a gente não participa. Voltando à sua temática do movimento estudantil, a participação no movimento estudantil e a participação na vida da universidade: quando a universidade permite a participação ela é extremamente importante pra sua formação política e você terá esse tipo de enfrentamento, de atuação política em qualquer lugar que você estiver, no trabalho, na escola, onde você atuar politicamente nesse sentido, porque isso passa a fazer parte de você, parte constituinte de você, do seu processo de formação. Isso é extremamente importante e acaba tendo um reflexo na sua vida de cidadão, de cidadã.

É lógico que você é constituído de uma série de coisas. Evidente que o curso que eu fiz ele é propício pra esse tipo de coisa, mas poderia ter ido para outro lado. Quem faz Ciências Sociais não é necessariamente progressista ou de esquerda (risos). Tudo aquilo que envolve a participação te constitui de algum modo. Eu vejo como extremamente importante e impactante a participação no movimento estudantil e nos órgãos colegiados da universidade. O próprio movimento estudantil hoje, nós vemos ele [e] é repleto de mulheres. Essa é só uma conquista das mulheres ou os homens estão indo para outros espaços de maior poder?

A direção de centro na universidade, até recentemente, eram pouquíssimas [as] mulheres diretoras de centro. Temos quatro mulheres diretoras dos oito centros da universidade, mas é por isso ou porque os homens estão interessados em outros espaços que dão mais status e poder? Ou [aspiram] a serem coordenadores de pós-

graduações porque é o que dá mais status. Se você pegar quem são os coordenadores de pós-graduações, em sua maioria não serão as mulheres. A coordenação de um curso de graduação não dá tanto status hoje, porque tem muita mulher? Qual passa ser o lugar do público? A direção de um centro dentro da universidade era um lugar de status e de poder e não eram mulheres as diretoras.

Essas relações elas estão colocadas, a dinâmica ela vai mudando por isso eu falo? “A entrada das mulheres no mercado de trabalho ela é uma conquista das mulheres, mas ela não é só uma conquista das mulheres”. A entrada das mulheres no mercado de trabalho primeiro é uma mão-de-obra mais barata, [já] que ela ganha menos. E mais do que isso! Ela também ajuda a baixar o preço da mão-de-obra dos homens, então tem dois efeitos para o capital, por isso é de interesse do capital a entrada das mulheres no mercado de trabalho. É a conquista, de um lado, mas é uma conquista que também, por outro lado, que o capital consegue absorver em benefício próprio pagando menos para as mulheres e fazendo com que as mulheres se disponham a fazer o trabalho que os homens faziam por um preço menor e, assim, o trabalho que eles fazem em outras atividades tende a cair o preço, o valor do trabalho.

4.1.3 Violeta

Primeiro eu acho assim: é impossível você separar a pessoa, é uma só. É impossível você separar a Violeta da década de 1990 e a Violeta da década de 2000. Eu acho que o movimento estudantil me fez profissional, acho que foi um processo que construiu a minha vida não só pessoal, de militância, mas também de visão de mundo e isso foi muito importante. Muitas coisas que eu discuti no movimento estudantil foram reflexões que eu levo para o resto da vida e você vai trilhando os caminhos com essas reflexões. Eu acho que foi um alicerce muito importante para a vida profissional, pois a postura que eu tenho na minha vida profissional ela também é fruto dessas vivências.

O movimento estudantil ele foi muito importante, ele me abriu [e] desvelou muitas coisas na minha vida. Desvelou que a mulher é oprimida, [e] eu nunca tinha discutido a opressão feminina até entrar no movimento estudantil, foi ali que eu comecei a discutir. Comecei a discutir diversidade, a questão do feminismo, modelo de visões diferentes de mundo, de projeto de sociedade e a questionar quem sociedade nós queremos.

Esse alicerce permitiu minha formação profissional enquanto militante em um partido de esquerda no Brasil e, hoje, militante da economia solidária, enquanto profissional de Engenharia de Produção com uma visão social no mercado e, por fim, a opção de seguir a carreira acadêmica também veio disso. Eu tenho a possibilidade de dar uma formação diferente para os meus alunos da que eu tive, [pois] eu tive uma formação extremamente técnica na USP.

Para o mestrado e o doutorado eu fui procurar a UFSCar, que tinha um perfil bem mais social. O curso de Engenharia de Produção tem essa abertura pra se fazer projetos e desenvolver a dissertação e a tese numa área que é diferente da tecnológica, não somente a técnica ou a visão da empresa, [pois] eu quis uma coisa diferente, a melhoria de processos e, com isso, o movimento estudantil foi a base em que tudo começou para mim. Foi onde eu comecei a militar e entender [o] papel de [um] partido político, de movimento social, uma fase que me ajudou a construir o que sou hoje.

Hoje eu vejo que rompemos barreiras, em vinte anos algumas coisas foram consolidadas socialmente. Ganhou-se um espaço de discussão, [pois] a questão da diversidade sexual não se discutia na década de 1990, e hoje ela não é só discutida como ela é debatida, como ela é institucionalizada, inclusive a gente tem leis para garantir direitos. A busca de direitos ela avançou muito por conta da luta. Um exemplo é a Lei Maria da Penha, uma mulher vitimizada por violência doméstica ela não pode ir e retirar a queixa, ela tem que deixar a queixa, assim o Estado tem um instrumento para ajudar e tentar tirar essa mulher dessa situação de violência, isso na década de 1990 era impensável.

Nós tínhamos uma vanguarda feminista que discutia essas questões, mas era um movimento extremamente isolado e com o passar do tempo essas discussões conseguiram ser ampliadas na sociedade, serem acolhidas pela sociedade e fez-se uma reflexão coletiva e conseguimos ter alguns avanços institucionais. Tivemos avanços importantes do ponto de vista institucional e social, a sociedade discute de uma maneira diferente do que a década de 1990 outras questões como a mulher no mercado de trabalho, a desigualdade e a violência. Praticamente não se tocava na questão da violência, quem discutia isso era a vanguarda do movimento feminista. Antes se dizia: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”, e atualmente tem que se meter a colher sim!.

Outros avanços foram relacionados às questões da criança e do adolescente e às questões LGBTs. E por tudo isso aflorou recentemente o preconceito, ele foi exposto

e as pessoas conservadoras, pessoas com uma visão de mundo arcaica, por exemplo, que ainda acham que “lugar de mulher é na cozinha” e outros pontos mais. Como o vídeo da Fabíola¹², em que se veem diversas opiniões e, claro, as mais grosseiras possíveis, como ela sendo intitulada de “mulher sem vergonha” e que “tem que apanhar mesmo”.

Vivemos um período [em] que, sim, avançamos muito e hoje, por conta do retrocesso político [e] dessa onda conservadora que tenta se estabelecer novamente corremos um risco com tudo isso, e devemos lutar pra não perdermos tudo o que já foi conquistado. O outro exemplo é o deputado Eduardo Cunha, que tornou-se inimigo número um das mulheres, [já] que com [a proposta de] seu “Estatuto da Família¹³” e outras coisas horríveis tenta impor um tremendo retrocesso político e social, principalmente em relação às mulheres¹⁴. Existe uma onda conservadora que está sendo combatida, e acredito eu que em um ano perdeu força, mas ela não está superada e não podemos nunca parar de lutar. [Temos que] continuar lutando e ficar atento para não perder e [sim] conquistar mais direitos.

4.1.4 Helena

Hoje o que eu sou tem extrema ligação de tudo o que eu faço e fiz na minha vida. Tem uma música da Adriana Calcanhoto [que diz]: “O meu amor pelas misérias me leva, me trouxe, roça o que interessa e fez de mim alguém que eu sou hoje”. Eu

¹² Vídeo em que Fabíola é flagrada saindo do motel com o amante, é abordada pelo marido junto com um amigo que faz a filmagem. O marido a agride e o vídeo foi postado nas redes sociais, com diversas visualizações e opiniões, demonstrando um grande discurso de ódio, Fabíola é xingada, humilhada e mais uma vez esse discurso é voltado contra a mulher. Exonerando de qualquer culpa o marido, amigo do marido e o amante (Fonte: GELEDES).

¹³ Projeto de Lei- PL 6583/2013, esta Lei institui o Estatuto da Família, define-se a entidade familiar como um núcleo social formado a partir da união única entre homem e mulher, como descrito no Estatuto a única formação familiar é associada ao homem e a mulher, segue link do projeto http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C8B7B73664349BEA15FE81D0B38CAEA7.proposicoesWeb1?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013

¹⁴ Projeto de Lei 5069/2013, esta Lei institui o “Anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto” fere diversos direitos reconhecidos e cedidos as mulheres sobre seus corpos, segue link do projeto http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6CAE98C8CFA96DA09D44DF5392C5B87E.proposicoesWeb2?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013

sempre penso nessas frases, eu vejo o que eu sou hoje por tudo o que eu vivi e essa trajetória, esse contexto da década de 1980 tem um apelo participativo muito grande, independente do grau de participação política ou não; com uma militância em movimentos mais de ponta, como o movimento feminista ou movimento das mulheres por moradia, e eu militava no movimento da pastoral, um movimento muito importante para a construção da cidadania.

Todo o movimento social realizado em prol do ECA foi todo um movimento que se fez e com uma história muito importante para a conquista de direitos para as crianças e adolescentes, e eu estava lá. Eu era jovem ainda, com 14 [ou] 15 anos, e me envolvia com projeto político, com uma participação política. Atualmente vemos os alunos ocupando as escolas¹⁵, que coisa bonita! Os jovens se engajando em uma luta!

A luta em nossos dias não tem a mesma dimensão de quem foi para a guerrilha ou viveu na clandestinidade. Essa é a referência que temos hoje dos nossos heróis, mas isso foi importante no sentido de que você era jovem e foi desperto para o mundo que não era o seu umbigo. Ser participante desse mundo e mudar o mundo. Essa visão histórica no calor juvenil, [e] no afã juvenil entender que você tem uma história nas mãos e que você pode mudar o seu cotidiano, [a] sua realidade. Então eu essa pegada, essa toada eu levei pra minha vida inteira, [essa ideia] de que você pode construir a sua história, participar e mudar a visão das pessoas.

É lógico que com a maturidade isso vai se colocando, você entende algumas coisas, que não era bem aquilo. Outras coisas são mais difíceis, [mas] isso tudo foi um fio condutor que perpassou toda a minha trajetória tanto no movimento estudantil, quanto depois na minha atuação profissional, na minha relação com os meus alunos. [Acreditar] que somos muito mais do que dizem que a gente pode fazer. E isso me levou também para outras escolhas, a trabalhar na favela com as crianças, com meninos e meninas de rua; me levou a escolher Ciências Sociais, a me engajar no Centrinho de Ciências Sociais pra construir um coletivo, depois me despertou para a administração pública através de um projeto político e isso influenciou e influencia na relação docente com os meus alunos.

¹⁵ Movimento organizado pelos estudantes de escolas públicas do Estado de São Paulo contrários ao plano de reorganização da rede pública, criado pelo governo do Estado, cujo objetivo é fechar 94 escolas.

Eu vejo que sou uma mulher do meu tempo, uma mulher do meu tempo dentro das possibilidades históricas em que eu me construí. Eu não posso negar que eu tive uma educação um pouco provinciana, recheada de categorias e preconceitos, de valores... Eu não posso negar tudo isso, mas também eu posso ver o quanto eu já deixei muita coisa para trás e construí outras coisas. Eu ainda me sinto um pouco jovem no sentido de estar vendo outras demandas que se colocam na vida, que antes não se colocavam, e com isso você tem parâmetros para julgar a realidade. Eu acompanhei o tempo, eu não fiquei parada naquela vida que de certa maneira foi projetada para mim.

Eu sou a primeira geração de uma família que veio da roça, do sítio, da colheita, eu sou a primeira geração urbana. A primeira geração que teve estudos e havia um projeto para mim muito limitado de vida, que era: casar, ter filhos, ser dona de casa e arrumar um “empreguinho”. Meu pai sempre falava: “Um empreguinho no comércio”. A minha mãe foi obrigada a parar de trabalhar quando se casou e hoje o momento mais lembrado por ela, ela está com Alzheimer, o momento que ela mais lembra sabe qual é? O momento que ela trabalhava. Sempre nos sentamos na hora do almoço e um dia eu perguntei pra ela diante da não consciência, da sua confusão: “Mas você gostou de parar de trabalhar?”, [e] ela respondeu: “Não muito, não gostei, não”. É uma parte da memória dela que é uma [e continua] a mesma história. Na hora do almoço fala-se de sorvete e ela lembra que trabalhou numa sorveteria, isso ficou marcado para ela [por]que com aquele trabalho ela se realizava enquanto mulher, enquanto uma vida produtiva. É uma situação de trabalho [em] que talvez ela tenha se sentido importante e [por isso] conta isso repetidamente. E assim eu fico com meu olhar sociológico observando e isso é trazido com tanta frequência, ela enquanto mulher e trabalhadora, e sempre fala que nesse emprego ganhava mais que o seu próprio pai. E esse processo teve que ser interrompido por questões culturais. Eu vejo na minha mãe ela sendo obrigada a parar de trabalhar e o quanto isso talvez tenha feito dela uma mulher não realizada, e o quanto eu e minhas irmãs tivemos que fazer e mudar um pouco aquele caminho prescrito para a gente.

Entre as possibilidades de escolha da minha mãe e as minhas possibilidades de escolhas, as minhas foram com um horizonte muito mais aberto e eu tenho consciência desse processo e isso me “abriu janelas” de lutas feministas, de concepções de lutas que talvez não tenham sido planejadas para eu abrir. Só abri por conta talvez das minhas condições subjetivas, tendo tudo isso como minha âncora e aqui [eu decido que] eu vou me ancorar para ser uma pessoa diferente do que [me] projetaram.

E aí você luta contra essas coisas e você se impõe, e nós que somos mulheres sabemos que temos que lutar mais e muito mais. Isso foi motivo de conflitos, conflitos familiares principalmente com o meu pai pela não aceitação de algumas coisas, mas também de vitórias, de tristezas, de vitórias [que] de certa maneira [são fruto de você ter tido] um feeling teu [sobre] o que queriam que você fosse. Isso também é produtivo. [É] lógico [que] tudo tem os dois lados, tem tudo o que você deixou para trás e tudo o que você construiu.

Nesses momentos mais conscientes, como eu falei pra você, eu passei na universidade [e] não havia uma demanda, pelo menos aqui na Universidade Federal de São Carlos não havia uma demanda feminina clara. O momento político era outro, outros direitos. A pegada hoje do direito das mulheres ela é muito mais presente na minha vida do que foi quando eu era estudante, [porque] o campus era muito masculino [e] em uma cidade provinciana, longe dos grandes centros de efervescência cultural, social e política.

Nós fomos o segundo curso de humanas [no campus]. A humanas vem com uma outra pegada, um questionamento. E não havia muitas mulheres, assim como no curso de Pedagogia, como nas profissões mais feminilizadas. Era um campus muito masculino e essa demanda não estava clara. Não era clara enquanto demanda e também enquanto consciência do que acontecia com a gente. Depois que nós conversamos veio muita coisa na minha consciência: “A gente era tratada assim porque era mulher”. Nós tínhamos que nos masculinizar para desbravar os caminhos e sermos consideradas, e mesmo assim eu não sei se chegava [a ser tratada como igual].

As pessoas hoje têm mais consciência, as mulheres têm mais consciência dos discursos, entendendo as posições e [entendendo] que sendo mulher você sempre parte de um patamar abaixo. Essa consciência faz com que a gente de fato tenha algumas coisas mais claras para você lutar pelos seus direitos. Agora eu sou muito mais consciente do meu papel de mulher, das limitações que se impõem em relação a esse papel do que eu tinha em relação, por exemplo, [ao período] quando eu estava na universidade.

O avanço está presente em todas as discussões. Hoje as pessoas podem se assumir enquanto lésbicas, homoafetivas... Eu acho isso muito rico, [pois] no meu tempo de universidade isso não acontecia, as pessoas eram carregadas de estigmas. Presentemente temos várias formas de preconceito. A gente vive numa sociedade hipócrita que aceita, que tolera, mas hoje a demanda está posta e está sendo discutida.

O poder que a gente tem de desconstruir e construir isso é muito bom. Eu, com quase cinquenta anos, eu ainda acredito que a gente possa construir muita coisa. [Poder quem fale:] “Todo mundo acredita que o mundo está um caos”, “A humanidade está perdida!”. Não! Calma! Esse afã de acreditar na política e pela política, uma política com P maiúsculo, a gente pode mudar e com a participação efetiva podemos fazer as coisas, isso ainda está na veia.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS: (RE) INVENÇÕES DOS ESPAÇOS FEMININOS

Esta pesquisa analisou as memórias de mulheres que atuaram no movimento estudantil, como se deu a participação feminina ao longo da história oficial e de suas histórias apresentadas em seus relatos. As memórias dão visibilidade ao contexto político, econômico e social, desde suas considerações como mulheres atuantes dentro e fora do movimento estudantil, o texto apresentado está longe de finalizar esse processo, pois almejou dar visibilidade as construções subjetivas e práticas femininas, esta pesquisa pretendeu abrir caminhos para os diversos aprofundamentos teóricos e práticos.

Quando se pensa em educação logo nos vem a ideia do espaço escolar, contudo, a palavra educação carrega grande pluralidade e heterogeneidade, pois os seres se educam em todos os movimentos, em todas as suas ações dentro e fora da escola: ao estarem juntos e em diálogo, ao exporem seus pensamentos, ao trabalharem a realidade de suas vidas de forma prática e política, por exemplo.

A educação aparece de forma complexa, pois acompanha uma prática social, como apresenta Martins (2004), sendo a educação entendida como uma função global que atravessa os campos das ciências do homem e da sociedade, uma abordagem com várias perspectivas, reconhecendo suas recorrências e contradições. A educação é vista como fenômeno humano e social, e entende-se o seu papel como forma importante de intensificar as discussões de gênero, como base de fortalecimento contra a reprodução hegemônica masculina.

A temática Educação é relatada nas falas das mulheres entrevistadas neste trabalho ainda muito carregada pela influência da ditadura civil-militar, ou seja, marcada por uma visão única e imposta, sem um espaço para o diálogo. Essa geração traz as marcas de uma educação centralizada, fechada para estabelecer o que seja comum a todos.

Historicamente registrado em diversos documentos, como os que relatam a vinda dos portugueses ao Brasil, da colonização até a República, as mulheres surgem nestes relatos históricos retratadas como a “índia selvagem” de corpo sexualizado e abusado, vista somente como “carne” ou como a mulher enquanto figura domesticada. A história das mulheres no Brasil é carregada, portanto, de ideais e ideologias trazidas pelos

européus com a chegada dos portugueses, sendo que a sua figura na história torna-se marginalizada e negada em registros documentais do período, segundo Maria Laci Kunzler (2008):

Esta história foi escrita por homens, que excluíram as mulheres, ou simplesmente não lhes deram valor, este foi o motivo da falta de registros e documentos oficiais. E esta história foi escrita por homens de elite e das classes dominantes e a serviço dessas classes (KUNZLER, 2008, p.1).

Ao longo da história buscou-se a construção de mitos e ideologias de um imaginário feminino a fim de retratar uma figura fixa e definida da mulher, como uma identidade pela legitimação social da mulher. Nesse movimento negou-se a sua existência, mas ao mesmo tempo estabeleceu-se um estereótipo feminino na tentativa de representar para sempre o ideal feminino, assim como aponta José Murilo de Carvalho (1990):

(...) É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também- e é o que aqui me interessa por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, as aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas (CARVALHO, 1990, p. 10 e 11).

Essas relações se dão por meio do discurso, de ideologias limitadas ao poder, consideradas histórico e culturalmente desiguais em campos de força masculinos e femininos. A hierarquia, assim, permeia as relações entre homens e mulheres, somando-se às diferenças sociais e culturais nas experiências femininas. A sociedade moderna construiu um ideal de esfera pública e política baseado na moral racional, afastando qualquer resquício de sentimentos e emoções compreendidos como manifestações irracionais e inferiores, não coincidentemente identificados ou associados às mulheres.

A mulher sempre dúbia e de caráter instável, retratada ora por sua pureza semelhante à Virgem Maria, ora como a mulher pública devassa e a prostituta, convinha em seus estereótipos usados na medida em que prescrevem comportamentos. Um exemplo da simbologia feminina é representação que se tinha da mulher como imagem da República brasileira, a mulher como a “mãe da humanidade”, como a “mãe dos cidadãos” responsável pela criação dos homens, pela formação dos cidadãos da

República, ou outras representações mesmo pelos apoiadores do movimento, como demonstra Carvalho (1990):

De fato, bem depressa os caricaturistas passaram a usar a figura feminina para ridicularizar a República. É certo que os inimigos da República fizeram o mesmo na França. A virgem ou a mulher heroica dos republicanos era facilmente transformada em mulher da vida, em prostituta. O desapontamento refletido na conhecida frase “Esta não é a república dos meus sonhos” rapidamente invadiu o mundo dos caricaturistas, ao mesmo tempo em que atingia os políticos das propagandas e os escritores (CARVALHO, 1990, p. 87)

Esses símbolos atravessaram e atravessam diversas épocas em que as mulheres tinham sua formação feminina para o mundo do privado e doméstico, onde eram marcadas pela docilidade ao se tornarem “refinadas” donas de casas, isso tudo acompanhado por guias de condutas femininas como livros e revistas que, além de apresentarem-se por meio da escrita como “receitas do ser mulher”, também se modelavam pelas fotos e imagens tidas como femininas, que reforçavam tal imaginário feminino às mulheres e aos homens.

Entende-se que esse imaginário feminino foi criado para se cumprir o papel de excluir as mulheres das participações populares, das manifestações públicas e políticas, embora, ainda sim, historiadores como Hobsbawm referenciam a atuação feminina e a presença de mulheres em lutas que afetavam diretamente a sua existência, sendo fato que as mulheres estavam presentes nas manifestações históricas e políticas (CARVALHO, 1990).

A busca da participação feminina ao longo da história, na maioria das abordagens, refere-se àquela ligada ao mundo masculino, valorizada somente ao homem de modo que este se torna ator por estar à frente, por estar ativamente e em primeiro plano nas decisões referentes a ele e aos seus subordinados.

Quando retratamos ou buscamos as primeiras formas de participação feminina verificamos que esta sempre aparece em uma relação de submissão e inferioridade: a mulher sempre tutelada ao homem e aos seus desígnios e, por isso, mantendo-se reservada ao espaço privado (mulher burguesa), sendo a sua participação pública desprestigiada se comparada ao homem burguês. Para as mulheres pobres o espaço público sempre esteve inacessível.

Atualmente, a existência feminina é marcada por outros símbolos que se apresentam como uma maneira prática de se pensar a mulher através delas mesmas e pela sua existência e vivência no mundo público.

Quando se pensa na trajetória feminina apresenta-se o termo “estética da existência”, termo que acompanha as transformações da mulher ao longo da história. Se baseia em novos modos de existir, de ser e estar no mundo público produzindo novas formas de sociabilidade, de direitos, da transformação da vida social, política e cultural. Inclui-se em sua “estética da existência” uma dimensão subjetiva, composta por suas emoções, pela afetividade, pelos sentimentos, pela sensibilidade de conhecer e perceber o espaço e o modo de apresentar uma nova maneira de ser no mundo público masculino, de modo que “(...) a cultura feminina, nessa direção, foi repensada em sua importância, redescoberta em sua novidade, revalorizada em suas possibilidades de contribuição, antes ignoradas e subestimadas” (RAGO, 2013, p. 25).

A cultura feminina resgata novos modos de pensar e agir, pois quando a mulher adentra ao espaço público com a discussão de suas ideias, temas, valores, questões e atitudes leva à feminização cultural, rompendo com a ordem vigente da cultura masculina antes representada somente de forma objetiva e racional.

A cultura de si, conceito designado por Foucault em seu livro *História da Sexualidade* (1985), demonstra que essa atividade, esse exercício caracteriza-se por uma verdadeira prática social em que a cultura de si é marcada pela relação de si consigo mesmo e com o outro. Entende-se esse conceito como um trabalho subjetivo que se desdobra nas relações sociais, políticas e culturais, não se conservando somente ao indivíduo, mas caracterizando o sujeito em sua construção e na construção com o outro, como apresenta o autor: “(...) A cultura de si não seria a ‘consequência’ necessária dessas modificações sociais: ela não seria uma expressão na ordem da ideologia. Constituiria em relação a elas uma resposta original sob a forma de uma nova estilística da existência” (FOUCAULT, 1985, p. 77).

A mulher, ao longo de sua trajetória histórica, instituiu novos modos de se pensar o feminino quando cria uma “estética da existência” para sua liberdade, em que sai do espaço privado e avança ao mundo público retirando as amarras que a prende, se liberta dos antigos modelos e busca novos modos de subjetivação para sua construção subjetiva e prática do *ser mulher*. A mulher, antes pensada e rotulada como “mulher

pública¹⁶”, como sinônimo de “mulher da vida”, e que com essa estigmatização do discurso do ser mulher era confinada ao espaço privado e conseqüentemente ao confinamento de seu corpo e mente, resiste e liberta-se para lançar-se às relações de jogos de poderes, se construindo com suas vivências no espaço público, conquistando seu espaço, tornando-se “mulher pública” e livre.

A subjetividade feminina, ao passar por esses exercícios, toma forma e conteúdo, molda-se com as experiências e suas vivências. A mulher se autogoverna e torna-se promotora de suas ações concretas no mundo. O cuidado de si e dos outros acompanha as ações concretas a partir dos exercícios subjetivos.

A mulher passa a ter visibilidade, através de suas experiências, como apresenta Scott (1998), uma consciência política entre os seres quando a mulher entende o seu lugar na história juntamente com outras mulheres, com a participação em um movimento que lhe permite desmentir segredos, tornar o movimento visível e quebrar o silêncio da sua existência.

A pesquisa apresentou como diferentes mulheres obtiveram sua significação e a ressignificação de si em busca da liberdade, como atuaram no movimento estudantil gerido pelo outro (homens) e como sua “estética da existência” e seus modos de subjetivação experienciados constituíram-se em uma subjetividade, em um “cuidado de si” com o outro, colocando-as em meio ao movimento no qual se reinventaram diante de lutas (que outras mulheres perpassam atualmente) para resistir e transformar o espaço hegemônico masculino.

A presença feminina nos movimentos sociais foi e é bastante forte, o que desmente a afirmação da não participação feminina na política, muitas vezes apontada pela falta de interesse da mulher pela política. A mulher se faz presente nas inúmeras reivindicações de classe, gênero e raça pela busca de seu espaço social e de afirmação como mulher.

Dentro desse contexto de participação da mulher em espaços públicos resgatou-se a memória dessas mulheres que se engajaram no movimento estudantil. A vivência no movimento estudantil permitiu a participação feminina de forma ampla, construindo-se uma identidade de mulher atuante para cada uma delas.

¹⁶ *Mulher pública* termo utilizado por Margareth Rago (2004) para relatar a história de mulheres prostitutas ou de mulheres no espaço público que são consideradas prostitutas por estarem no mundo público.

Essas mulheres colocaram-se em diversas lutas pelo movimento, dentro e fora da universidade, dentro do contexto político e econômico que se apresentava como excludente a todos e onde as lutas internas caracterizavam a manifestação pela garantia de uma educação de qualidade em seus espaços universitários, como o texto retrata.

Mais uma vez retomamos Scott (1998), em seu texto *A invisibilidade da experiência*, no qual resgata as memórias de Delany, autor negro e homossexual. A autora relata que o livro de memórias de Delany tem fornecido evidências de práticas e valores alternativos ao ressaltar sua “existência”, a existência de homens negros e homossexuais que, na história oficial, teve a sua existência negligenciada, revertendo-se esse silenciamento a partir da revelação de experiências práticas em locais públicos e que desmentem as diversas construções hegemônicas feitas a partir da visão do homem branco e heterossexual.

As histórias das mulheres ao saírem da invisibilidade da experiência na história oficial tornam-se visíveis pela sua legitimidade de experienciarem e retratarem aquilo vivido e que não é a criação de *uma* história negada ao feminino e muitas vezes desenhada para manter a mulher como ser inferior. Entende-se a importância de desvelar a história feminina não somente como modo de tornar visíveis suas experiências, mas também pela importância de um exame crítico do funcionamento do sistema ideológico visando compreender como essa categoria significa e como ela opera diante das diversas instituições sociais, não como algo natural ao mundo feminino, mas como se opera as ditas regras sociais.

É de extrema importância, portanto, trazer a visibilidade da experiência em consonância com a emancipação feminina, mas devemos estar atentas a todos os caminhos de repressão, resistência e atuação presentes na história, e que muitas vezes são representados como a-históricos tornando-se “naturais” aos sujeitos que, por consequência, perdem a sua representação social, segundo a autora:

(...) Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência (SCOTT, 1998, p. 304).

Ao se entender os caminhos de emancipação as críticas vêm de teóricas feministas que, ao questionar a objetividade e os disfarces ideológicos masculinos pelas próprias exclusões da história oficial, passam a considerar outras questões femininas apagadas da história, assim como antes o gênero não fora considerado.

Assim como o texto de Scott (1989), que faz a análise do gênero como uma categoria útil, se faz uma análise histórica e social a partir deste viés, em que sua análise se daria da forma com que o conceito de gênero inclui na história as experiências das mulheres. Como apresentado, uma nova história prescreve novos questionamentos surgidos para apresentar esse novo “objeto de pesquisa”, se é que assim podemos chamá-lo:

Ademais, e talvez o mais importante, o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. “Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história” (...) (SCOTT, 1989, p. 3,4).

O termo *gênero* amplia, portanto, as discussões entre o feminino e o masculino, pois suas pesquisas dão ênfase aos estudos das mulheres, as colocam em primeiro plano sem deixar o homem subordinado ou hierarquizado como é de costume pelos historiadores que o fazem até hoje relegando a presença feminina à margem da história oficial.

A mulher estabelece seu caminho ao longo da história contando suas histórias, relatando suas opressões, como coloca Cláudia de Lima Costa (1994/1997), pois as mulheres devem ser ouvidas nos lugares em que se encontram, e mesmo que seja à margem essa margem deve buscar abrigo nas fronteiras e tensionar esse meio o tempo todo.

A metodologia de história oral, ao trabalhar com a memória e as relações dos seres no mundo, ao fazer o trabalho de memória, como apresentado por Bosi (1994), ou seja, o trabalho que consistiu em ouvir essas histórias e em suas “contações”, logrou traçar o caminho de significado à fala dessas mulheres entrevistadas. Ainda, entende-se o papel de pesquisadora como uma mediadora à qual foi incumbida a tarefa de colocar em evidência pública essas histórias femininas, pois, como mulheres que somos, entendemos o espaço feminino de luta e como o relato de atuação no movimento estudantil traz sentido a essa subjetividade feminina nos diversos campos hierarquizados pela lógica masculina de poder.

Cada entrevistada registrou em sua fala um tipo de especificidade ao se trabalhar a memória, quando muitas coisas vão se constituindo tanto em suas palavras (entonações) quanto em seus gestos, seus olhares, suas buscas na memória, suas relações com o passado e o presente. Retomo Bosi (1994), novamente, para ressaltar a importância da tarefa do lembrar, pois “se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa” (BOSI, 1994, p. 39).

O contexto político da época, inserido pela política neoliberal, contexto social apresentado em todas as falas; assim como as histórias carregadas pelos resquícios da ditadura civil-militar, os relatos que abordam suas vivências escolares embasadas por uma maneira de educar apoliticamente e sem debate, sem discussão de conflitos necessários e característicos da época por todas essas vias, e ainda por outros caminhos, perpassam esses relatos, caminhos esses idênticos ao de uma democracia que buscava estruturar novamente o Brasil.

A sociedade da década de 1990 viveu a ascensão do neoliberalismo, sentido e explorado por todos os lados, sendo que as entrevistadas retrataram os cortes relacionados ao campo educacional, ao ensino universitário público, as dificuldades enfrentadas pelas estudantes quando mesmo aqueles que não participaram do movimento estudantil sentiram o sucateamento vivido por todos.

O movimento estudantil em diversos documentos aparece como um “mito” estudantil, como se houvesse um tempo de efervescência, um período de crescimento juntamente com os partidos políticos e, na atualidade, uma baixa da participação do jovem. Essa pesquisa não tem como abordagem desmistificar, explicar ou justificar esse “mito”, essa efervescência temporal. Podemos afirmar, contudo, que em nossa pesquisa a atuação juvenil se mostra continuamente muito forte dentro do movimento estudantil, e cada vez mais se torna possível a participação e integração de todos independentemente de seu gênero, classe e/ou etnia. A universidade hoje tem em seu pano de fundo suas políticas sociais pautadas na diversidade, na tentativa de inserção de todos.

A pluralidade do movimento estudantil ainda é caracterizada fortemente pela lógica de atuação masculina e, como relatado por todas as entrevistadas, é um espaço de formação política no qual essas mulheres tiveram diálogo nesse espaço e hoje carregam essas experiências para a vida.

Os partidos políticos relatados por todas as entrevistadas se mostraram presentes na formação e participação do movimento estudantil atuantes na década de 1990, e cada vez mais presentes de maneira a politizar o movimento para a construção universitária, política e social do país. Muitas vezes vistos como negativo por sua instrumentalização e negação das reais necessidades universitárias, e outras vezes entendidos como possibilidade de mudança social através da formação política, os relatos dão conta da dualidade constitutiva das agremiações partidárias.

Cora, em sua fala, aponta que em sua participação no movimento estudantil as discussões de gênero e diversidade sexual não eram levantadas e, com o passar da década de 1990, essas questões “foram sendo” marcadas pelos seus lugares de fala:

Hoje eu percebo, eu acho que as questões de gênero foram sendo abordadas como as questões de opressão que a mulher sofre. Mas naquele momento eu não pensava desse jeito, as meninas que estavam comigo no movimento não falavam disso, não era uma conversa entre a gente. Na época não tinha um coletivo ou uma organização feminista, isto não existia. Eu acho que é um processo de mudança, de amadurecimento de todas nós e da condição do lugar da mulher, do lugar que ocupamos. Isto foi um ganho em relação à minha época na universidade (Cora em entrevista de 13/3/2015).

As categorias de análise foram pensadas *a priori* sendo exploradas pelos relatos, outras categorias importantes foram mencionadas como, por exemplo, a categoria de *classe*, do que decorre um aprofundamento das políticas públicas universitárias pressupondo uma pesquisa maior envolvendo os partidos de esquerda mencionados, o que daria origem a outra análise que poderia ser realizada ao se pensar na pós-formação estudantil. Do mesmo modo, muitas questões ao longo de cada entrevista foram significadas e (re) significadas, mas para contemplar e dar representação ao que foi abordado outra pesquisa com outros propósitos poderia ser feita, visto que o recorte dado pelo curto tempo de dois anos almejou dar visibilidade às categorias analisadas e pensadas antes e durante a pesquisa.

Outras questões surgem ao longo do caminho, uma pautada em relação à participação feminina, mais especificamente à participação política feminina. Como abordado em uma das falas de Cora, em que questiona hoje a atuação das mulheres no Congresso ou em qualquer esfera pública e política hierarquicamente consolidada pelo masculino, pois, se na década de 1990 apresentavam-se as mulheres em meio ou à frente do movimento estudantil construindo uma maneira feminina de adentrar ao mundo público e político como que, ao passar dos anos, se deu esse aumento na participação

feminina? Do que decorre a segunda questão: Tal aumento na participação feminina está relacionado diretamente aos homens que, atualmente, têm “deixado” esses espaços estudantis de militância para “buscar” outros espaços mais interessantes de representação, espaço com maior status como o exercício de funções legislativas? Cabe-nos, ainda, questionar: **Onde estão essas mulheres que não estão ocupando essas estâncias de poder?**

Quando Helena relata que discussões relacionadas à vida universitária, ao Centro Acadêmico, aos acontecimentos mais próximos do cotidiano estudantil eram tratadas como assuntos “de casa” ou como uma “demanda pequeno-burguesa”, por se tratar de questões relacionadas ao *micro*, novamente nos questionamos se a mulher, mesmo em decisões não domésticas, não relacionadas ao cuidado com a família, se a ela não estão sendo deixados esses espaços “menores”. Daí advém os questionamentos: **Os homens ainda estão à frente do mundo público para a mulher ocupar outros espaços referentes ao privado? Se atualmente o movimento estudantil é composto por muitas mulheres, por que a participação feminina ainda é referenciada pela masculina?**

Há muito que se aspira e almeja caminhar nas discussões referentes à participação social feminina, e esta pesquisa abre portas para um aprofundamento teórico e prático pautados não só pela mera curiosidade, mas pela importância da representação feminina no mundo público. Essas memórias demonstram de forma clara e objetiva as atuações das mulheres entrevistadas durante o seu período de participação no movimento estudantil na década de 1990, e os seus relatos cheios de história e significações desdobram-se para além do desnudamento de suas subjetividades.

Espero que por meio deste texto eu tenha conseguido demonstrar o espaço reivindicado cotidianamente para as vozes e as personagens femininas que, por meio de seus relatos, a cada palavra proferida mostram as convergências possíveis entre o que é construção de si e o que é a construção da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC- USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernosa, 1968.

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

BARBOSA, Carla Silva. **Movimento Estudantil e produções de subjetividades contemporâneas**. 2007. 112f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.ppfh.com.br/wpcontent/uploads/2014/01/D_carlabarbosa_movimentos.pdf. Acesso em: 8.dez.2014.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. FECLASC, 2010

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994..

BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. 2011. 307f. Tese. (Doutorado em Educação)– Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2011.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: On the discursive limites of ‘sex’**. Nova York/Londres: Routledge, 1993: p 1-16.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação da almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Maria Celeste Arantes. **A leitura e a escrita no silêncio das mulheres – uma intersecção entre psicanálise e cultura**. 2009. 245f. Tese. (Doutorado em Educação)– Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10092009-144105/pt-br.php>. Acesso em 17. dez. 2014.

COSENTINO, Milena Callegari. **A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto**. 2013. 213f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– FFCLRP- Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, SãoPaulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-24072013-104950/pt-br.php>. Acesso em: 17. dez. 2014.

COSTA, Claudia de Lima. Situando o Sujeito do feminismo: o lugar da teoria, as margens e a teoria do lugar. **Travessia - Revista de Literatura**, Florianópolis, ago. 1994/ jul. 1995/1997, n. 29/30.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa (Trad.); ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Rev. téc.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

_____. **A hermenêutica do sujeito.** EWALD, François; FONTANA, Alessandro; GROSS, Frédéric (Edit.). FONSECA, Marcio Alves; MUCCHAIL, Salma Tannus (Trad.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **O governo de si e dos outros:** curso no College de France (1982-1983). BRANDÃO, Eduardo (Trad.). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

_____. **História da Sexualidade 1:** a vontade de saber. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa (Trad.); ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Rev. téc.). 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. **História da Sexualidade 2:** o uso dos prazeres. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa (Trad.); ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Rev. téc.). 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral:** possibilidades e procedimentos, 2001.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. **Análise crítica do discurso e teoria feminista - Diálogos frutíferos.** Salvador: NEIM/UFBA, 2007.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1997, n. 8/9, p. 319-342.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação. V.16. n.47. maio-ago. 2011.

GROPPO, Luís Antonio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior.** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas.** Campinas, SP. Mercado de Letras, 2001.

KUNZLER, Maria Laci. Participação das mulheres na política representativa. In: **Seminário Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**, VIII, 25-28 ago. 2008, Florianópolis.

LOPES, Zaira de Andrade. **Representações sociais acerca da violência de gênero:** significados das experiências vividas por mulheres agredidas. 2009. 241f. Tese. (Doutorado em Psicologia)– Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, FFCLRP- Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp107295.pdf>. Acesso em 17. dez. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. História (oral) da Educação: Algumas reflexões. **Em aberto / INEP**, Brasília, jul.-set. 1990, v. 9, n. 47, p. 21-28.

_____. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. (Org.). **O corpo educado:** Pedagogias da sexualidade. SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Trad.). 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS, João Batista. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a abordagem dos fenômenos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Londrina, mai.-ago. 2004, v. 26, p. 85-182.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, out. 2003 v. 66, p. 117- 149.

_____. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. 2006. 377f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORTADA, Samir Pérez. **Tempos da política**: memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2008. 375f. Tese. (Doutorado em Psicologia Social)– Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PAIVA, Gabriel. **A UNE sob o governo Lula**: a história de uma decadência. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2013.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PEDEX – Programa Educativo Dívida Externa. **O Neoliberalismo**. Ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. São Paulo: DESER, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. CORRÊA, Angela M. S. (Trad.) 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** Campinas, 2001.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1988. (Coleção Estudos Históricos, v. 3 Memória).

PRIORE, Mary Del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 2. Textos; v.7).

RAGO, Luzia Margareth. A subjetividade feminina entre o desejo e a norma, **Revista Brasileira de História – Espaço Plural /ANPUH**, 1995, Marília, v. 14, n. 28, p. 28-44.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 1-11.

_____. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **Verve**, 2004, v. 6, p. 279-296.

_____. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

SANTOS, Ivonete Bueno dos. A arte do cuidado de si na formação continuada de professores de língua inglesa. **Revista Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté, 2013, v. 9, n. 2, p. 51-76.

SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos. **Mulheres no Movimento Estudantil: Representações, discursos e identidades.** 2011. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica.** In: _____. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989. p. 1-35.

_____, Joan. W., et al **A invisibilidade da experiência.** Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós- Graduação de História, 1998, 16.

SILL, Emerson Adriano. **A União Nacional dos Estudantes e o protagonismo juvenil.** 2011. 153f. Dissertação. (Mestrado em Educação)– Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=486. Acesso em 8. dez. 2014.

SILVA, Roberta Tavares da. **Influências neoliberais na mudança das expectativas da juventude brasileira.** 2011. 117f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana)– Faculdade de Educação, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/D_roberta.pdf. Acesso em: 8. dez. 2014.

SOUSA, Gabriela Chiareli de. **Movimento estudantil da UNICAMP: uma análise da participação coletiva e da consciência política.** 2011. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)– Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000846276&opt=1>. Acesso em: 17.dez. 2014.

STEWART, Jr., Donald. **O que é o liberalismo?** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

TAVARES, Sergio Marcus Nogueira. **As Universidades Confessionais brasileiras e as reformas da educação superior da década de 1990.** 2012. 261f. Tese. (Doutorado em Educação)– Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4867. Acesso em: 17. dez. 2014.

WEEKS, Jeffrey. **The body and sexuality.** Capítulo 11 do livro: Stuart Hall, David Held, Don Hubert e Kenneth Thompson (org). Modernity. An Introduction to modern societies. Londres: Blackwell, 1996: pp. 363-394.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990.** 2011. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, 2011, p. 1-13.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um debate.** 2007. 212f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas- CFH, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8. abr. 2015.

OUTRAS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmara dos Deputados.** Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em 19 de jan. 2016.

GELEDÉS. **Instituto da Mulher Negra.** Disponível em: www.geledes.org.br. Acesso em: 19 de jan. 2016.

ANEXOS

Anexo 1 – Carta Protesto ao diretor referente aos problemas estruturais do curso de Ciências Sociais e à sala do Centro Acadêmico CAJAR no ano de 1993.
Fonte: Arquivos pessoais da entrevistada Helena.

São Carlos,

Prezado Sr. [REDACTED]

Gostariamos de ressaltar que o discurso que vem se fazendo nesta universidade ao longo desses anos, compreendendo por nós que permeiam a agenda de linhas e gestos, é um discurso que se baseia na manutenção da qualidade do ensino público, gratuito e de qualidade, como também um discurso baseado nos parâmetros da democracia. Porém é que não se comporta e que, quando partimos para a prática, os interesses corporativos prevalecem acarretando prejuízos ao que se estabeleceu como objetivo através do discurso.

Em 1991, ingressava nesta universidade a primeira turma do curso de graduação em Ciências Sociais, que enfrentou todas as dificuldades de um curso recém-criado mas que tinha a expectativa de ver resolvidos os problemas de estrutura. Passados - x meses de três anos é lamentável que ainda não tenhamos sala de estudo adequada as nossas necessidades, uma vez que a Biblioteca Central não comporta mais a quantidade de alunos existente; acervo bibliográfico insuficiente sendo já que a biblioteca é o laboratório do aluno de ciências humanas espaço para atividade de pesquisa essencial para a formação que se supõe de qualidade para qualquer profissional; acesso a informática que hoje em outras universidades já faz parte do cotidiano de qualquer aluno e também o mínimo exigido no mercado de trabalho em qualquer área.

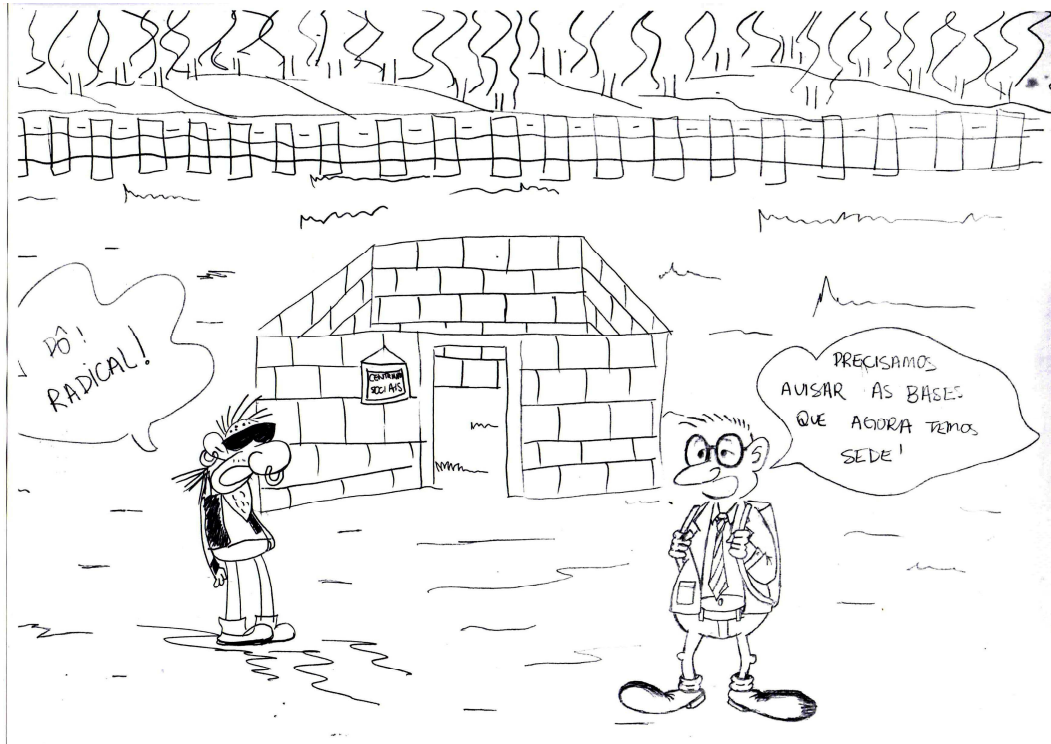
É muito estranho que a prioridade do CID-CEH sendo para os cursos não tenham transformado o curso de Ciências Sociais, onde essas deficiências ainda não

com rapidez, um curso já completamente implantado e a estrutura e quantidade de salas também

Um exemplo disso disto, foram os acertos em relação a sala de nosso Centro Acadêmico e também a que durante três anos os alunos de Ciências Sociais, fortalecidos com a nova turma, que entraram, lutaram pela aquisição de um espaço onde se realizassem atividades, não necessariamente acadêmicas, mas por nós, estabelecidas como necessárias a nossa formação. Também se tem memorias que durante esses três anos carregamos todo o material e documentação de C.A. praticamente nas mãos, pulando muitas vezes de casa em casa, como também procuramos certificar com a boa vontade de moradores do alojamento que concedessem espaço para deixarmos nosso material. Quando conseguimos foi nos dando três pacotes, um preto, um preto, um branco que pesamos de + 6 boxes de reminiscência para que a sala de nosso C.A. fosse realmente um sala.

A este ponto colocamos uma série de interrogações: Por que quando se pensa em novos cursos, não se pensa na infra-estrutura adequada para que esses cursos sejam efetivamente realizados que os colegas de curso, não vão enfrentar a mesma dificuldade que nós encontramos até hoje. Tendo em vista as reminiscências dos alunos de C.S. por que o CIB ao pensar os cursos novos era recente discussões de redistribuição de espaço físico já não pensou nos novos alunos? Já que a Bahleria II foi construída também para atender a demanda do CECH, por que não se pensou desde o começo em salas de C.A. para todos os seus cursos? Diz o nosso diretor que os centros acadêmicos de Biblioteconomia e Psicologia terão suas salas quando a Biblioteca Central retirar

Anexo 2 – Charge do Centrinho ilustrando a sala do Centro Acadêmico CAJAR, que foi entregue aos alunos do curso de Ciências Sociais no ano de 1993. Fonte: Arquivos pessoais da entrevistada Helena.



– *Precisamos avisar as bases que agora temos sede!*

– *Pô! Radical*

Anexo 3 – Carta-protesto dos alunos referente à passeata de apoio ao processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, passeata que não aconteceu no dia 4/9/1992 por motivos políticos das entidades estudantis envolvidas. Fonte: Arquivos pessoais da entrevistada Helena.

"PROTESTO"

Num dos momentos mais delicados da história política do nosso país, é lamentável que os estudantes se percam em meio aos extremismos que culminaram no excepcional fracasso da passeata do dia 4/09/1992.

Deixamos aqui o nosso protesto contra todos aqueles que se acham frente as lideranças estudantis organizadas em entidades ou não, de qualquer ideologia, que não souberam e não tiveram competência frente a esse quadro de profunda crise para articular politicamente os estudantes, prejudicando assim as manifestações que norteiam um objetivo comum: o fim do governo COLLOR.

"Estes e aqueles pagarão pela história"

Assinam: [assinaturas]

[assinatura] / Ciências Sociais -, 1991

[assinaturas]

[assinatura] / Ciências Sociais - 1992

[assinatura] / Engenharia de Computação - 1992